

**ROSA LUXEMBURGO E SOLIDARNOSC
AUTONOMIA E AUTOGESTÃO**

Claudio Nascimento

BIBLIOTECA BÁSICA DO
MUNDO DO TRABALHO ASSOCIADO

Claudio Nascimento

ROSA LUXEMBURGO E SOLIDARNOSC
AUTONOMIA E AUTOGESTÃO

2ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília - 2019

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Júlio César Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Coordenador da Biblioteca Básica do Mundo do Trabalho Associado: Henrique Tahan Novaes (UNESP)

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

Nascimento, Claudio.

N17r Rosa Luxemburgo e Solidarnosc. / Claudio

Nascimento– Marília: Lutas anticapital, 2018.

148 p. - (Biblioteca básica do mundo
do trabalho associado)

ISBN 978-85-53104-1-12

1. Luxemburgo, Rosa - 1871-1919. 2. Trabalhadores.
3. Participação dos empregados na administração da
empresa. 4. Sindicatos. 5. Sindicalismo – Polônia.
6. Solidariedade. I. Título.

CDD 334

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: Cedac-Loyola, 1988.

2ª edição: janeiro de 2019

Editora Lutas anticapital

Marília –SP

edlutasanticapital@gmail.com

www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Apresentação.....	7
Nota do Autor.....	11
Introdução – Movimento pela autogestão na Polônia.....	17
Parte I	
A classe operária.....	21
Parte II	
Conselhos operários e autogestão.....	63
Parte III	
A alternativa autogestionária de Solidarnosc.....	105
Parte IV	
Rosa Luxemburgo e o Solidarnosc.....	113
Bibliografia.....	143

Apresentação

Cem anos atrás, no dia 15 de janeiro de 1919, a classe trabalhadora perdeu uma das mais notáveis intelectuais marxistas, a polonesa Rosa Luxemburg (1871-1919).

A 2ª edição deste livro partiu da iniciativa do próprio autor, em diálogo com os membros do Conselho Editorial, que avaliaram como muito importante a socialização de uma nova edição do mesmo.

Partiu também da iniciativa dos Coordenadores do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio (ETIM), com ênfase em agroecologia, a ser realizado na Escola de Educação Popular Rosa Luxemburg (MST – Regional de Iaras-SP) a partir de fevereiro de 2019.

É com imensa alegria que publicamos esta 2ª edição do livro do intelectual autodidata Claudio Nascimento “Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: autonomia e autogestão”, fruto de suas pesquisas sobre Rosa Luxemburgo, autogestão, Polônia e o sindicato Solidarnosc.

**

O Brasil vive um dos momentos mais difíceis da sua história. Como nos lembra Florestan Fernandes, o golpe fulminante de 1964 - se transfigurou nos anos 1980 em “institucionalização da ditadura” pois houve uma transição lenta, gradual e segura, sem rupturas e acerto de contas este período histórico.

Fernando Collor de Melo e sua ira farsesca venceram a eleição de 1989, depois de uma grande manipulação da TV Globo no 2º turno. Fernando Henrique Cardoso aprofundou nosso neoliberalismo, com sua reforma do Estado e um grande ciclo de privatizações, implementando uma ditadura do capital financeiro.

Depois de um curto período de ascensão do lulismo, dentro de uma estratégia de conciliação de classes e concessões a classe trabalhadora (política de melhoria do salário mínimo, geração de emprego, cotas, direito das

empregadas domésticas, etc) tivemos um golpe de novo tipo em 2016, e em 2018 a prisão política de Lula, que abriu espaço para eleição de um novo Collor, com suas supostas soluções meteóricas de inspiração na ultradireita supostamente para “corrigir” os males o país.

Preparados para este novo ciclo de lutas sociais, a Editora Lutas anticapital e o Curso ETIM se comprometem a publicar livros de qualidade, de esquerda, acessíveis ao público brasileiro, que tem “sede de conhecimento crítico”.

Somos partidários do estudo da história na perspectiva materialista. Temos partido, o partido da ciência e somos comprometidos com as lutas emancipatórias da classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, iremos publicar novas edições de outros livros de Rosa Luxemburg e outros clássicos do materialismo.

Neste livro, os leitores terão acesso ao pensamento desta grande intelectual – Rosa Luxemburg, que foi brutalmente assassinada e jogada no *Landwehr canal* no *Tiergarten*, em Berlim, no dia 15 de janeiro de 1919.

Ativista e grande teórica, Rosa foi uma das professoras dos cursos de economia política da Escola Central do Partido Social-Democrata (SDP) da Alemanha. Após o apoio da SDP a 1ª Guerra Mundial, Rosa Luxemburgo funda junto com Karl Liebknecht o Partido Comunista da Alemanha (KPD) e faz parte da Liga Espartaquista.

Na primeira metade do livro Claudio Nascimento nos apresenta as vitórias e contradições do Solidarnosc, o sindicato autogerido da Polônia.

Para isso, Nascimento nos traz a história da classe operária polonesa no século XX, os dramas e erros do chamado “socialismo real”, os princípios e as práticas do Solidarnosc.

Ele vê nas práticas e nos princípios do Solidarnosc um “resgate” das ideias de Rosa Luxemburg e nos proporciona uma leitura bastante singular das lutas na Polônia no início

dos anos 1980 ao entrelaçar direta e indiretamente as ações e princípios trazidos à baila com a perspectiva de luta social de Rosa Luxemburg. Para Nascimento “mantemos a ideia de que a obra de Rosa porta afinidades com a práxis da rede autogestionária surgida na Polônia em 1981, sobretudo, com a ideia de ‘greve ativa de massa’” (p.13).

Cabe também destacar que este livro traz uma teorização bastante importante da autogestão e dos conselhos operários para o marxismo - desenvolvidas em outros livros do autor-, como crítica direta a forma como se organiza o trabalho (explorado-alienado) e o papel do Estado e sua burocracia estatal no chamado “socialismo real” bem como no “capitalismo real”.

Por último, mas não menos importante, agradecemos Celso Alexandre de Alvear (Nides-UFJ) pela conversão do arquivo digitalizado. Acreditando que os leitores terão o mesmo prazer que nós ao ler este livro, desejamos boas lutas em 2019.

Marília e Iaras, 15 de janeiro de 2019

Henrique Tahan Novaes (UNESP)
*Coordenador da Biblioteca Básica do
Mundo do Trabalho Associado
Editora Lutas anticapital*

Angelo Diogo Mazin, Daniela Bittencourt
Blum, Henrique Tahan Novaes, João
Henrique Pires e Joice Aparecida Lopes
*Coordenadores do Curso Técnico em
Agropecuária, com ênfase em agroecologia,
integrado ao ensino médio, Convênio UNESP-
Centro Paula Souza – PRONERA, a ser
realizado na Escola de Educação Popular Rosa
Luxemburg (MST Iaras-SP)*

Nota do autor

Paul Singer em seu ensaio “A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo”, aborda “a repercussão da revolução do Solidarnosc e a consequente difusão do socialismo autogestionário no Brasil”. Singer, então, diz que “Apesar de reprimido pela força, o movimento do Solidarnosc teve enorme repercussão nos outros países, particularmente nos que eram palcos de atuação dos jovens estudantes, engajados em movimentos sociais herdeiros dos valores de 1968. No Brasil, a luta do Solidarnosc coincidiu com a fundação do Partido dos Trabalhadores por uma frente ampla de agrupamentos de esquerda, de orientações diferentes, mas com uma significativa representação dos novos movimentos sociais.

Entre as lideranças, uma parcela significativa era composta por pessoas que haviam estado exilados na Europa, portanto, conhecedoras das lutas pela autogestão operária dos dois lados da ainda incólume Cortina de Ferro” (Singer, 2018, p. 138)¹.

Prossegue Singer: “Um dos que se engajaram no estudo do socialismo autogestionário foi Claudio Nascimento, intelectual autodidata e educador popular, que a partir de 2003 integraria a equipe da SENAES como coordenador-geral de formação” (idem)

Nesse ensaio, Singer cita um trecho do memorial que fiz para a UNB: “Em 1980 tinha publicado brochuras e ensaios sobre o movimento operário e sindical que tinha surgido na Polônia, o Solidarnosc. Na França participei de estudos e ações de apoio aos exilados de Solidarnosc, que estavam apoiados pela CFDT, onde trabalhava (...) Muitas entrevistas e conversas em bares da periferia de Paris, com

¹ Paul Singer. A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo. Coimbra: Almedina, 2018. Em relação aos operários exilados na Europa nos anos 70, ver “A Oposição Sindical no Exílio”, em www.claudioautogestão.com.br

dirigentes operários e intelectuais poloneses (...) reuniões com militantes de Dublin, que vinham como convênio com a Universidade de Louvain la Neuve, na Bélgica, me levaram a escrever sobre esta experiência de autogestão. Fiz pesquisa sobre o movimento de autogestão na Polônia, o Solidarnosc, na França, consultando bibliotecas e centros de documentação. A pesquisa foi publicada em Portugal, pelas edições Base-Fut, do Porto.” (idem)

O livro tem por título “O Movimento pela Autogestão na Polônia” (1983). Em 1988, articulei o estudo do movimento polonês com ideias de Rosa Luxemburgo, resultando em novo livro: “Rosa Luxemburgo e Solidarnosc. Autonomia operária e autogestão socialista” (Edições Loyola/Cedac – Centro de Ação Comunitária).

Anos depois, em 1988, articulei a experiência operária polonesa do NSZZ (Sindicato Independente Autogerido Solidariedade) com as ideias de Rosa Luxemburgo, então publicado pela Editora Loyola com o Cedac: “Rosa Luxemburgo e Solidarnosc. Autonomia Operária e Autogestão Socialista”. (Edições Loyola.1988)

Pelo CEDAC, publicamos vários ensaios sobre o Solidarnosc:

- A Questão do Socialismo. Da Comuna de Paris a Comuna de Gdansk (1986)

- As lutas operárias autônomas e autogestionárias. (1986)

- Polônia 80: uma lição de Socialismo (julho 1981)

- Solidarnosc, 8 anos depois ! (CECA/CEDAC.1989)

- Polônia: o poder operário (Cadernos CEAS. 1981)

E, alguns ensaios na Revista “AUTONOMIA” do CAPS, instituição dirigida por Zé Ibrahim e Luis Cardoso em São Paulo.

Em 1989 visitei a Polônia e nos Estaleiros Navais LENINE, em Gdansk, me atrevi a mostrar um exemplar do livro aos membros do Conselho Operário. Recebi forte crítica, pois não viam relação entre suas ações e a obra de Rosa, tipo

‘greve geral de massa’. Inclusive, um dos fundadores do antigo PSP (Partido Socialista Polonês), Jan Joseph Lipski, fez uma fala muito crítica em relação à Rosa.

Na verdade, havia entre a esquerda polonesa uma certa aversão a obra de Rosa, uma crítica ao seu internacionalismo, por não tratar devidamente a questão nacional. Visão já criticada/desfeita por muitos estudiosos de Rosa. Por exemplo, Claudie Weill, em sua introdução à edição francesa de uma obra de Rosa Luxemburgo, que ficou por muito tempo inédita, “A questão nacional e a autonomia”, afirma que o ensaio “permite também corrigir singularmente a visão de Rosa Luxemburgo como internacionalista intransigente – o que ela era incontestavelmente - que teria subestimado, até desconhecido o fator nacional” (Weill, 2001, p.7)².

De nossa parte, mantemos a ideia de que a obra de Rosa porta afinidades com a práxis da rede autogestionária surgida na Polônia em 1981, sobretudo, com a ideia de ‘greve ativa de massa’.

Enfim, como escrevemos na época:

“O movimento social SOLIDARNOSC foi uma revolução operária na medida em que os trabalhadores tiveram um papel dirigente através do emprego de formas de luta e organização especificamente operárias. Seu objetivo fundamental foi a luta por um socialismo baseado na autogestão operária e na autonomia.

Socialismo autogestionário porque as formas da vida pública democrática estavam baseadas na autogestão social com a formação de um sistema de Conselhos. O fundamental de SOLIDARNOSC está no fato de ser um enorme movimento de massa que, na sua práxis, atendeu até um projeto autogestionário da produção, da sociedade e do Estado. Não por acaso, Solidarnosc se chama sindicato autogerido, e geriu um programa pela República Autogestionária da Polônia.

² Claudie Weill. La question nationale et l'autonomie. Le Temps des crises. Paris, 2001.

Os trabalhadores poloneses através dos grupos autogestionários, dos conselhos operários, esboçaram na sua práxis uma estratégia socialista autogestionária, atualizando a visão de ROSA LUXEMBURGO da revolução enquanto processo, apontando para construção de uma hegemonia operária a partir da greve de massa e da dualidade de poder”.

Ao “velho” Fratti, pela irreverência
e energia revolucionária.³

³ Rolando Fratti nasceu em São Paulo em 1912. Militante operário, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro - PCB nos anos 30; chegou ao comitê central; esteve na URSS nos anos 50, com Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender; em 1967, a partir do ‘Agrupamento Comunista de São Paulo’, junto com Marighella, Câmara Ferreira, Rafael Martinelli, entre outros militantes, fundou a ALN (Aliança Libertadora Nacional). Foi preso e trocado pelo embaixador norte-americano em 1970, banido para o México, esteve em Cuba e no Chile. Viveu o exílio na Itália. Na Europa, participou do “Grupo de Apoio a Oposição Sindical” no exílio. Voltou ao Brasil com a anistia em 1979. Nos anos 80, em São Paulo, com Zé Ibrahim, Luis Cardoso, Jorge Baptista, e outros, fundou o CAPPS (Centro de Assessoria Pesquisa e Publicações Sindicais) e o CEPASE (Centro de Estudos Pesquisa e Assessoria Sindical). Faleceu em 1991 em São Paulo. [Nota do Autor].

Introdução

Movimento pela autogestão na Polônia

Durante o período de julho/agosto de 1980 a dezembro de 1981, assistimos na Polônia a um dos mais fortes movimentos para a auto-organização dos trabalhadores. Pela sua duração, pelo número de participantes, pelo conteúdo de suas reivindicações e propostas, pelas diversas formas de organização autônoma dos trabalhadores e pelas suas formas de luta, este movimento marcou definitivamente o movimento operário internacional.

Em seu desenvolvimento, a revolução polonesa centrou-se sobre o tema da autogestão, enquanto conteúdo do socialismo, definido pela própria classe operária e por outras camadas de trabalhadores e cidadãos. Foi uma das revoluções mais audaciosas do ponto de vista da auto emancipação dos trabalhadores. Seu conteúdo claramente socialista expressou-se no movimento pela autogestão, desde que entendamos o socialismo como fruto da atividade criadora das massas, apontando no sentido da gestão operária em todos os níveis e do poder dos organismos de massas.

De todas as revoluções ocorridas nos países do "socialismo real" após 1953, salvo a húngara em 1956, nunca houve discussões tão amplas e pela primeira vez o movimento de massa deu uma forma duradoura à questão da auto-organização dos trabalhadores com a fundação do Solidarnosc. A revolução polonesa chama-nos, mais uma vez, a refletir sobre a natureza do poder dos trabalhadores e o que entendemos por socialismo. Neste sentido, ela questiona o conjunto de aspectos do "socialismo real".

No contexto de um país que aboliu o capitalismo, estatizou a economia e erigiu no poder o partido único, enfim, onde se desenvolveu o Estado de uma nova formação social, que é a burocracia estatal dominando toda a sociedade, os trabalhadores poloneses chegaram à conclusão, por sua

própria experiência, de que a gestão operária autêntica, assumida diretamente pelos trabalhadores, no domínio da economia e do conjunto social, significa o conteúdo concreto e único do socialismo.

O movimento pela autogestão, que surgiu em resposta às necessidades práticas dos trabalhadores poloneses, ficou em segundo plano devido à amplitude do Solidarnosc (enquanto principal organização do movimento de massas que superou em muito as conquistas mais avançadas dos comitês de greve na Alemanha Oriental em 1953, e dos conselhos operários da Hungria e da Polônia em 1956 e da Checoslováquia em 1968-1969) e por ter sido eliminado quando ainda se encontrava em estado embrionário.

Entretanto, é precisamente neste movimento autogestionário que encontramos nitidamente os sinais da atividade autônoma das massas durante a revolução polonesa. Foi na fundação de órgãos democráticos de gestão das empresas, nos Conselhos de Trabalhadores, que se expressou o movimento autogestionário operário.

A aparição do movimento pela autogestão, a multiplicação dos conselhos nas fábricas, sua coordenação em nível regional e as primeiras reuniões nacionais dos delegados de conselhos criaram condições novas que permitiram aos trabalhadores ser o motor das transformações em curso. Dotados dos seus próprios organismos unitários, os trabalhadores puderam começar a agir por eles mesmos.

O movimento dos conselhos operários cresceu a passos de gigante: entre as primeiras tentativas de constituição dos conselhos e as coordenações regionais com perspectivas de uma coordenação nacional, o caminho percorrido foi imenso.

Resgatar esta experiência autogestionária significa explicitar o conteúdo socialista do processo operário polonês. Esse resgate é dificultado quer pelo nível embrionário do movimento, quer pela dificuldade de documentação após a implantação do "Estado de Guerra". Assim, torna-se difícil

uma reconstrução fiel de toda a riqueza de expressão e de conteúdo do movimento autogestionário. Tentaremos, através de uma visão histórica dos vários grupos que compunham este movimento e de seus documentos programáticos, captar a sua diversidade e dar uma visão aproximativa do que representou o movimento pela autogestão durante os 500 dias que abalaram o mundo.

Os trabalhadores poloneses, através de Solidarnosc e dos grupos autogestionários, como o "Reseau", os grupos de Lodz e de Lublin, esboçaram na práxis uma estratégia socialista autogestionária, explicitada no "Programa da República Autogerida" e na tática de "greve ativa". Atualizaram a visão de Rosa Luxemburgo da revolução enquanto processo, apontando para a construção da hegemonia proletária, a partir da greve política de massa e da dualidade de poder, baseada na existência de um polo revolucionário constituído pelos conselhos operários. São os trabalhadores poloneses fazendo jus à revolucionária polonesa, internacionalista, Rosa Luxemburgo.

Parte I

A classe operária

A formação da classe operária

A industrialização da Polônia começou, segundo Rosa Luxemburgo, na segunda metade do século XIX. As primeiras manufaturas apareceram entre 1820-1830. Contudo, apenas nos anos 1850-1870 surgiu a grande indústria, que foi facilitada pela supressão das barreiras alfandegárias entre Polônia e Rússia em 1951, e pela construção de linhas férreas ligando o país aos principais centros urbanos da Rússia czarista. No final do século XIX, a Polônia contava com 3 centros industriais, onde o proletariado conhecia condições de vida semelhantes aos dos países europeus industrializados. O mais importante é Lodz, centro industrial e têxtil. Em 1827, Lodz tinha 2.840 habitantes e um proletariado de 322 operários de manufatura. Já em janeiro de 1897, contava com 315.000 habitantes e com um proletariado forte e organizado. Varsóvia formava o segundo centro industrial, de características muito diversificadas e tendo como atividades principais a construção de máquinas e a indústria açucareira. O terceiro centro situado a sudeste, delimitado pelas cidades de Czestochowa, Bedzin, Zawiercie e Sosnowiec. Esse centro tinha a seu favor uma mão-de-obra barata (mulheres e filhos de mineiros) e a proximidade das minas de carvão.

A construção das companhias férreas tornou necessária a fundação da siderurgia e da indústria de transformação. Do outro lado da fronteira, na Haute-Silésia, um proletariado de língua polonesa permaneceu até 1921 sob o domínio da Áustria, depois da Prússia e enfim da Alemanha. Seu centro mineiro mais importante contava, em 1881, com cerca de 70.000 operários, enquanto o grande centro metalúrgico ficava em Gliwice e a indústria de cimento se concentrava em Opole e Strzelece.

As lutas operárias antes de 1945

O movimento operário polonês, ao contrário dos movimentos operários de vários países, não se desenvolveu no contexto de uma Nação. A Polônia, à época de sua industrialização, encontrava-se dividida em 3 zonas de ocupação pelas potências vizinhas: Rússia, Áustria e Prússia. De 1863 a 1914, governou o chamado "Governo Geral". Com o fim da Primeira Guerra, a Polônia recobrou sua independência. Durante esse período, os sindicatos permaneceram ligados à social-democracia alemã e o aparelho policial russo interditava toda e qualquer organização dos trabalhadores. Não existia forma de diálogo social. O movimento operário combatia tanto o opressor social como o opressor nacional. Daí o peso da questão nacional e das colocações patrióticas na formação da classe operária. Apesar dessas circunstâncias adversas para o nascimento de um movimento operário independente, os sindicatos apareceram no final do século XIX, e o movimento grevista foi ampliado.

No século passado, nos centros mineiros da Haute-Silésia, em 1871, houve uma greve importante. Em maio de 1889, uma greve geral dos mineiros fortaleceu a organização dos operários. Contudo, às vésperas da Guerra de 1914-1918, as organizações operárias da Haute-Silésia ainda eram fracas.

O proletariado de Lodz estava melhor organizado. Em maio de 1892, desencadeou o que ficou conhecido como "a revolta de Lodz", caracterizada por uma greve geral de 6 dias.

A primeira aparição de um Conselho Operário remonta à revolução russa de 1905. Nesse mesmo ano, a classe operária polonesa manifestou sua solidariedade aos trabalhadores russos. Em 1º de maio, em várias regiões houve manifestações. Durante todo o mês de maio ocorreram greves em Lodz e Varsóvia.

Em 1918 apareceram conselhos operários em Varsóvia, Lublin, Lodz, Zyrardow e Dombrowa. Principalmente em Lublin e em Dombrowa a classe operária foi muito ativa.

Em muitas fábricas os "conselhos de fábrica" foram eleitos para lutar contra a sabotagem.

Em novembro de 1918, foi constituído em Lublin o Primeiro Conselho dos Delegados Operários da Polônia. Esse Conselho proclamou a jornada de 8 horas e criou uma "política vermelha". Ainda em Lublin foi criado um "governo popular".

Nessa mesma época, os camponeses de Lublin, Lodz, Kutno formaram os Conselhos dos Delegados Camponeses (Lubartow e Pulawy). Em algumas regiões, os Conselhos organizaram greves e ajudaram os camponeses na ocupação de numerosas explorações agrícolas.

A República Vermelha de Dombrowa

O episódio mais célebre deste período foi a formação no sul do país da "República Vermelha de Dombrowa". Logo após a libertação, em novembro de 1918, os comitês locais da Social Democracia e do Partido Socialista de esquerda formaram um conselho operário. Em novembro a greve geral foi deflagrada em Dombrowa-Gornicza. Em Sosnowiec o conselho operário local lançou a luta pela jornada de trabalho de 8 horas, apoiado por uma "milícia vermelha". Lutavam também por um aumento salarial de 100%. Em dezembro, os vários conselhos operários se fundem, seguem-se eleições nas fábricas onde existiam os conselhos de delegados operários.

Existiu durante todo este período um poder duplo, onde os conselhos locais ou de fábrica, apoiados pela "milícia vermelha", eram o polo revolucionário. Essa experiência teve vida curta. Na segunda quinzena de dezembro de 1918, a intervenção militar foi intensificada e os conselhos operários, junto com a "milícia vermelha", passaram à defensiva. Ainda em fevereiro de 1919 uma greve foi organizada pelo conselho operário, chegando a contar com mais de 30.000 operários. Em março, uma manifestação igual foi brutalmente reprimida. Em julho, deu-se a prisão dos membros do Conselho dos

Delegados Operários da "República Vermelha de Dombrowa", que pôs fim à experiência operária.

Entre as duas Guerras, a ação reivindicatória da classe operária foi bastante forte. Para o número de greves comparado com os 4 grandes países industrializados — Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França — a Polônia ocupa o segundo lugar nos anos de 1926, 1933, 1934 e 1935, sendo superada apenas pela França e Estados Unidos. A Polônia ocupa o mesmo lugar em relação ao número de grevistas nos anos de 1928, 1934 e 1935. Para os outros anos, a Polônia fica em terceiro lugar.

Dois pontos culminantes marcam a atividade operária entre as duas Guerras: 1923 e -1936-1937. Os operários têxteis ficam em primeiro lugar em relação às greves mais longas. A mais famosa foi a dos 130 mil operários de Lodz, que durou de 2 a 15 de março. Greves curtas ocorreram nas minas de Dombrowa, Cracóvia e da Haute-Silésia. Na metalurgia e na fundição, as greves tomaram características de greves de empresa. Os trabalhadores em transportes também deram prova de sua combatividade.

Centrais sindicais

O período que vai de 1918 a 1939 apresentou uma grande mobilização operária. Havia nessa época várias centrais sindicais. O pluralismo sindical representou uma fragmentação política que cresceu com o tempo. Em 1939, a Polônia foi invadida pelas forças nazistas.

O pacto assinado entre a União Soviética e a Alemanha nazista foi um golpe forte para o proletariado polonês. Não só na zona de ocupação alemã como também na zona soviética foram suprimidos os sindicatos independentes.

Centrais Sindicais (1921-1928)

CENTRAL	Ano Fundação	Nº aderentes (milhares)				Siglas
		1921	1930	1935	1938	
União Profissional Polonesa	1902	525	209	149	160	ZZP
Central Uniãoes Profissionais	1919	501	232	284	394	ZSZ
União Sindicatos Cristãos	1921	113	78	65	61	POZZ
União Sindicatos "Trabalhadores Poloneses"	1925	-----	12	14	28	ZZPP
Central da União dos Sindicatos Profissionais de Classe	1928	-----	7	36	16	CZHZZ
Outras	1931/37	-----	-----	162	152	-----

A nova classe operária após 1945

O balanço da Segunda guerra para a Polônia foi desolador

- a) 17% da população (6 milhões de pessoas) desapareceram
- b) 38% do patrimônio nacional foi destruído, sobretudo das cidades
- c) O extermínio de judeus, a maioria operários, foi total. Em abril de 1943, os 100.000 sobreviventes dos 400.000 judeus do gueto de Varsóvia revoltaram-se e foram reprimidos. A divisão entre as grandes potências vencedoras tira à Polônia as minorias da Ucrânia e da Alemanha.

A insurreição de Varsóvia

Enfraquecida após 5 anos de combate contra a ocupação nazista, a classe operária polonesa sofreu violento golpe. Em vista do rápido avanço do Exército Vermelho e da debandada do exército nazista, o proletariado de Varsóvia se insurgiu em agosto de 1944. As forças insurgentes tinham 50.000 mil pessoas contra as forças alemãs, que eram superiores em número e em armas. As forças polonesas foram massacradas e Varsóvia foi arrasada pelos bombardeios da aviação e da artilharia alemã. O Exército Vermelho não foi em ajuda das forças da Polônia, apesar de se achar a 60km de Varsóvia. Dois meses após, quando entrou em Varsóvia, esta já estava arrasada pelos nazistas, que assassinaram cerca de

200.000 pessoas e deportaram 100.000. O marechal Rakossowski, comandante do Exército Vermelho, ficou como chefe do Ministério da Defesa Polonesa.

As forças polonesas que participaram da insurreição tinham a seguinte composição: Força Armada Nacional (extrema direita) com 8.000 pessoas; Exército do Povo (comunista), 570.000 pessoas; Exército do Povo Polaco (socialistas de esquerda), 120.000 pessoas.

Número de operários na Indústria

Ano	Operários	Ano	Operários
1946	1.206.000	1968	3.163.000
1950	1.986.000	1970	4.100.000
1955	2.220.000	1975	4.700.000
1965	2.897.000	1978	4.773.000

A reconstrução sindical

Com a derrota da Alemanha nazista, criou-se uma situação nova na Europa. Entre agosto de 1944 e março de 1945, ocorreu um desenvolvimento enorme do movimento operário. Os sindicatos foram organizados em todos os níveis, principalmente comitês de fábrica, que tinham por função o controle e a gestão das empresas. Os sindicatos se estruturavam em federações por indústrias e por regiões, e os delegados de ambas formavam o Comitê Central dos Sindicatos. Em 1945, 5 0 1/4 dos operários, cerca de 1.000.000, estavam filiados. Em 1946, este número duplicou atingindo 65% da classe operária.

Entretanto, a burocracia stalinista procurou por todos os meios estrangular o movimento da classe operária polonesa. Esta resistiu bravamente: nas eleições dos comitês de fábrica em 1945 os candidatos da burocracia foram espetacularmente derrotados pelos candidatos socialistas (Partido Popular Socialista). Em 1947, a burocracia foi derrotada nas federações dos ferroviários e na dos

professores.

A resistência operária à transformação dos sindicatos em órgão do Estado e em "correio de transmissão" do PC levou a choques violentos em Gdansk, Gdynia, Szczecin e em Lodz. A vitória da burocracia significou a dissolução de todos os grupos não-stalinistas e o aparelhamento total dos sindicatos ao Estado e ao PC.

O sindicalismo oficial

Os sindicatos são agrupados numa única confederação — Conselho Central das Uniões Sindicais (CRZZ). Os sindicatos são definidos como co-produtores do aumento da produção. O CRZZ, que agrupa 23 Federações da indústria, é uma verdadeira "correia de transmissão" do Partido Comunista e do poder. A defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores fica relegada a segundo plano. A ideia de autonomia foi condenada no Segundo Congresso dos sindicatos em 1949. A corrupção dos funcionários do aparelho sindical, com numerosas vantagens pessoais, contribui para o descrédito entre os trabalhadores.

Crescimento da Classe operária

Ano	População Ativa (total)	Total de Operários	Camponeses
1921	13.238.400	4.449.200	8.743.400
1931	13.622.100	4.051.700	8.257.400
1950	12.404.200	5.444.700	6.523.300
1960	13.881.300	7.213.800	6.101.100
1970	16.943.800	10.797.000	5.714.400
1972	17.500.800	11.463.000	5.687.800

Em 1972, os operários formavam o grupo mais numeroso da população. Os camponeses representavam, então, apenas um terço da população ativa.

Juventude da classe operária

Mais de 50% dos operários têm menos de 29 anos; 2/3 ainda não passaram dos 40 anos.

No decorrer dos anos 60, as gerações nascidas da explosão demográfica do pós-guerra entraram na idade produtiva.

O caráter jovem da classe operária pode ser definido por sua origem rural e seu contato recente com o aparelho de produção industrial, 1/3 dos operários vêm do campo e 1/3 ainda habitam nele. Os ramos modernos empregavam em 1976, 47 % do total dos operários na indústria.

As lutas operárias após 1945

Durante os anos 50, eclodiu a crise internacional do stalinismo que teve como consequências: as primeiras manifestações da Classe Operária nos países socialistas, a greve geral na República Democrática da Alemanha, as manifestações e os combates de rua de junho de 1953 em Berlim, uma série de greves em campos de concentração na União Soviética, os acontecimentos de junho de 1956 em Poznan e as primeiras revoluções contra a burocracia na Polônia e na Hungria.

Após o XX Congresso do PCUS em 1956, foi inaugurado o período de "desestalinização", que representou o afrouxamento da ditadura burocrática na sociedade soviética e ocasionou mudanças nos países sob sua influência.

Em abril de 1956, o KOMINFORM foi dissolvido e os partidos comunistas tiveram uma certa independência. Essa independência conduziu, na Hungria e na Polônia, às ações de massa dos operários e dos intelectuais. Os protestos não foram dirigidos contra o socialismo, mas contra sua forma burocrática e contra os métodos ditatoriais do governo do Estado e no Partido.

"Ver a vida como ela é"

Em 1955, um grupo de operários da fábrica de automóveis Zeran (FSO) decidiu estudar a realidade da sociedade polonesa. O objetivo do grupo era compreender o que se passava na sociedade, independentemente dos dados oficiais; daí o nome "ver a vida como ela é".

Esses anos também foram marcados pela criação de clubes que serviram como local de encontros e reuniões dos jovens intelectuais. A juventude agrupou-se em torno do seminário "PO PROSTU" ("Simplesmente isso"). O mais popular dos centros foi o "Clube Tordu", que logo ramificou-se por diversas regiões. Em abril de 1956, foi fundado um Centro Nacional de Cooperação Interclubes.

No mundo operário, a seção do Partido na fábrica de Zeran tornou-se, desde 1956, um centro de discussões e iniciativas. Dali partiram as exigências de transformações rápidas e democráticas e de maior liberdade de imprensa. Foi na fábrica Zeran que brotou a ideia de restaurar os conselhos operários. A ideia foi logo popularizada pelo periódico "PO PROSTU", que propôs a instituição dos conselhos operários como base da futura e "verdadeira democracia operária". A influência de Zeran predominava em Varsóvia e se expandiu a outros centros industriais.

Em Lodz, os Conselhos Operários, no final de 1957, existiam em 80% das fábricas têxteis. Pouco a pouco, a noção de Conselho Operário toma corpo e se chega à elaboração de um projeto de estatuto, logo divulgado pelo "PO PROSTU". Muitos projetos foram elaborados, contudo o da FSO de Zeran – publicado no jornal da fábrica – foi o que lançou as bases do Conselho Operário como órgão de autogestão operária. O Comitê de fábrica do partido na FSO enviou uma carta ao secretário geral da POUP, na qual deixou clara a natureza do movimento operário: "Nós enfatizamos que somos ligados ao poder popular na vida e na morte. Nossa crítica tende a reforçar a democracia socialista; combatemos todos os que acham nossa democratização uma primeira etapa da

restauração da democracia burguesa”. A carta foi publicada no “Tribuna LUDU”, órgão oficial do POUP (Partido Operário Unificado Polonês).

1956: A revolta operária de Poznan

Não foi por acaso que os fatos aconteceram em Poznan e mais especialmente na fábrica Zispo. Na classe operária em Poznan, então vanguarda da classe operária polonesa, os operários da Zispo (fábrica fundada em 1850) formavam o núcleo onde as tradições operárias eram mais fortes.

O descontentamento dos operários em Poznan estava presente por toda parte. Na fábrica Zispo, de vagões e material bélico, com 15.000 operários, reinava desde 1955 uma agitação provocada pelo aumento das quotas de produção em 24,6% em 5 anos, acompanhada de uma queda de 3,5% dos salários em relação a 1954.

A direção da fábrica rejeitava todas as reivindicações operárias e a organização do partido, que agrupava 38% dos trabalhadores, declarou-se impotente para ajudar, o mesmo acontecendo com o sindicato. Os operários renovam os Conselhos Operários.

Os trabalhadores organizaram um Comitê de Greve e um Conselho Operário, fizeram uma manifestação pelas ruas, pedindo pão, baixa dos preços e melhores salários. À medida que o cortejo se aproximava do centro da cidade, centenas de operários de outras fábricas se incorporavam à manifestação. As primeiras palavras de ordem juntaram-se outras: "Viva a liberdade", "Pão e justiça", "Fora com a URSS", "Abaixo a ocupação soviética", "Liberdade para o cardeal Wyszinsk, restitua-nos a religião".

Após uma tentativa fracassada da polícia civil (jovens do partido) de dispersar os manifestantes, um grupo de operários invadiu a sede da polícia, outro ocupou a estação de rádio, o tribunal e abriu as portas das prisões.

A repressão atacou de forma violenta. Centenas de

tanques entraram em cena. O exército foi acompanhado pela Segurança Interna (KBW) e pela polícia civil. A revolta foi esmagada na mesma noite do dia 28. Por isso, não se alastrou para outras regiões.

Dias depois, a rádio declarava um número superior a 400 prisões e mais de 100 mortos. As greves prosseguiram até o fim de 1957.

As reivindicações sindicais

Em novembro, os delegados da fábrica de automóveis de Varsóvia, com um mandato de 11 grandes fábricas da capital e dos estaleiros do Báltico, colocaram as seguintes reivindicações:

- convocação imediata de um Congresso Sindical;
- destituição de todos os dirigentes não-aceitos pelos trabalhadores e seu retorno à produção;
- eleição para todos os cargos sindicais, sem exceção;
- destituição a qualquer momento dos que se colocassem contra os trabalhadores;
- publicação de todas as atividades sindicais, para efetivar o exercício do controle pela base;
- autonomia das seções sindicais;
- autonomia das uniões sindicais, isto é, uma Federação de Sindicatos e não um Conselho Central de Sindicatos.

No outono de 1957, a burocracia passou à batalha final. Iniciou eliminando, com a ajuda da polícia, a greve dos trabalhadores das rodovias de Lodz, fechou o "PO PROSTU" e reprimiu a liberdade de imprensa, depurou o partido comunista, tornando-o monolítico, e, em 1958, submeteu os Conselhos Operários ao controle do PC.

Em 1958, com a fundação das "Conferências de Autonomia Operária" (CAO), os Conselhos foram reagrupados por lei governamental em uma estrutura compreendendo um comitê sindical e um comitê do partido, perdendo toda

autonomia.

A importância de 1956

O ano de 1956 é um marco fundamental na história polonesa dos últimos 25 anos. Os acontecimentos de 1956 bloquearam de forma decisiva o processo de sovietação da Polônia, introduziram uma separação entre o modelo soviético e a realidade polonesa. Gomulka, em seus 15 anos de governo, não teve êxito em mudar esse fato. Todos os esforços para fazer da Polônia um país “normal”, segundo os critérios da URSS, fracassaram.

As ilusões

Em 1955-1956, os trabalhadores poloneses estavam fortemente impregnados pela ideologia oficial, sendo que eram os proprietários coletivos dos meios de produção e que o poder lhes pertencia. Os intelectuais "revisonistas" do partido contribuíram para reforçar essas ilusões, que explicam o não-aparecimento do tema dos sindicatos independentes e a timidez em matéria de direito de greve.

Da mesma forma que o movimento tentou reformular os sindicatos oficiais, deixou-se convencer de que a greve em um regime "socialista" é um ato absurdo: "Não se faz greve contra si mesmo".

1968: a revolta estudantil. A lição da Tchecoslováquia

Apesar de em 1968 as revoltas terem sido quase completamente lideradas pelos intelectuais, os operários também participaram.

A atividade crítica em 1963-1965 era exercida através do "clube político da discussão", e vários professores foram expulsos da universidade e do partido. Em 9 de março

começaram as greves, com a ocupação da faculdade. Inúmeros operários manifestaram-se com os estudantes. Delegações de fábricas levaram alimentos. Houve várias greves operárias de solidariedade. Em Nowa Huta, a polícia fez centenas de feridos; em Katowice, 3.000 operários manifestaram-se contra a repressão; em Cracóvia, os operários travaram uma dura batalha com a polícia; em Gdansk, nos estaleiros navais; em Wroclaw, na indústria de alimentos.

1968 foi o ano da amarga experiência da Tchecoslováquia invadida pela URSS. Foi uma lição importante para a oposição na Polônia, que analisou os fatos que levaram a URSS a invadir a Tchecoslováquia.

A situação tcheca constituiu um modelo de experiência amarga para os poloneses, pelo fato de a armada polonesa ter participado da invasão.

1970: o ano do massacre

Nós já sabemos fazer greve, mas ainda não sabemos como organizar as condições para o nosso sucesso, porque sem sindicato a greve está condenada (E. Baluka — operário de Szczecin, presidente do comitê de greve em 1970/1971).

A revolta operária de Gdansk, Gdnya e Szczecin foi uma nova versão, mais ampla, de Poznan em 1956. Em 12 de dezembro, a rádio informa à população de um aumento de preços de 10 a 30 Vo para os bens de primeira necessidade.

A resposta operária foi imediata e espontânea. Formaram-se Comissões Operárias. A greve começou na Costa do Norte do Báltico (Gdansk e Stattin). Os trabalhadores saíram das fábricas para atacar e destruir as sedes do partido, como forma de neutralizar os locais onde se organizava a repressão; assaltaram os armazéns e depósitos de alimentos numa apropriação organizada pelas mulheres e filhos dos operários.

Nessas duas cidades, o poder passou para os Conselhos Operários por mais de uma semana. Em Stattin, edifícios estatais e a sede do partido foram destruídos e incendiados. A estação ferroviária foi incendiada com o objetivo de destruir as vias de acesso por parte das Forças Armadas.

As manifestações de rua eram constantes. Através de megafones, os operários proclamavam: "Nós somos trabalhadores e não vadios". "Queremos melhores salários e o direito de expressão." Os tanques e o Exército ocuparam a cidade. Como em outras cidades, o Comitê de Greve exigiu a retirada das tropas, o que foi feito no dia 20 de dezembro.

Os operários dos estaleiros navais ameaçavam afundar os navios em construção. Os 10.000 trabalhadores dos estaleiros navais estavam bem organizados; o abastecimento, por exemplo, era feito através dos restaurantes da cidade.

As autoridades foram obrigadas a negociar diretamente com o Comitê de Greve. Em Stattin, o trabalho só recomeçou quando as reivindicações foram atendidas. O governo chegou a criticar a brandura da intervenção militar, pois, em algumas cidades, os soldados se recusaram a disparar contra os trabalhadores, chegando até a confraternizar-se com eles.

Em Gdansk, a greve só terminou em 22 de dezembro, após a retirada das tropas. O resultado da repressão atingiu 300 mortos e 1.500 feridos.

Em Gdynia, os tanques enfrentaram uma multidão de 2.000 manifestantes. Os operários destruíram e incendiaram a sede do partido. A greve só acabou no dia 22 de dezembro.

No resto do país, as manifestações processaram-se por todos os lugares a partir do dia 13 de dezembro e, em alguns lugares, com características de greves selvagens.

Em Varsóvia, desde o dia 16 de dezembro, as fábricas pararam. Inclusive os gráficos da Tipografia Central —onde se imprimia o jornal "Tribunal Ludo", órgão oficial do Comitê Central da POUP — encontravam-se em greve.

Durante todo esse tempo, as tropas soviéticas realizaram manobras militares junto à fronteira polonesa e as divisões russas na Polônia estavam em estado de alerta.

A técnica usada pelo governo para dividir o movimento operário surtiu efeito. Foi decretado o estado de exceção, isolando militarmente o Norte do Sul, houve forte repressão nas cidades do Báltico (norte) e cessão, em toda a zona industrial, de aumentos salariais. Ao mesmo tempo, o governo foi forçado a negociar diretamente com os Conselhos de Greve. No dia 20 de dezembro, o secretário geral do POUP, Gomulka, foi destituído e substituído por Gierek. Houve uma remodelação no aparelho do Estado e no Partido.

Até fevereiro de 1971, houve greves parciais, limitadas aos portos do Báltico. Os operários de Gdansk exigiram que fosse publicada uma lista completa com os nomes dos operários mortos. Também exigiram a libertação dos que foram presos e o julgamento dos dirigentes responsáveis pelo massacre.

No decorrer das greves, surgiram novas reivindicações. O novo sindicalismo seria a emanção dos Comitês de Greve e dos Conselhos Operários, livre da tutela do Estado e do POUP.

Após conversações dos operários de Lodz, onde as operárias estavam em greve, com o novo secretário do Partido, em fevereiro de 1971, foi cancelado o aumento de preços.

A ruptura

A partir de 1956, nasceu uma nova classe operária, acumulando uma experiência cotidiana que desabrochou totalmente em 1970. Dezembro de 1970 é o ano crucial para a memória histórica do movimento operário polonês. A ruptura de 1970 em relação à de 1956 é importante. As analogias (assassinatos de operários, formas de luta, causas das revoltas) são enormes. Contudo, há uma diferença fundamental: em 1956, em seu conjunto, o movimento de protesto estava inscrito no quadro da sociedade tal como ela

existe, para melhorá-la, reformá-la. Prevalencia a convicção de que o Estado polonês era "Estado socialista". É importante não reduzir a ação operária de 1956 aos fatos de Poznan. Na verdade, o começo, como já vimos, situa-se nas fábricas em 1955, e não terminou em 1956 em Poznan: em 1957, ainda havia greves no país.

Em 1970, houve uma revolta operária contra o Estado-patrão. Um movimento de classe que nasceu com o reaparecimento da classe operária na cena política do país. Esse fato será confirmado pelos acontecimentos de 1976, continuação de 1970. Em 1980, houve um progresso extraordinário do mesmo movimento. A corrente vai de 1970 a 1980; a ruptura se situa entre 1965 e 1970.

A ambiguidade de 1970

Se em 1965 houve uma grande ilusão, 1970 é marcado por uma ambiguidade intermediária muito bem expressa nas palavras do operário Baluka: "Nós já sabemos fazer greve, mas ainda não sabemos como organizar as condições de nosso sucesso, porque sem sindicato a greve está condenada".

Ao mesmo tempo, 1970 marca o fim das ilusões de 1956. Os catorze anos do governo Gomulka (iniciados em 1956) terminaram com um massacre nas cidades do Báltico. Duas ilusões desfeitas:

- a de que a democratização dependia do POUP;
- e a de que a independência também dependia do POUP.

A partir de 1970, se estabelece na Polônia um novo tipo de relações entre o poder e a classe operária, onde é o primeiro que tem medo do segundo e não o inverso. Os primeiros anos de governo de Gierek (substituto de Gomulka) são consagrados por dois lemas:

- para o partido: enriquecei!
- para a população: trabalhai!

É o fim dos debates sobre marxismo e comunismo; só

se discute sobre produtividade do trabalho. Entre outras inovações desse período, destaca-se a abertura sem precedentes da Polônia para os países capitalistas.

As multinacionais na economia polonesa

A indústria polonesa, devido aos investimentos internacionais, está cada vez mais integrada na divisão mundial do trabalho. Assim, a fábrica Fiat de Zeran exportou 70.000 carros entre 1968 e 1971. Por outro lado, nova fábrica está sendo construída com capacidade prevista para produzir 150.000 fiats. Esta produção está ligada à Fiat de Togliatigard na Rússia. Para reembolsar os custos do financiamento, carros e peças isoladas são entregues à matriz na Itália. A produtividade na Polônia é mais baixa que a da Fiat italiana em 15%, cabendo ao Estado cobrir a diferença. Não podendo aumentar seu nível de produtividade, ele se endivida cada vez mais.

A Thompson iniciou uma produção de TV em cores com capacidade de 100.000 aparelhos por ano; os tubos são fornecidos por uma filial da Thompson e do grupo RCA dos EUA. A Westinghouse instalou uma fábrica de freios, que deve fornecer material à Rússia para sua fábrica em Kawa, financiada por capitais americanos. A fábrica Ursus, após acordo com a Massey Ferguson americana, construiu nova fábrica com capacidade para produzir 100.000 tratores por ano. Em 1980, cerca de 30% da produção foi exportada por um truste bancário dirigido pelo Barclay's Bank.

Em 1973, foi fundado um banco misto Polônia-Alemanha Ocidental. O jornal norte-americano "Wall Street Journal" dedicou um número de 1976 sobre o controle bancário exercido pelo Chase Manhattan Bank de Nova Iorque sobre a Polônia. O banco polonês Handshow solicitou ao Ocidente um empréstimo de 240 milhões de dólares. A contrapartida do empréstimo é a exportação de cobre para assegurar divisas. Em 1976, após visita à Alemanha

Ocidental, o então secretário geral do POUP, E. Gierek, concluiu 14 acordos num total de vários milhões de marcos para instalação de fábricas químicas, de gás.

Deste modo, a função reservada pelo capitalismo internacional à Polônia é exportar matérias-primas e importar máquinas e novas tecnologias, tendo em vista inicialmente o mercado mundial e depois o mercado interno.

O empréstimo para a instalação de fábricas no país é pago com mercadorias ou em matérias-primas ou produtos agrícolas. Para seu equilíbrio, a Polônia hoje depende mais do capitalismo ocidental que do bloco soviético. Daí, o endividamento externo crescente em relação aos países do Ocidente. Em 1975, a dívida externa era de 6 milhões de dólares, representando o total de um ano das exportações do país. Atualmente, a dívida externa atinge a cifra de 20 bilhões de dólares. A Polônia está negociando um empréstimo de 500 milhões de dólares nos bancos da Europa e dos EUA, e outros da mesma importância com a Alemanha Ocidental, o maior credor da Polônia.

Por isso, a burocracia exigiu maior produção em detrimento do setor de bens de consumo, o que conduziu à penúria de alimentos. Este fato é agravado pelo baixo nível de produtividade da agricultura polonesa, que conduz ao encarecimento dos produtos agrícolas.

O movimento operário e os intelectuais

Ao longo do período de 1971-1976, houve greves locais de curta duração em diversas empresas industriais. Durante esses cinco anos, as autoridades foram obrigadas a negociar com os operários. Nesse período, as relações entre intelectuais e o poder iam de mal a pior.

Já em 1955-1956, os intelectuais e os operários lutaram pela revogação da legislação stalinista do trabalho e, após o levante de Poznan, pela defesa dos que nele participaram e foram presos. Depois, os dois movimentos

obedeceram a ritmos distintos. Em março de 1968, durante as manifestações dos intelectuais, os operários se mantiveram afastados. Em dezembro de 1970, quando do massacre de Gdansk, foram os intelectuais que se calaram. A tomada de consciência por parte dos intelectuais do papel fundamental do movimento operário na luta contra a opressão se deu entre 1971 e 1976, sob a influência do próprio movimento operário.

Em dezembro de 1975, 59 intelectuais enviaram ao presidente do Parlamento uma carta, onde há uma passagem sobre as liberdades do trabalho: "A liberdade do trabalho não existe quando o Estado é o único empresário e quando os sindicatos estão subordinados aos órgãos do Partido, que exercem na prática o poder do Estado. Nestas condições, como provam as experiências de 1956 e 1970, as tentativas de defender os interesses dos operários podem conduzir a uma efusão de sangue e de perturbações graves. É necessário garantir também o direito de greve".

Em setembro de 1975, o Comitê Central do POUP propunha que se confirmassem na Constituição "os princípios da política internacional da Polônia Popular, a sua pertinência ao sistema socialista mundial e sua ligação fraterna com a União Soviética". Tratava-se de dar força de lei a doutrina da "Soberania limitada" de Brejnev, que subordina os interesses dos países do Leste à política soviética, dando à URSS o direito de intervir em qualquer um deles. No caso, tratava-se de subordinar a Polônia à URSS na própria Constituição, de forma a justificar uma possível intervenção.

A opinião pública reagiu com vigor a esses dois projetos do POUP. Entre as várias reações podemos citar:

- carta aberta de 300 estudantes universitários;
- resolução da Comissão Episcopal Polonesa, janeiro de 1976;
- carta de militantes católicos, setembro de 1978;
- carta de 101 escritores;
- carta de 59 intelectuais, dezembro de 1975 (acima citada).

Ao todo houve um total de 4.000 cartas e petições dirigidas a diferentes instâncias. No entanto, as correções propostas pelo POUP foram ratificadas pelo Parlamento. As relações entre a opinião pública e o poder tinham regredido ao ponto crítico.

1976: união dos operários com os intelectuais

De 1971 a 1974, a economia polonesa teve um desenvolvimento acelerado, chegando a se falar de um "milagre econômico" polonês. Já em 1975, surgiam os sinais de desequilíbrio. Observemos o quadro que segue:

Comércio exterior

Saldo de trocas comerciais com os países capitalistas (milhões de dólares)	1970	1973	1975	1976	1977	1978
	+147	-1269	-2673	-2933	-2156	-1762
Balanco de pagamentos. Endividamento em divisas (milhões de dólares)	0,8	1,9	6,9	10,2	12,8	17,5
Taxa anual média de crescimento na indústria	1971/1975 10,5%			1976/1978 6,9%		

Uma carta do professor Lipinski ao secretário Gierek — que teve grande repercussão — mostra a situação: "A Polônia encontra-se atualmente numa situação difícil. Temos dificuldades econômicas imensas, que resultam de uma desordem crescente, da inflação, da necessidade de pagar as nossas dívidas ao estrangeiro. Não dispomos de um sistema eficaz de gestão da economia nacional; o nosso sistema político é anacrônico; interdita uma solução positiva para os quadros, dá prioridade aos mediocres e aos carreiristas. Trava toda criação na cultura e na ciência. Provoca sentimentos de frustração e de indiferença, que não podem influenciar o curso dos problemas sociais. Somos um país dependente de uma potência estrangeira com tudo o que isso implica. (). Creio que o socialismo continua a ser a ideia que orienta as aspirações da maior parte da nossa sociedade, mas esta ideia

sofrerá uma erosão crescente se a prática social que se proclama socialista permanecer tal como é hoje".

A essa advertência, a direção do Partido respondeu com o aumento nos preços de cerca de 30% para os produtos alimentícios.

A resposta operária tomou imediatamente proporções inesperadas; não foram greves em algumas fábricas, foi greve geral a partir de 25 de junho.

Em Ursus, na manhã do dia 25, quase todos os operários das oficinas mecânicas Ursus (fábrica de tratores) entraram em greve. Deixaram a oficina e reuniram-se diante dos edifícios da direção do Partido. Este rejeitou as reivindicações. Os operários foram para as linhas férreas e bloquearam as linhas Moscou-Varsóvia-Berlim-Paris e Varsóvia-Skierniewice. Desse modo, um número maior de pessoas tomou conhecimento da greve.

O movimento desenrolou-se pacificamente, a polícia não interveio, embora policiais tivessem sido mobilizados e observassem com helicópteros a manifestação. Os operários apreenderam um vagão com ovos, que distribuíram entre grevistas e a quem passava. O mesmo aconteceu com um vagão de açúcar.

noite, foi anunciado o cancelamento da alta dos preços; os operários começaram a se retirar para suas casas. Nesse momento, a polícia atacou com granada e gás lacrimogêneo, seguindo-se uma série de incidentes. A polícia fez uma autêntica caçada em toda a cidade de Ursus. Todos os que foram presos foram espancados. Deteve-se um total de 200 a 300 pessoas nessa noite. Alguns dias após todos os operários foram demitidos sem aviso prévio.

Em novembro, cerca de 900 operários da Ursus assinaram uma carta pedindo a volta dos seus companheiros demitidos.

Em Radom, também em 25 de junho, todas as empresas pararam. Os trabalhadores de uma seção da fábrica de material bélico General Walter decidiram sair às ruas.

Seguiram-nos outras seções. Esses trabalhadores desfilaram nas ruas com bandeiras polonesas e cantando o hino da Internacional. Operários de outras fábricas de Radom aderiram à manifestação, o mesmo acontecendo com estudantes e populares. Dirigiram-se à sede do Partido, pedindo que os dirigentes locais viessem discutir com eles. O secretário do Partido se recusou.

Depois de uma série de incidentes, os manifestantes ascenderam uma fogueira na qual todos os operários que eram membros do Partido atiraram suas carteirinhas. Com três tratores, arrombaram a porta do edifício, incendiando-o. Forçaram a porta do armazém da cantina da sede do Partido, onde havia grande quantidade de gêneros alimentícios. As paredes de Radom estavam cobertas de cartazes dizendo: "Abaixo a POUP, Partido venal" e outros slogans,

A polícia começou a atirar bombas de gás lacrimogêneo e ao mesmo tempo fotografava as pessoas e as janelas. Um helicóptero sobrevoava o local e, na rua, os agentes de segurança filmavam. Um bom número de militares solidarizava-se com a população. Chegaram as unidades especiais, cerca de 1.000 homens fortemente armados. Atiravam foguetes luminosos sobre a multidão. Os foguetes começaram a incendiar as habitações. A multidão, excitada pela luta, começou a pilhar as lojas. À noite, os combates de rua, dada a superioridade da polícia, transformaram-se num "progrom" mortífero contra a população. Foram presas milhares de pessoas. Calculam-se cerca de 17 civis mortos. Muitos durante os interrogatórios e, tal como as vítimas do levante operário de 1970, foram enterradas em segredo no cemitério local.

Em Plock, na manhã de 25 de junho, quase todos os trabalhadores da refinaria de Mazóvia estavam em greve. Houve um comício onde falaram representantes de fábricas. Ao final, uma parte dos operários dirigiu-se para a sede do Partido, cantando "Nós das aldeias queimadas, vós das cidades esfomeadas", a "Internacional" e "Deus proteja a

Polônia". A multidão queria falar com o secretário do Partido, esse não aceitou o diálogo. Os manifestantes se revoltaram e começaram a atirar pedras nas janelas. A polícia entrou em ação, reprimindo os manifestantes e prendendo várias pessoas.

Em 26 de julho, a direção da refinaria impôs 4 horas de trabalho extra aos que participaram do comício.

Em Gdansk, às 9 horas de 25 de junho, irrompeu uma paralisação nas docas. A seção dos eletricitistas enviou uma delegação à direção do Partido, que foi aceita pelos dirigentes. Os operários reivindicaram a anulação do aumento de preços; em resposta, o diretor ameaçou-os de demissão, não chegando a concluir suas ameaças, pois os operários lhe tomaram o microfone e anunciaram greve para o dia seguinte se a direção não atendesse suas reivindicações. Até as 14 horas não se trabalhou nos estaleiros. Em julho, alguns dos organizadores mais ativos foram demitidos.

Em Lodz houve greve em muitas empresas, realizando-se assembleias de trabalhadores. Entre 1º e 7 de julho, começam as demissões. Calcula-se um total de 300.

Em Poznan, em 29 de junho, na fábrica de rolamentos e de tornos, declarou-se greve de 4 horas. Em 2 de julho vários trabalhadores foram demitidos.

Pela falta de organização dos trabalhadores, a situação do movimento, em 1976, enquanto prolongamento do movimento de 1970, era bem pior. Era um recuo. Após as experiências de 1970, os trabalhadores puderam se auto organizar em comitês para fundar os sindicatos livres, mesmo sendo um movimento espontâneo. Em 1976, não houve nenhuma organização. Portanto, os movimentos de 1970-1976 são de certa forma marcados pelo desespero, como o de Poznan, em 1956.

1976 também se caracteriza pela desintegração do poder, que se torna incapaz de criar situações sociais novas. O poder torna-se tolerante, não por opção, mas devido a sua fraqueza. É também o início de uma auto-organização social

independente do Estado.

A formação do Comitê de Autodefesa Social

Em setembro de 1976, constituiu-se em Varsóvia um Comitê para Defesa dos Operários. O Comitê tinha por objetivo levar apoio jurídico, financeiro e médico aos grevistas de junho, vítimas da repressão, e às suas famílias. Num "Apelo à população e às autoridades da República Popular da Polônia", o Comitê anuncia: "O protesto dos operários contra o aumento dos preços refletia a atitude de toda a população e conduziu a perseguições brutais. Em Ursus, Radom e outras cidades da Polônia, os manifestantes foram espancados, agredidos a pontapés, aprisionados. Houve demissões em grande escala, o que, juntamente com as prisões, atingiu as famílias das vítimas da repressão". O Comitê de Defesa dos Operários (KOR) publicou uma série de comunicações sobre a situação dos operários.

Em vários locais, apareceram comunicados falsos atribuídos ao KOR e panfletos caluniando seus membros. Em 18 de julho, o principal membro do KOR, Jacek Kuron, tinha enviado uma carta aberta ao secretário geral do PCI (Partido Comunista Italiano), Enrico Berlinguer, pedindo ajuda para os operários poloneses.

Uma declaração ao episcopado foi censurada, apenas algumas partes foram publicadas. Numa das partes censuradas, os bispos declaram: "É necessário restituir aos operários que nela participaram (a greve) todos os direitos de que foram privados".

Nascimento do "ROBOTINIK"

Com a anistia do verão de 1977, saíram das prisões os últimos grevistas que estavam presos desde junho de 1976 e também alguns membros do KOR. Como consequência do profundo trabalho de solidariedade entre intelectuais e operários, a partir do outono de 1977, o KOR torna-se Comitê de Autodefesa Social (KSS-KOR). Começa a publicação do bimensal "ROBOTINIK ("Operário"), que consegue penetrar nas fábricas apesar da repressão. O jornal alcançou uma tiragem entre 10.000 e 20.000 exemplares, atingindo cerca de 50.000 pessoas.

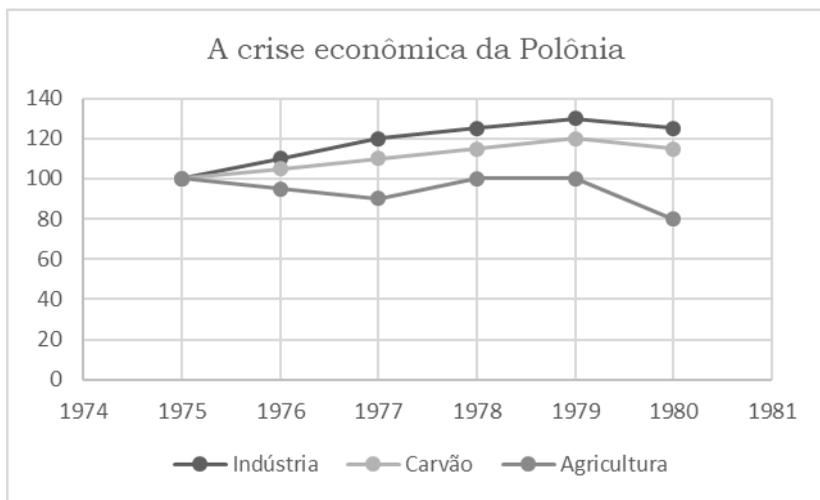
Em ligação com o Comitê de Autodefesa Social, são criados os Comitês de fundação dos Sindicatos Livres, autogeridos, em Katowice em março de 1978, e em Gdansk, no litoral báltico, em abril de 1978. Aos poucos, ao lado do Comitê, começam a surgir outras organizações independentes como a "Sociedade dos Cursos Científicos" com origem nos meios universitários e que fornece assessores aos grevistas de Gdansk durante as negociações, os Comitês Camponeses, os Comitês de Estudantes, a editora independente "Nowa".

Esses comitês nasceram das avaliações das lutas de 1976-1979. A desorganização após essas lutas permitiu à burocracia estatal reprimir os operários mais ativos. Assim se fundaram os Comitês, enquanto organizações permanentes dos trabalhadores.

1980: os dias que abalaram a Polônia

A crise do verão de 1980 esteve muito relacionada às dificuldades de gestão econômica que a Polônia conheceu durante dez anos. Com as tabelas abaixo permite-se fazer uma ideia do problema econômico polonês.

	Taxa de crescimento anual (em %)		Taxa de crescimento em relação ao ano anterior (em %)				
	1966-1970	1971-1975	1975	1976	1977	1978	1979
Produção nacional	6	9,8	9	6,8	5	3	-2
Despesa nacional	5,8	12	10,9	7	2,7	0,7	--
Consumo	5,5	8,7	11,1	8,8	6,8	1,7	3
Investimentos	9,2	18,4	15,3	-0,3	3,3	-4,1	-8,2
Investimentos produtivos	11,2	24,8	18,8	-2,1	0,9	-8,9	-14
Produção industrial	8,4	10,5	10,9	9,3	6,9	4,9	2,8
Produção agrícola	1,9	3,7	-2,1	-1,1	1,4	4,1	-1,4
Produtividade do trabalho	4	7,5	--	7,1	4,7	1,8	--
Importações	9	15,5	5	10,3	0,4	1,5	6,3
Exportações	9,5	10,7	8,3	5,4	8,8	5,7	12,2
Salários reais	2,1	7,2	8,5	3,9	2,3	-2,7	1,8
Custo de vida	1,6	2,4	3	4,7	4,9	8,7	6,7



(Índice de Produção 1975 = 100)

Fonte: Comecom

As greves de 1980

"Aqui, retomamos os movimentos de 1956 e 1970; é a nossa própria epopeia que continuamos" (L. Walesa).

Agosto de 1980 não foi apenas o produto imediato dessa crise econômica. Não houve nada de espontaneísmo nesse movimento. A Polônia foi palco de numerosas lutas operárias em 1956, 1970, 1976. Houve grandes semelhanças entre esses movimentos. O aumento nos preços foi quase sempre o estopim. Cada movimento conheceu as mesmas formas de auto-organização operária. Portanto, o movimento de 1980 surgiu em razão da permanência de uma ação operária.

A maturidade da classe operária polonesa é fruto de um lento amadurecimento. Como prova dessa maturidade, podemos constatar:

- o realismo da lista de reivindicações, que postulou mudanças importantes no exercício do poder, respeitando, porém, as limitações impostas pela presença soviética;
- a evolução das formas de protesto. A auto-organização tornou possível as mudanças sem derramamento de sangue, como ocorreu em 1970 e 1976. A existência de uma representação operária evitou o incêndio das sedes do Partido e de outros atos característicos das greves selvagens anteriores.

A classe operária teve como objetivo principal a formação de uma força autônoma real, a contestação operária se colocou fora das estruturas oficiais do poder - partidos, sindicatos -, buscou criar seu próprio poder.

Do ponto de vista das greves, há um elemento demográfico fundamental. Os operários que tinham 20 anos em 1956, aproximam-se dos 50 anos em 1980. Eles não estão à frente do movimento atual. A idade média dos operários das greves de 1980 se situa entre 25 e 30 anos. Suas primeiras experiências de luta datam de 1970. 1956 é para eles pré-

história. Por exemplo, Godzik, que foi o Walesa de 1956, abandonou toda atividade político-sindical. Em geral, os que atuaram em 1956 e que continuam atuando em 1980 são poucos numerosos.

As greves duraram 18 dias em mais de 600 empresas em Gdansk, 200 na região de Szczecin, dezenas em Eblag. Todo litoral parou. A mobilização se estendeu a outros centros industriais, a Wroclaw, onde o Comitê de greve interfábrica (MKS) representou dezenas de empresas e, em Haute-Silésia, onde, pela primeira vez após 20 anos, 35.000 operários entraram em greve.

As greves receberam a solidariedade de todo o país. Elas impuseram ao Poder os direitos fundamentais dos trabalhadores: direito de organização em sindicatos livres autogeridos, direito de greve, até então interdito pelo Código do Trabalho e a libertação de todos os presos políticos. Após as greves os comitês de grupos interfábricas (MKS) são transformados em comitês interfábricas de fundação dos Sindicatos Livres Autogeridos (MKS).

De fato, foi a partir das mobilizações operárias de 1956, 1958, 1970 e 1976 que a classe operária polonesa forjou sua consciência de classe e sua organização independente e autônoma. Daí o ter saído em 1980 vitoriosa no confronto com o poder.

Com a formação do comitê interfábrica de greve (MKS) em Gdansk e em Szczecin, o proletariado reafirmou sua tradição de luta e as experiências anteriores, integrando-as à sua consciência coletiva e demonstrando que soube tirar a principal lição. Walesa explicita-o muito claramente: "Aqui, retomamos os movimentos de 1956 e 1970; é a nossa própria epopeia que continuamos". O MKS é a própria efetivação da democracia operária: seus debates são públicos, seus membros, todos eleitos pela base, podem ser livremente substituídos, e suas ações estão subordinadas à vontade dos trabalhadores que representam. Historicamente o que se formou no Báltico polonês com a fundação do MKS foi o que a

história batizou com o nome de "soviete" (conselho operário).

As greves de massa no Báltico

As greves ocorridas no Báltico polonês em julho-agosto de 1980 apresentam características da greve política de massa, tal como foi definida por Rosa Luxemburgo em 1906, em *Greve de massa, partido e sindicatos*. As duas fases das greves e as lutas posteriores a agosto evocam claramente os aspectos das greves ocorridas em 1905 na Rússia czarista e analisadas por Rosa.

Na Rússia, em 1905, explode a greve geral de Petrogrado. Rosa Luxemburgo descreve o movimento:

o motivo que desencadeou o movimento foi mínimo. Dois operários dos estaleiros Putilov foram demitidos... Essa medida rigorosa provocou, em 16 de janeiro, uma greve de solidariedade de todos os operários do canteiro, envolvendo mais de 12.000 grevistas... A agitação que animava as oficinas de Putilov se ampliou rapidamente a outras fábricas e, alguns dias depois, 140.000 operários estavam em greve. Após deliberações em comum e discussões apaixonadas, foi elaborada uma Carta Operária das liberdades cívicas, tendo como primeira reivindicação a jornada de 8 horas; 200.000 operários conduzidos pelo sacerdote Gapon desfilaram diante do Palácio do Czar no dia 22 de janeiro, levando essa Carta Operária. Numa semana, a demissão de dois operários dos canteiros Putilov se converteu no prólogo da mais poderosa revolução dos tempos modernos.

Na Polônia, em 1980, as greves de massa levaram a uma das maiores manifestações de massa da história do pós-Guerra. As greves começaram, também, em torno de reivindicações mínimas. Em fevereiro, surge a primeira greve

numa oficina dos estaleiros navais Lenine, como forma de protesto pela demissão de Ana Walentyowicz, do Comitê pela fundação dos sindicatos livres. Em 14 de agosto, explode a greve dos 17.000 operários dos estaleiros, em protesto contra a demissão. Um Comitê de greve foi fundado, apresentando várias reivindicações, futura base das 21 proposições do Acordo de Gdansk.

Em 1905, os operários de Petrogrado partiram atrás de um sacerdote para expressar suas exigências ao Czar, numa manifestação marcada pelo aspecto religioso.

Em 1980, os operários poloneses marcaram suas greves por um intenso sentimento religioso.

Contudo, em ambos os casos, isto não os impediu de se lançarem num potente movimento social. Os operários russos fundaram o Soviete de Petrogrado, aglutinando 200.000 trabalhadores e baseado nos princípios revolucionários da Comuna de Paris. Os trabalhadores poloneses fundaram o Solidarnosc, baseado nos mesmos princípios, e com 10 milhões de filiados.

O verdadeiro problema é saber qual é a força motriz do movimento operário. Não se limitar às aparências imediatas, mas compreender a natureza profunda do movimento operário. Como dizia Marx: "Não se trata de saber o que este ou aquele operário ou mesmo o proletariado no seu conjunto se propõem momentaneamente como objetivo; trata-se de saber que é e será historicamente pressionado a fazer conforme seu ser".

A partir das greves de massa, o movimento operário polonês se reforçou de três formas:

1. Em Gdansk, o número de empresas em greve aumentava todos os dias e os comitês de greve se aglutinavam no Comitê Regional de Greve (MKS). Assim, em 19 de agosto, o MKS agrupa 253 fábricas; no dia 23 agrupa 388; ao final da greve, 600 fábricas.

2. Em torno da greve irão se solidarizar diversos grupos sociais. Em 20 de agosto, o canteiro de Gdansk recebe

a solidariedade do movimento camponês. No dia seguinte, um manifesto dos intelectuais é assinado por 234 pessoas. No dia 24, uma comissão de assessores é formada para ajudar o MKS nas negociações. A nota dissonante veio do episcopado. O cardeal Wyszynski conclama numa homilia à retomada do trabalho, ou o fim da greve. Contudo, o apelo caiu no vazio, apesar do uso feito pelo poder. O comunicado do Conselho Geral do Episcopado (27-8.1980) confirma o apelo da hierarquia católica e apresenta uma lista de 9 pontos: o direito ao sindicato livre está colocado em última posição e o direito de greve não é mencionado,

3. Progressivamente, o conjunto da classe operária se solidariza com as 21 reivindicações. As greves explodem em várias cidades; dois MKS se formam em Wroclaw e em Bydgoszcz.

Nesse momento, um movimento em espiral é desencadeado. As primeiras greves mobilizam o conjunto dos trabalhadores. Cada nova camada operária que entra na luta aumenta a audácia do movimento grevista. Mais aumenta sua força, mais exigências operárias superam as reivindicações iniciais. Uma força imensa surge de uma multidão humana que antes não passava de indivíduos isolados e esmagados pelas relações de produção.

O movimento de massa bloqueia os mecanismos materiais de funcionamento da sociedade. Trata-se, também, de uma revolução de teor ideológico. A greve de massa torna a sociedade transparente, faz surgir a verdade, desnuda a frágil organização social, ao pôr em contradição a realidade social e sua ideologia, sua imagem. Os trabalhadores tomam então consciência da verdadeira natureza das relações sociais e, principalmente, da possibilidade de transformá-las através da potência da greve política de massa.

Rosa Luxemburgo dizia:

Este despertar de consciência de classe se manifesta

imediatamente e da seguinte maneira: uma massa de milhões de proletários descobre de repente, com um sentimento de acuidade insuportável, o caráter intolerável de sua existência social e econômica, sob o jugo do capitalismo.

E: "Os operários têm de reunir-se em massa, sair da fábrica, da oficina, da mina e da fundição, têm de superar a ruína a que estão condenados sob o jugo cotidiano do capital". Eis a imagem real do que ocorreu em agosto de 1980 na Polônia.

Cronologia

Fevereiro de 1980 — Primeira greve numa oficina dos estaleiros navais "Lenine" — para protestar contra a demissão de Ana Walentyowicz, militante dos sindicatos livres.

1.º e 2 de julho de 1980 — Rebentam greves em Ursus, perto de Varsóvia, em Tczew, região de Gdansk, em consequência do aumento do preço da carne.

10 de julho de 1980 — Segunda onda de greves. 20.000 operários da fábrica de automóveis Zeran de Varsóvia param o trabalho, o que também ocorre em mais de 30 empresas.

16 de julho de 1980 — Greve geral de Lublin.

29 de julho de 1980 — Primeiras greves do litoral báltico de 1980 — As greves decisivas. Greve dos varredores de ruas de Varsóvia. Durou uma semana.

11 de agosto de 1980 — Greve dos transportes em Varsóvia.

14 de agosto de 1980 --Greve dos 17.000 operários dos estaleiros navais "Lenine" em protesto contra a demissão de Ana Walentyowicz. Um comitê de greve foi criado apresentando entre outras reivindicações:

a reintegração ao trabalho de Ana Walentyowicz e Lech Walesa;

- edificação de um monumento à memória das vítimas

da repressão de 1970.

16 de agosto de 1980 —• As empresas da região de Gdansk criam uma comissão de greve interempresas, que toma como sede os estaleiros navais "Lenine" e elabora um caderno reivindicatório de 21 pontos (ver anexo).

19 de agosto de 1980 — As greves se estendem aos estaleiros de Szczecin e aos transportes da cidade do mesmo nome. Greves surgem em muitas cidades, e os operários criam comissões de greve.

20 de agosto de 1980 — Prisão de 20 militantes do KOR; as greves estendem-se a outras regiões. Os mineiros ameaçam entrar em greve.

23 de agosto de 1980 — Início da edição do Boletim de Greve "Solidariedade", impresso no canteiro naval de Gdansk.

Realiza-se nos estaleiros "Lenine" a reunião diária da comissão de greve interempresas, agora admitida pelo poder como interlocutora. 700 delegados estão presentes. Nessa fase, a comissão é assessorada por intelectuais dissidentes. A Igreja aconselha a volta dos operários ao trabalho, para evitar efusão de sangue.

28 de agosto de 1980 — Gdansk é parcialmente paralisada pelas greves de solidariedade com os canteiros navais. As comunicações telefônicas com a cidade são cortadas. A imprensa emprega pela primeira vez a palavra "greve".

26 de agosto de 1980 — O primaz da Polônia, Stefan Wyszynski, lança um apelo pela TV pedindo moderação aos grevistas. São retomadas as negociações nos estaleiros, acompanhadas por milhares de operários concentrados nos pátios, através de alto-falantes e intercomunicadores. A cada momento, os negociadores sindicais colocam às massas as questões em polêmica e pedem respostas, sendo por essas apoiadas. Com o apoio das bases, os negociadores pressionam o governo, exigindo, acima de tudo, sindicatos autônomos.

27 de agosto de 1980 — As greves se alastram por todo o país. Em Wroclaw, um comitê de greve interfábrica foi fundado. Os grevistas se solidarizam com a lista de reivindicações do MKS de Gdansk.

28 de agosto de 1980 — As greves se estendem a Lodz e às minas da Silésia, de onde os representantes vêm se informar em Gdansk. É o fim do isolamento de Gdansk. De todo o país chega a Gdansk dinheiro destinado à construção do monumento às vítimas de dezembro de 1970. Igualmente chega dinheiro para a caixa do MKS de Gdansk. Naquele momento, havia no país 4 MKS: Gdansk, com mais de 600 empresas, Szczecin com mais de 200 empresas, Elblag com várias dezenas e Wroclaw também com várias dezenas.

31 de agosto de 1980 — Assinado o acordo sobre a fundação dos Sindicatos livres e autogeridos. O acordo foi aprovado pelo POUP, o mesmo acontecendo em Szczecin.

2 de setembro de 1980 — A imprensa nacional publica o texto do acordo de Gdansk. O cardeal primaz da Polônia afirma em uma carta: "Uma das causas principais das greves é a monopolização de toda a vida econômica, política e sindical pelo Partido".

3 de setembro de 1980 — Acordo entre governo e os representantes dos 350.000 grevistas de 27 empresas e de 31 minas da Haute-Silésia. O acordo é semelhante ao de Gdansk e Szczecin e satisfaz outras 20 reivindicações locais: condições de trabalho e de salário; suprime os sindicatos oficiais na região, substituindo-os por sindicatos livres; os mineiros conseguem o direito de não trabalhar aos sábados.

4 de setembro de 1980 — Criação de sindicatos livres em Varsóvia e Wroclaw. Os meios de comunicação divulgam apelo papal à independência e à soberania do país.

7 de setembro de 1980 — Nova onda de greves em Bialystock, Tarnow e Plock pela garantia das vantagens dos acordos.

10 de setembro de 1980 — Em Kielsce, a polícia tenta parar uma greve. As greves continuam a se expandir.

11 de setembro de 1980 — Ante a desagregação de suas estruturas, o Sindicato Oficial (CRZZ) promete reformas democráticas em sua organização. É organizado o Sindicato Livre de Mazóvia.

13 de setembro de 1980 — Acordo entre o Governo e o MKS dos metalúrgicos de Haute-Haotowice, que agrupa 75 empresas. Libertação do último dos três presos políticos, um operário redator do "ROBOTNIK".

15 de setembro de 1980 — Os acordos de Gdansk são aplicáveis ao conjunto do país, afirmam as autoridades. Iniciam-se os expurgos no POUP.

16 de setembro de 1980 — Congresso Extraordinário dos Sindicatos Livres em Gdansk com a participação de cerca de 500 delegados. Trabalhadores civis da Armada criam um sindicato livre.

21 de setembro de 1980 — Pela primeira vez após a Guerra, a missa dominical foi transmitida pelos meios de comunicação.

22 de setembro de 1980 — Também pela primeira vez desde o dia 1º de julho não houve greve no país.

22 de setembro de 1980 — FUNDAÇÃO DO "SOLIDARNOSC". — Fim das greves. Nascimento de SOLIDARNOSC, constituído em Gdansk a partir de 38 comitês interfábricas. O Solidarnosc conta com mais de 10 milhões de membros, 80% da população ativa, representando 3.500 fábricas e agrupa 39 organizações regionais (MKS); essas por sua vez se subdividem em sindicatos profissionais e seções de fábricas.

A estrutura do sindicato livre

1. O grupo de base. A menor célula do sindicato é o grupo de fábrica, contando com um mínimo de 10 operários. O grupo é representado por um delegado eleito.

2. As organizações de fábrica, estrutura de base do sindicato. Nas grandes empresas, podem existir os escalões intermediários sob forma de organização de departamentos. Vários pequenos grupos de diferentes fábricas podem

constituir uma organização interfábrica. Os órgãos da organização de fábrica são os seguintes:

a) A assembleia dos membros, e nas organizações agrupando mais de 500 membros, a assembleia de delegados de grupos ou de organizações de departamentos.

b) As comissões de fábrica (departamentos ou interfábricas), que são a direção cotidiana, tendo função de comitê.

c) As comissões de controle.

d) As direções do sindicato, assim formadas:

- a assembleia geral dos delegados
- o comitê
- a comissão de controle.

A assembleia geral reúne os delegados das organizações de fábrica. No quadro do sindicato, funcionam as seções de profissão que agrupam os trabalhadores de uma profissão e de profissões similares.

28 de setembro de 1980 — O Solidarnosc desencadeia uma greve de advertência "pelo respeito ao acordo". Pela primeira vez num país do Leste europeu, uma greve nacional é organizada por um sindicato independente. As fábricas de Ursus e Zeran entram em greve. Em Varsóvia, há greve de ônibus e de táxis. Em Ursus, 85% dos 16.000 operários aderem ao Solidarnosc. Manifestação das siderúrgicas de Haute-Warsawa, Gdansk e Szczecin, que ficam totalmente paradas, e o mesmo acontece em Wroclaw. Em Poznan, 60 empresas entram em greve. Param as minas de Katowice. Na Cracóvia, 200 empresas em greve e em Bielsko-Bielo, 25 empresas.

24 de outubro de 1980 — O Tribunal Administrativo de Varsóvia modifica unilateralmente os estatutos do Solidarnosc, quando do seu registro. O Solidarnosc ficaria subordinado ao POUP.

10 de novembro de 1980 — Após protestos dos operários, a Corte Suprema registra os estatutos do Solidarnosc, de, respeitando o texto original.

21 de novembro de 1980 — Blitz na sede do Solidarnosc, 2 militantes são presos e acusados de "difusão" de segredos de Estado. Os operários tinham divulgado um documento do governo no qual se expunham as formas de reprimir os sindicatos independentes.

27 de novembro de 1980 — O governo liberta os 2 operários presos, a fim de evitar uma greve geral.

21 de dezembro de 1980 — O Solidarnosc recebe oficialmente a primeira organização sindical, a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho).

Parte II

Conselhos Operários e Autogestão

A reivindicação da autogestão operária nas fábricas e nos poderes locais não foi formulada abertamente em agosto de 1980, em Gdansk; contudo, emergiu progressivamente nos primeiros meses de 1981 no interior do Solidarnosc, como uma tentativa de responder aos problemas concretos colocados pela nova situação, ou seja:

- de um lado, o agravamento das dificuldades econômicas, seja de distribuição dos produtos de consumo, seja de provisionamento das fábricas;
- de outro lado, o peso inevitável, nas fábricas e nos demais locais de trabalho, da nova organização sindical de massas, o Solidarnosc.

A reflexão teve como base uma renovação da autogestão operária e dos conselhos de trabalhadores, tais como existiam em 1956-1957. Nessa época foram criadas as Conferências de Autonomia Operária (KSR), instituídas pela lei de dezembro de 1958 sobre a autogestão. O verdadeiro objetivo desses organismos era limitar e controlar o papel dos conselhos operários surgidos durante as greves de 1956.

As Conferências de Autonomia Operária mantinham uma estrutura tripartite composta por membros do Comitê de Empresa do Partido (POUP), por membros do Comitê de Empresa do Sindicato e por membros do Conselho Operário.

Tomando como exemplo a situação de duas grandes empresas, teremos o seguinte quadro:

1. Estabelecimento "Comuna de Paris" (Varsóvia),
constituído por 65 membros, assim distribuídos:

Conselho Operário.....	34
Comitê de Empresa (POUP).....	11
Comitê de Empresa do Sindicato.....	20

2. Estabelecimento "Dimitrov" (Varsóvia), constituído por 41 membros, assim distribuídos:	
Conselho Operário.....	22
Comitê de Empresa (POUP).....	08
Comitê de Empresa do Sindicato.....	11

Como o POUP conta com vários membros no Conselho Operário e no Comitê Sindical da Empresa, o jogo democrático tornava-se uma farsa.

Dessa experiência, rapidamente aniquilada, várias lições foram tiradas:

1. O partido não deve ter, institucionalmente, parte na gestão das empresas;
2. O sindicato também não deve fazer parte da gestão, pois, tratando-se de um sindicato autêntico, tem como objetivo a defesa dos interesses dos seus membros;
- 3 a gestão da empresa pelos trabalhadores pressupõe o controle dos mecanismos econômicos e financeiros pelos próprios trabalhadores.

A partir de 1978, o presidente das Conferências de Autonomia Operária passou a ser o primeiro secretário do POUP na empresa. Assim, a supressão da lei de 1958' tornou-se um elemento básico para o movimento pela autogestão.

A reapropriação do termo autogestão pela classe operária polonesa deu-se a partir das pressões surgidas dos fatos concretos, principalmente a questão do poder nas empresas através da criação dos conselhos de trabalhadores, reivindicando a participação direta dos trabalhadores na gestão das fábricas e da economia.

Iniciativas isoladas ocorreram em algumas regiões (poucas) ainda em 1980. Assim, em Lodz os sindicalistas elaboram um "Projeto de Conselhos de Autogestão" no mês de novembro. O debate concreto começou em dezenas de empresas, como em Ursus, onde, em novembro de 1980, a rádio da empresa anunciava: "Os operários da empresa negam a representação da KSR, dado o seu mau funcionamento, sua

estrutura inadaptada e seu mau sistema eleitoral. Uma nova comissão autogestionária deverá ser fundada, com a participação do Sindicato Livre, Independente e Autogerido Solidarnosc". O debate tinha como objetivo a supressão da KSR na empresa.

O aprofundamento da crise econômica e a inércia por parte do Poder desencadearam um movimento espontâneo por parte dos trabalhadores. Esta ação começou discretamente com a apresentação de listas para nomeação, via eleições, dos diretores de, empresa. Nas siderúrgicas Huta-Katowice, a seção do Solidarnosc organizou, em setembro de 1980, uma eleição para demitir o diretor. Nessa siderúrgica, a maior da Silésia, com 18.600 operários, sendo 15.000 ligados ao Solidarnosc, 12.300 participaram da eleição, apesar de ser mês de férias; 8.800 votaram pela demissão do diretor contra 2.200. Na mesma época, os trabalhadores da empresa química Elena, de Torun, elegeram o chefe da empresa a partir de 4 listas.

Após julho, uma dezena de empresas seguiu o mesmo caminho.

Um inquérito realizado em Varsóvia, no início de março de 1981, pelo Centro de Pesquisa Social do Solidarnosc, indica as tendências da situação nessa época. Os trabalhadores interrogados são militantes do Solidarnosc. O estudo abrange 178 empresas. Em 47 % das empresas, a Conferência de Autonomia Operária (KSR) continuava a existir, contando apenas com 11 % dos elementos do Solidarnosc. Em face desse vazio institucional, foram constituídos novos órgãos de autogestão em 68% dessas empresas. A iniciativa partiu do Solidarnosc em 68% dos casos.

Qual a opinião dos militantes sindicais sobre a utilidade de urna nova autogestão? A tabela abaixo fornece as respostas, segundo a importância das empresas:

Efetivos da empresa	A autogestão é			%
	Necessária	Inútil	Sem opinião	
0-300	82%	18%	0%	100
300-1000	93%	4%	3%	100
+ 1000	95%	4%	1%	100

A pesquisa mostra igualmente que, nas empresas com caráter produtivo, 94 % dos trabalhadores julgam a autogestão necessária. Essa porcentagem diminui nas empresas não-produtivas.

Quais as competências que os militantes atribuem aos órgãos de autogestão?

Para as eleições, 75% dos trabalhadores consideram que elas são da competência do conselho, no que concerne à escolha do diretor e à distribuição dos lucros entre os salários e os investimentos, 74% têm a mesma opinião em relação à informação, 68% para o emprego do pessoal, 64% para o plano da empresa, 60% para os salários e 61 % para os prêmios.

Em relação a emitir uma opinião, quatro casos são mencionados: nomeação de um contramestre 44%; organização do trabalho 49 %; gestão do material 50% e dos investimentos 50%.

Finalmente, a resposta "não se ocupa" só é mencionada em um caso: a repartição dos dias de férias nas casas de férias da empresa, 37%.

O relator da pesquisa nota que "a divisão de competências entre os órgãos de autogestão e os sindicatos não é clara para as pessoas interrogadas".

Sobre a atitude em face do problema da autogestão, 68% pensam que o Solidarnosc deveria imediatamente começar a criar os órgãos de autogestão operária; 13% estimam que o sindicato deveria participar do trabalho desses órgãos depois de estarem constituídos; 4% dizem que o sindicato não deveria ocupar-se da autogestão; apenas 10/0

afirma que o sindicato deveria opor-se e 14% não têm opinião.

No conjunto do país, a ideia da autogestão tornou-se uma realidade, organizada em um milhar de fábricas, que dispunham cada uma de um conselho de trabalhadores eleito pelo conjunto dos trabalhadores.

Alguns meses foram o suficiente para a autogestão autêntica se tornar palavra de ordem das várias correntes do Solidarnosc, mesmo que não estivessem de acordo quanto ao seu conteúdo.

Durante junho/julho, a discussão sobre o programa de reforma econômica tinha como tema central a autogestão operária. O debate tinha como base a situação catastrófica da economia e desenvolveu-se de forma lenta e confusa devido à ausência de uma tendência que tivesse uma perspectiva clara e um programa de autogestão. No sindicato autogerido, a polarização deu-se de maneira forte: enquanto os presidentes das seções de empresa do Solidarnosc eram partidários de uma reforma liberal, os trabalhadores e os dirigentes mais próximos da base defendiam a autogestão.

Apesar da forma como se desenvolveu o debate, alguns documentos foram produzidos. Em janeiro de 1981, o comitê interfábrica (MKZ) de Gdansk publicou uma circular definindo as competências e o modo de eleição dos Conselhos de Trabalhadores. Em Varsóvia, os debates tiveram como fruto um documento intitulado Dez Condições para a Renovação da Autogestão dos Trabalhadores.

A “Rede autogestionária das grandes empresas”

A autogestão passou a ser um programa com a fundação da "Rede Autogestionária das Grandes Empresas", em abril de 1981. A ideia da "Rede" tomou forma quando o Solidarnosc passou por um período de crise em março de 1981, após os incidentes de Bydgoszcz (em 19 de março as forças da ordem intervieram violentamente no decorrer de uma negociação entre o Solidarnosc, as autoridades locais e o

governo. Vários operários ficaram feridos; o incidente gerou uma crise no país).

O projeto de autogestão da "Rede" nasceu da necessidade de contatos horizontais entre as empresas, da ausência de mudanças nas fábricas e do imobilismo do poder no domínio econômico.

A discussão inicial decorreu no mês de abril entre as seções do Solidarnosc e dos grandes estaleiros navais de Gdansk e Szczecin. Em 14 e 15 de abril foi realizada, em Gdansk, a reunião constitutiva da "Rede Autogestionária". Foram escolhidas 17 representações, uma por região, mais a Academia de Ciências de Varsóvia. Assim, a "Rede" reúne em sua estrutura horizontal, extra estatutária, os delegados das seções do Solidarnosc das 17 maiores empresas da Polônia. Em várias regiões do país foram criadas sub-"Redes".

A "Rede das grandes empresas", como era chamada pelos ativistas sindicais, tornou-se uma espécie de grupo de proposição no seio do Solidarnosc. Elaborou uma série de projetos de lei sobre a autogestão e lançou a ideia da criação de um Partido Polonês do Trabalho. Através do projeto de lei intitulado A autogestão na empresa social, propriedade do conjunto da sociedade, popularizou o debate em todo o país. Este projeto foi publicado maciçamente: 50.000 (Szczecin), 20.000 (Gdansk), 20.000 (Varsóvia) numa tiragem total de 300.000 exemplares em todo o país.

De 11 a 13 de maio, uma reunião nas siderúrgicas Lenine, de Nowa Huta, reagrupou os delegados da "Rede", adotando no final um projeto de Teses sobre a autogestão dos trabalhadores. No final de abril, realizou-se em Gdansk o II Encontro Nacional da "Rede", precedido de reuniões regionais; em Lodz e Wroclaw foram elaborados projetos de discussão.

Em julho, os trabalhadores da LOT (Linhas Aéreas Polonesas) decidiram eleger o seu diretor. O conflito agravou-se e popularizou ainda mais a ideia da eleição dos diretores de empresa pelos próprios trabalhadores.

Em 8 de julho foi realizada, mais uma vez em Gdansk,

nos estaleiros navais Lenine, a I Conferência Nacional do Movimento pelo Controle Operário na Polônia. Participaram 1.500 delegados representando as 150 empresas mais importantes do país, ou dos Conselhos de Gestão Operária. Na verdade, foi o primeiro encontro público da "Rede", que atingia na época cerca de 3.000 empresas.

O movimento constituiu-se no interior do Solidarnosc como um grupo de pressão, reagrupando os representantes sindicais de grandes empresas (entre 17.000 e 30.000 trabalhadores).

A relação entre a "Rede Autogestionária" e a direção do Solidarnosc foi difícil no início. O sindicato, definindo-se como força de contestação, reagia à ideia de gestão da produção. Em Gdansk, os órgãos de autogestão foram criados nas oficinas. O mesmo se passou na fábrica de vagões de Wrocław; contudo, a seção do Solidarnosc na empresa pediu o fim da experiência. Muitas empresas foram contra a reunião que teve lugar em 14 e 15 de abril nos estaleiros navais de Gdansk e só a presença de Lech Walesa convenceu os reticentes.

Entretanto, a direção do Solidarnosc não podia ignorar por muito mais tempo o movimento autogestionário; em 28 de maio, a "Rede das Grandes Empresas" foi reconhecida como uma das comissões consultivas do sindicato.

O Grupo de Lublin

Em 12 e 13 de julho, a direção regional do Solidarnosc-Lublin organizou a primeira conferência inter regiões dos comitês fundadores da autogestão, dos conselhos operários e das direções sindicais de fábrica. O tema da conferência foi "O Solidarnosc e a Autogestão Operária". Participaram 150 delegados de várias regiões. Foi decidida a formação de um grupo de trabalho tendo por objetivo organizar uma inter-regional de cooperação dos Conselhos Operários e realizar, em 1981, o 1º Congresso Nacional dos Delegados Regionais dos

Conselhos Operários.

Vários documentos foram utilizados para o debate: uma brochura intitulada Estatuto dos conselhos operários, produzida em Lodz, em março; uma outra brochura contendo diferentes "projetos de estatutos de conselhos de autogestão" e de "comitês preparatórios dos conselhos de autogestão"; um relatório sobre a crise econômica e a autogestão, seguido de proposições concretas de organização; um documento sobre "o funcionamento da autogestão na Polônia e na Iugoslávia".

As atividades continuaram a partir do grupo de trabalho conhecido como Grupo de Lublin, que publicou um Programa de ação imediata para os conselhos operários e os Dez critérios para a autogestão operária hoje, publicado em Autogestão (Samorzard), n. 1, de Lublin, e no n. 109 do boletim cotidiano de Varsóvia, Independência Sindical (Niezależnosc). O grupo publicou também as Teses sobre as relações entre o Solidarnosc e os conselhos operários e as Teses sobre a estrutura de organização do movimento autogestionário. Apoiou e divulgou os documentos elaborados pela "Rede das grandes empresas".

A partir da iniciativa de Lublin, várias conferências regionais de autogestão operária foram realizadas. Em outubro de 1981, durante uma reunião nacional dos conselhos operários, foi eleita uma comissão nacional, ainda por iniciativa do Grupo de Lublin. Em 13 e 14 de setembro, tinha sido realizada em Lublin a primeira conferência nacional sobre condições de trabalho.

O Grupo de Lodz

A corrente que foi mais longe na reflexão e na prática da autogestão operária foi, sem dúvida, a ala majoritária do Comitê Regional do Solidarnosc de Lodz. Em agosto de 1981, Zbigniew Kowalewski — membro do *presidium* da direção local do Solidarnosc — publicou um texto de debate que se tornou uma das peças fundamentais na discussão sobre o

movimento pela autogestão: Da tática da greve ativa. A tese foi elaborada a partir dos debates do 1º Congresso Regional do Solidarnosc pela delegação de Lodz. A tese diz respeito aos meios de ação do sindicato para instaurar a autogestão nas fábricas.

A proposição programática do *residium* de Lodz, apresentada no 1º Congresso do Solidarnosc, defende o controle dos conselhos operários sobre o Estado e em particular propõe a criação de uma câmara socioeconômica, baseada nos conselhos operários, no parlamento.

O conselho de trabalhadores da fábrica WZPB "1º de Maio", de Lodz, afirmou: "A autogestão, para ser duradoura, deve ter a sua própria representação no parlamento e nos conselhos do povo (câmaras autogestionárias). (...) A autogestão deve ter o direito de criar as comissões de coordenação regional e nacional dos conselhos de trabalhadores".

Deste modo, através da generalização dos conselhos de cooperação, dos conselhos de trabalhadores em nível regional e das reuniões inter-regionais dos delegados de conselhos, o movimento autogestionário encaminhava-se para uma real planificação central socializada. A centralização democrática dos conselhos de fábrica, de cidade, de bairro, com suas estruturas regionais e culminando num parlamento dos conselhos (uma câmara autogestionária), apontava para a organização do conjunto social em todos os níveis, permitindo aos trabalhadores tomar e exercer o poder.

Essa dimensão estava presente nas teses elaboradas pela direção regional de Lodz, entre outras regiões, sendo inclusive prevista a coordenação da economia, durante a greve ativa, pela comissão econômica ampliada (criada em Lodz pelos responsáveis sindicais, pelos representantes dos conselhos operários e ajudados pelos assessores).

O comitê regional de Lodz, em outubro de 1981, realizou uma experiência na região em relação ao controle da distribuição do provisionamento alimentar. Fazendo face ao

desenvolvimento do "mercado negro" dos bilhetes de racionamento, a direção regional do Solidarnosc exigiu o direito de imprimir os bilhetes, de exercer o controle da sua distribuição para as fábricas e da administração. Foi elaborada uma lista dos gêneros alimentícios em falta, acompanhada de urna proposição para modificar a produção em função das necessidades sociais.

Ainda em Lodz, uma coordenação dos conselhos operários foi criada. Seu primeiro apelo intitulou-se: A todas as instâncias do movimento pela autogestão nas fábricas.

Proposta da "Rede" do Solidarnosc

"A autogestão na empresa social, propriedade do conjunto da sociedade"

O sistema de economia socialista centralizada deixou de funcionar. (...) O país encontra-se à beira do caos e da crise. Nesta situação, apresentamos um projeto de reforma total, profunda da nossa economia (...) esta requer profundas mudanças em nível das instâncias centrais do Poder e das fábricas.

A independência das fábricas implica uma vasta reorganização da administração central. Todos os ministérios de ramo econômico devem ser suprimidos e substituídos por um único ministério da indústria e do comércio. É necessário acabar com o princípio que permite à instituição de planificação gerir as fábricas.

Autogestão

A autogestão numa fábrica significa que os seus trabalhadores e os seus representantes — o Conselho de Trabalhadores — constituem a mais alta autoridade de gestão. A dependência organizacional e oficial dos dirigentes de fábrica em relação à administração e à nomenclatura do partido deve ser eliminada e deve-se introduzir o princípio que só o conselho de

trabalhadores pode designar e revogar o diretor. O diretor deve ser subordinado ao conselho de trabalhadores e aplicar suas decisões na gestão cotidiana da fábrica. O conselho de trabalhadores deve ser eleito por sufrágio universal, igualitário e direto e com cédulas secretas para todos os trabalhadores da fábrica. Sua tarefa é de fixar os objetivos estratégicos da fábrica. Terá per obrigação, entre outras, decidir a orientação, o funcionamento e o desenvolvimento da fábrica; seus projetos, sua estrutura, seus regulamentos, os princípios de sua política de técnicos, a repartição de seus lucros, as assinaturas dos contratos de cooperação ou de importação-exportação, o salário dos diretores. Controlará sem restrições o funcionamento da fábrica.

Uma inteira independência em matéria de propriedade e de organização deve ser dada à autogestão territorial (conselhos e outras representações dos habitantes de cidades e municípios). É particularmente necessário mudar a lei eleitoral para os órgãos de autogestão territorial.

O direito de propor os candidatos deverá ser dado às organizações de autogestão dos trabalhadores e aos cidadãos que consigam reunir um número apropriado de assinaturas para sustentar suas candidaturas.

Autofinanciamento

Em lugar de subvencionar os "déficits planejados", é necessário introduzir o princípio do autofinanciamento, em que a fábrica cobre todas as suas despesas a partir de seus próprios lucros (ou eventualmente de créditos bancários). (...) Os salários dos trabalhadores dependem dos lucros da fábrica, assim como os trabalhadores podem se beneficiar diretamente da qualidade do seu trabalho. (...)

As Empresas Sociais outras

O tipo fundamental de fábrica-empresa será o das empresas sociais. Elas reagrupam todas as empresas do Estado que ascenderão à independência, à autogestão e ao

autofinanciamento. (...) A qualificação de "empresa do Estado" será reservada somente às empresas que fazem parte da esfera dita de "serviços de base" (ferrovias, correios etc.). Estas terão uma independência limitada. Nestas empresas, como nos bancos comerciais e nas sucursais do Banco Nacional Polonês, a autogestão existirá, mas disporão de competências bastante diminuídas, em virtude da sua ausência de independência. As únicas empresas às quais não se aplicará a autogestão serão as empresas privadas, qualquer que seja a nacionalidade do seu proprietário, às quais serão dados os direitos iguais na nossa economia.

Agosto de 1981

Teses da "Rede Autogestionária" sobre a autogestão

A empresa social é a unidade de base da economia nacional. Para passar pela estatização dos meios de produção à socialização cabe à empresa social:

- Gerir os seus negócios de maneira autônoma... É dotada de personalidade jurídica que abrange o conjunto de seus empregados, os quais gerem a parte dos bens nacionais que lhes é confiada e administra através de seus órgãos de autogestão (art. 1).

- Os membros destes órgãos auto gestionários são responsáveis perante os seus eleitores (todos os empregados), fixa as linhas gerais da sua atividade e do seu desenvolvimento e decide da repartição dos lucros (§ 5, art. 10).

- O conselho de autogestão é eleito por 4 anos por voto geral, igualitário, direto e secreto (§ 6, art. 16). Todo o empregado da empresa tem direito a voto, porém só são elegíveis os que têm mais de 2 anos na empresa. Esta regra não se aplica às empresas novas (§§ 4 e 5, art. 16).

- O conselho deve ser totalmente independente dos partidos, dos sindicatos e da administração da empresa. Os principais quadros do estabelecimento. (diretor, contabilista, chefe do pessoal etc.) não são elegíveis, assim como as pessoas que ocupam postos de direção nas organizações sociais e políticas (§§ 6 e 7, art. 16).

- O conselho de autogestão tem poder de eleger e de revogar o diretor da empresa (art. 42). A função do diretor da empresa é a de executar as decisões tomadas pelos órgãos auto gestionários (art. 36); o diretor é encarregado da gestão operacional da empresa (art. 37); o diretor dispõe do direito de veto sobre as decisões dos conselhos, desde que estas contradigam as disposições da lei (art. 41).

- Os sindicatos defendem os interesses dos trabalhadores como produtores, e o conselho de autogestão representa a vontade do pessoal como empregador; ele define o conjunto da política econômica da empresa: organização, plano, divisão de lucros,

escolha de técnicos, regras de trabalho, contratos comerciais etc. (art. 19). As decisões do conselho são tomadas baseadas na maioria absoluta e em presença de pelo menos 2/3 dos seus membros (art. 25). Certas decisões necessitam de uma consulta ao sindicato: as que concernem aos negócios relevantes do campo sindical, os órgãos de autogestão devem permitir ao sindicato exprimir a sua opinião, conforme a lei sindical e o Código do Trabalho (art. 58).

- Deve constituir-se uma segunda Câmara no Parlamento, reunindo os representantes eleitos democraticamente nos órgãos de autogestão dos trabalhadores, nas federações dos consumidores, nas associações técnico-científicas, nos movimentos ecológicos e de proteção da Natureza, nos conselhos nacionais e nos sindicatos. (...) A câmara dos órgãos de autogestão será o proprietário social autêntico dos meios de produção de todo o país. Ela realizará o papel de coordenação das atividades dos conselhos de trabalhadores em nível nacional; designará as principais orientações da economia nacional sob a forma de um plano de vários anos, traçando as perspectivas estratégicas. Exercerá o controle social supremo.

"Da tática da greve ativa"

"As formas de luta do Solidarnosc", inclusive e sobretudo sua última arma — a greve de massas — deverão estar subordinadas ao seu objetivo estratégico. A greve de ocupação, tal como foi praticada até o presente pelo Solidarnosc — isto é, passiva —, é uma arma de dois gumes. A interrupção do processo de produção, segundo sua duração e sua extensão, diminui sempre a produção de bens materiais e, assim, limita as possibilidades de satisfazer as necessidades sociais. Tendo presente o aprofundamento da crise econômica e da penúria, em face do afundamento dramático do processo de reprodução social, a greve de massas torna-se uma arma de dois gumes.

(...) Por outro lado, a experiência demonstra que, sem uma greve geral prolongada, não é claro que a sociedade possa

obter outra coisa que concessões pequenas por parte da burocracia. (...) O Solidarnosc não pode renunciar à greve enquanto meio de ação. Entretanto, a greve de ocupação passiva utilizada até o momento — mesmo que sua utilização não deva ser descartada — não pode permanecer, na situação presente, como a única arma possível. Em consequência, uma só conclusão se impõe:

Se os grupos reacionários da burocracia que dispõem das posições-chave no aparelho do poder se revelam num futuro próximo suficientemente fortes e astutos para forçar o Solidarnosc a recorrer à sua última arma para se defender de seus ataques contra a dignidade, os direitos e os interesses da classe operária e da sociedade ou se esta necessidade for imposta pela cólera social que aumenta em face da incapacidade e da impotência do aparelho do poder, nós não deveremos limitar-nos à greve passiva. Deveremos estar preparados para passar da greve de ocupação passiva à greve de ocupação ativa.

O controle da produção

Durante a greve de ocupação passiva, as comissões de fábrica do Solidarnosc, transformadas em comitês de greve, tomaram automaticamente o poder no interior da fábrica. Agirão da mesma forma durante a greve ativa. A diferença entre estas duas formas de greve de ocupação é que após uma breve paragem da produção, isto é, uma greve passiva, os comitês de greve asseguram a recolocação em funcionamento da fábrica, controlam a produção e de um modo geral toda a atividade da fábrica. E, após o fim da greve, contrariamente ao que se passa em caso de greve passiva, o poder na fábrica não retorna aos que o exerciam antes, mas aos órgãos de autogestão operária.

Nas fábricas de trabalho contínuo, não se pode fazer greve passiva; isto não significa que não hajam greves. Nelas os trabalhadores passam diretamente à greve ativa. Os comitês de greve controlam plenamente os serviços públicos, isto é, as

centrais elétricas, térmicas, as companhias de gás, as companhias de água, as casernas de bombeiros etc. O comitê de greve regional pode decidir excluir certas fábricas da greve ativa, ou seja, parar sua produção em vista da necessidade de organizar a produção regional segundo as reservas de energia e matérias-primas disponíveis. () Os trabalhadores destas fábricas participarão na greve ativa de outra maneira: deverão empreender toda a espécie de atividade socialmente útil, como renovar as máquinas e as instalações, proceder a uma revisão completa da fábrica; pôr em ordem as oficinas, começar a trabalhar para uma nova organização interna das fábricas, e como planos alternativos, que surgirão com o tempo, participar nas patrulhas de vigilância cívica, se elas forem mobilizadas, participar nas equipes que deverão ir ao campo para ajudar os camponeses individuais nos trabalhos etc.

Numa fábrica industrial típica, onde os trabalhadores participam na greve ativa, o fato de o comitê de greve exercer o poder e o controle da produção não significa que ele deva dirigir diretamente a fábrica. É uma tarefa para os especialistas de organização e de gestão. Segundo os casos, a fábrica será dirigida seja por sua direção inicial, seja por um comitê de gestão, organizado para a duração da greve e composto por técnicos que sejam bons especialistas e ao mesmo tempo gozem da confiança dos trabalhadores e do comitê de greve.

A fim de se assegurar um bom corpo operacional, é necessário, durante os preparativos da greve ativa, decidir previamente as nomeações aos postos responsáveis como o de diretor dos assuntos técnicos, de técnico principal, de mecânico principal etc., assim como aos postos de chefe de oficina e de setor.

O papel do comitê de greve

O comitê de greve deve dispor, em nome dos trabalhadores e em nome do interesse social, do bem nacional confiado à fábrica, e decidir todos os negócios importantes concernentes à atividade durante a duração da greve ativa.

Nenhuma decisão importante, quer tomada pelo diretor quer por uma outra pessoa responsável, será válida se não for avalizada pelo comitê de greve.

O comitê de greve deve, como se passa quando da greve de ocupação passiva, organizar uma guarda operária, assegurar a cooperação dos vigilantes da fábrica ou controladores, proteger particularmente os armazéns de armas que se encontrem na fábrica, a fim de impedir a sua destruição, garantir o provisionamento das cantinas etc.

A greve ativa deve necessariamente ser acompanhada da proclamação pelos trabalhadores de uma "declaração de independência da fábrica", que consiste principalmente em recusar a obedecer à associação industrial, de se submeter às suas ingerências e cessar de enviar o dinheiro para sustentação da Central das associações industriais. (...)

Preparar a greve ativa de imediato

Devemos começar imediatamente a preparar os trabalhadores a agir, em caso de proclamação pelo Solidarismo da greve ativa, e não somente porque não podemos prever de antemão a explosão de uma tal greve, mas também porque quanto mais tempo tivermos melhor será para prepara-la. Os preparativos deverão ter duas direções: de um lado assegurar as condições mínimas necessárias para a greve ativa, do outro, empreender os preparativos a longo termo, num prazo de alguns meses. (...) Tais preparativos não somente garantirão aos trabalhadores condições ótimas para uma ação de greve eficaz, mas prepararão as fábricas para a reforma econômica autogestionária e oferecerão as perspectivas de elaboração de um programa para tirar a fábrica da crise. (...)

O relatório sobre a situação da fábrica pode ser elaborado pelos trabalhadores, mesmo onde exista a possibilidade de criar equipes mistas (no melhor dos casos, duas rivalizando entre elas) compostas por operários e técnicos. (...)

O comitê regional de greve do Solidarnosc desempenhará durante toda a duração da greve ativa um papel extremamente importante, superando o quadro de ser unicamente a direção da greve e de sua coordenação. (...) Só ou com a Comissão Regional de Cooperação dos Conselhos Operários, ou ainda com o comitê constitutivo do conselho regional de trabalhadores — na medida em que este órgão exista —, ele deve controlar centralmente a atividade econômica de certos setores, pouco numerosos, mas extremamente importantes, como por exemplo o provisionamento da população em gêneros alimentares de base e em medicamentos, a produção de matérias-primas essenciais e de energia, os transportes ou ainda a realização dos acordos-chave de cooperação com o estrangeiro.

As tarefas do Comitê Regional de Greve

Uma outra tarefa não menos importante da direção regional deve ser a exploração de todas as fontes que permitam assegurar provisões para as cidades pelo campo em um nível suficiente para satisfazer as necessidades básicas da população citadina. É possível, em cooperação com o movimento sindical independente dos camponeses individuais, chamar à solidariedade entre os camponeses e os operários. Mas há igualmente outros meios, como por exemplo a realização ou aumento da produção de produtos industriais, não só de equipamentos mecânicos, dos quais os camponeses sentem cruelmente necessidade; podemos também ajudá-los nos trabalhos no campo ao enviar as brigadas operárias a partir das fábricas em que a produção estiver paralisada. (...)

Este gênero de medidas permitirá à cidade receber abastecimentos importantes de alimentação durante a greve. A distribuição dos gêneros alimentares como dos produtos destinados ao consumo e fabricados nas indústrias que participam na greve ativa deve ser severamente controlada pelos comitês de greve regionais. Os armazéns-depósito e os

mercados em geral deverão ser protegidos pelas guardas operárias ou civis, assim como as centrais de provisões com matérias-primas deficitárias e outros produtos; elas deverão efetuar a sua distribuição segundo normas fixadas pelas autoridades da greve. Devem-se estudar as vantagens de fundar uma rede de distribuição direta de certos artigos alimentares, a fim de abastecer os trabalhadores em greve, de criar "cestas populares" para as categorias mais pobres da população que têm necessidade de uma proteção particular. (...)

A greve ativa deve desenrolar-se sob a palavra de ordem de: "O poder aos trabalhadores nas fábricas!" Através desta greve, os trabalhadores desejam antes de tudo ter os meios de instaurar uma verdadeira autogestão e de tirar as fábricas da crise. As proposições emitidas durante a greve ativa devem referir-se aos estatutos dos órgãos de autogestão operária e à independência das fábricas. Uma dessas proposições deve reivindicar para os conselhos operários o direito de escolher os diretores por via de eleições abertas e de revogá-los, e que seja reconhecido o princípio segundo o qual a direção é o órgão executivo do conselho operário, responsável perante ele enquanto a mais alta autoridade da fábrica.

(...) Entre as proposições que deverão assegurar aos trabalhadores e a seus órgãos representativos o direito de decidir a atividade da fábrica, deve-se encontrar necessariamente uma proposição visando garantir aos órgãos de autogestão a possibilidade de definir o perfil da produção. Esta possibilidade é necessária para adaptar a produção às necessidades e favorecer na medida do possível — a concorrência entre as fábricas. Ela é válida principalmente para as fábricas que em face da crise, são ameaçadas de redução de pessoal ou de encerramento. O Solidarnosc deverá aproveitar a greve ativa para exigir que se dê aos trabalhadores destas fábricas um prazo de cerca de 6 meses para elaborar um plano alternativo.

(...) No fim da greve ativa, o comitê de greve do Solidarnosc só poderá passar o poder na fábrica aos órgãos de

autogestão operária. Para isso é necessário, durante a greve, eleger um comitê constitutivo do conselho operário ou um conselho operário, se ainda não existe. (...) Onde for possível, os conselhos operários devem, durante o curso da greve ativa e com o apoio dos comitês de greve, elaborar "contratos de trabalho", organizados por eles mesmos, repartir e remunerar o trabalho. A greve ativa deve não somente criar a independência da fábrica, mas também suprimir o regime despótico de trabalho.

Durante a greve ativa, deve-se eleger — onde não existir ainda — um comitê regional constitutivo de conselhos gráficos.

Conclusão

Nos anos de 1944-45, os próprios trabalhadores fizeram funcionar as fábricas destruídas pela guerra, elegeram por iniciativa própria os conselhos operários, os comitês de fábrica e interfábricas. Nos anos de 1956-1957, as empresas afetadas pela crise passaram a funcionar a partir de iniciativas dos trabalhadores com a ajuda dos conselhos operários eleitos. Hoje, pela terceira vez, assistimos ao renascimento do movimento de autogestão dos trabalhadores poloneses. (...) Começamos, portanto, por confiar os principais meios de produção à sociedade a instituir as empresas sociais, conforme a experiência histórica da classe operária polonesa. (...)

Se o Solidarnosc for obrigado a recorrer à arma última da greve de massas, que lance uma greve ativa que acelere o processo de auto organização da sociedade e abra o caminho para tirar o país da crise.

ZBIGNIEW M. KOWALEWSKI
Lodz, 9 de agosto de 1981

A todas as instâncias do movimento pela autogestão nas fábricas

Hoje, 1° de setembro, os representantes dos conselhos operários e de trabalhadores e os comitês constitutivos pró-autogestão de 30 fábricas da cidade de Lodz e de certas localidades da região, reunidos em assembleia por iniciativa do grupo de trabalho para as iniciativas de cooperação inter-regional entre os conselhos operários, fundaram o Comitê Constitutivo de Cooperação dos Conselhos Operários da Região de Lodz.

O comitê tem por objetivo ajudar e apoiar os órgãos de autogestão operária cada vez mais numerosos nas fábricas estatais; é igualmente destinado a encorajar a união e a solidariedade recíproca, bem como suscitar uma unidade de ação livremente consentida entre estes órgãos e os trabalhadores que eles representam. Tem igualmente por objetivo criar uma representatividade comum do movimento de autogestão dos trabalhadores do Estado e da região. O comitê é um órgão consultivo e representa ao mesmo tempo os Conselhos Operários e os comitês constitutivos pela autogestão nas fábricas, que pediram suas inscrições.

PRESIDIUM PROVISÓRIO
DO COMITÊ CONSTITUTIVO DE COOPERAÇÃO
DOS CONSELHOS OPERÁRIOS DA REGIÃO DE LODZ
1° de setembro de 1981

A autogestão dos sábados livres

Em agosto de 1981, um ano após as greves de 1980, a Direção Nacional do Solidarnosc lançou aos seus membros um apelo que significai os primeiros passos concretos no sentido de um sistema autogestionário. O sindicato pediu aos trabalhadores que abandonassem até o fim do ano os oito sábados livres, arrancados duramente ao poder, após dezembro de 1980.

A produção realizada durante essas jornadas seria distribuída sob o controle do sindicato, através dos órgãos de autogestão nas fábricas. "Os sábados livres serão um terreno de experimentação da autogestão, direção estratégica de nossa ação", declarou então Lech Walesa.

O "Apelo do Solidarnosc" impulsionou fortemente o movimento autogestionário. O espírito dos sábados livres esteve presente na prática dos operários: em agosto, durante a greve de 2 horas na fábrica de tratores Ursus, os operários decidiram trabalhar durante essas 2 horas e vender a produção diretamente aos agricultores particulares. Muitos agricultores foram até a fábrica para comprar peças de reposição, que tanta falta fazem no campo.

Sábados livres — O apelo do Solidarnosc

"Nós sentimos a nossa responsabilidade e não desejamos iludir o país. Faremos tudo para que nesta situação de crise a ordem seja mantida. Mas... a paciência da sociedade foi esgotada e há ameaças de explosão. Diante do processo da máquina que dirige o país, temos necessidade de um sistema de autogestão no qual os conselhos operários e de trabalhadores possam eleger suas direções e instituições que garantam aos trabalhadores o controle sobre o fruto de seu trabalho.

Nós não podemos esperar os efeitos da reforma econômica... A situação de urgência impõe medidas de

urgência. Conclamamos todas as empresas do país a trabalhar 8 sábados livres até o fim do ano. O excedente de produção será distribuído pelo Solidarnosc com um esforço particular para os produtos que acusam maior escassez no mercado. Neste dia, as instituições provisórias de autogestão deverão ser responsáveis pela direção das empresas... Toda a ação contrária da parte do Governo encontrará a resistência do Solidarnosc."

O primeiro congresso nacional do Solidarnosc

Em 7 de agosto, foi realizada a 1ª Conferência dos Grupos de Autogestão, em Varsóvia. Nesta reunião ficou clara a presença de várias tendências opostas e às vezes complementares dentro do movimento pela autogestão. O objetivo da conferência foi o de lutar contra o projeto de lei sobre a autogestão proposto pela direção do POUP ao Parlamento.

Se alguns dirigentes tomaram posição firme contra o projeto, como os representantes de Lodz, outros dirigentes apresentaram uma visão da autogestão como uma experimentação social em pequena escala e não como uma transformação profunda da sociedade. Z. Kowalewski definiu nessa ocasião a autogestão da seguinte maneira: "A verdadeira autogestão significa que o Poder está nas mãos dos trabalhadores. O projeto do Governo significa que os trabalhadores só poderão tomar decisões limitadas. Por isso somos contra este projeto". Foi um prenúncio dos debates que se passariam no plenário do congresso.

A conferência adotou, por unanimidade, uma resolução contra o projeto do POUP e conclamou o Parlamento que adotasse uma lei que abrisse as portas a uma autogestão autêntica.

O Primeiro Congresso Nacional do Solidarnosc

A "Lei sobre a autogestão" foi votada pelo Parlamento em 27 de setembro de 1981, antes da abertura da segunda parte do congresso sindical. O congresso foi realizado em duas partes: de 5 a 10 de setembro e de 26 de setembro a 7 de outubro. Uma resolução adotada na primeira parte do congresso exigia a organização de um referendo-plebiscito em todo o país sobre a autogestão oficial. A adoção do texto pelo Parlamento fez-se de forma apressada e sob pressão do POUP e do governo, com medo da realização do referendo.

O Parlamento terminou por emendar o projeto do POUP, integrando um certo número de exigências do sindicato.

Para o debate sobre a autogestão, as proposições foram elaboradas com base em vários projetos que se distinguiam claramente do projeto do parlamento sobre a autogestão; principalmente em relação ao poder do conselho de autogestão. As principais proposições discutidas no congresso foram as da "Rede das Grandes Empresas" e as do Grupo de Lublin.

Durante o congresso, a autogestão esteve no centro dos debates. Não foi uma discussão acadêmica, porque, de uma parte, em centenas de empresas existiam os conselhos operários ou comissões fundadoras desses conselhos; e, de outra parte, porque se colocou o problema concreto de aceitar ou de apresentar alternativas ao projeto do governo.

Diversas correntes e grupos apresentaram-se ao debate sobre vários projetos de autogestão. Uma primeira corrente, mais favorável a acentuar as eleições livres para os parlamentos regionais e o parlamento nacional. Esta corrente manifestava dúvidas sobre as possibilidades e a necessidade dos conselhos operários para assegurar a realização da autogestão operária.

Uma outra corrente, indecisa, tentou conciliar o desenvolvimento da autogestão e o contexto legal proposto

pela lei adotada pelo parlamento; enfim, uma terceira corrente acentuou o reforço dos conselhos operários e a luta para modificar os pontos negativos da lei governamental.

Uma declaração de 56 delegados animadores de conselhos de autogestão foi lida na tribuna: "As leis do parlamento não atendem as nossas aspirações... Nós nos dirigimos ao congresso para que ele adote uma resolução de acordo com as nossas reivindicações, obrigando os dirigentes do sindicato a defenderem realmente a autogestão".

Três delegados envolvidos diretamente na construção dos conselhos de autogestão e representantes da região de Lodz tiveram sua moção aprovada por uma maioria espetacular. A "Resolução final", correspondendo às posições dos grupos de Lodz e de Lublin e em contradição com as posições da Comissão Nacional do Solidarnosc e da "Rede das Grandes Empresas", decidiu que as duas leis do parlamento (sobre a autogestão e sobre os conselhos de trabalhadores) seriam submetidas a um referendo nas fábricas.

Deste modo, foi rejeitado o compromisso aceito pelo *Presidium* da Comissão Nacional entre as duas sessões do congresso com o parlamento. A base do sindicato, expressando a radicalização reinante nas fábricas e graças ao funcionamento democrático que caracterizou o congresso, teve voz preponderante.

A outra moção, vencida, foi feita pela "rede autogestionária", enquanto a moção vitoriosa foi apresentada por Z. Kowalewski, de Lodz, e ligado ao Grupo de Lublin. Os militantes de Lodz e de Lublin combinam o desenvolvimento do controle operário autogestionário e a construção do movimento pela autogestão, com a concepção da greve ativa. Sem dúvida, constituem o bloco de correntes radicais que defendem a autogestão operária e que foram vitoriosos na segunda sessão do congresso. Uma outra corrente expressou-se através da posição de Jacek Kuron, assessor do Solidarnosc e um dos líderes históricos do Comitê de Autodefesa Social — KSSKOR.

Declaração de três delegados submetida ao Congresso do Solidarnosc

"Em número cada vez maior, as fábricas fazem-nos chegar notícias alarmantes, dando conta das tentativas do aparelho de Estado para esmagar o desenvolvimento de um movimento pela autogestão verdadeiramente autônomo.

Os diretores das empresas emitem notas de serviço através das quais eles criam comissões de organização de eleições dos conselhos operários sob a presidência do primeiro secretário do comitê de fábrica do POUP. A existência dos comitês constitutivos de autogestão, formados por iniciativa dos trabalhadores é ignorada. Esta ação é conduzida com o aval do governo.

O congresso considera que as leis sobre a autogestão e sobre as empresas do Estado não dão direito aos diretores de ingerência no processo de formação dos órgãos de autogestão. As notas de serviço mencionadas acima violam os princípios elementares da autogestão operária.

O congresso exige o fim imediato de tais práticas. O congresso declara que o Solidarnosc só reconhece os conselhos operários formados pelos trabalhadores sem nenhuma ingerência da administração. Ele chama os trabalhadores a boicotar as instâncias de autogestão constituídas por iniciativa dos diretores e a desenvolver atividades autônomas para construir e reforçar o verdadeiro movimento de autogestão operária."

Z. DT. KOWALEWSKI (Lodz)

Janus KARPINSKI (Lublin)

Jerzy DINER (Varsóvia)

Gdansk, 3 de outubro de 1981

A República autogestionária

Só há uma alternativa: ou a ditadura burocrática que esmagará a sociedade ou o socialismo autogestionário (ANDRZEJ SLOWIK - presidente do Solidarnosc de Lodz).

O programa adotado pelo Congresso Nacional do Solidarnosc é todo ele atravessado pela ideia de que a auto-organização e o controle social em todos os níveis da sociedade é a via correta para se atingir a *república autogestionária*.

A perspectiva de uma república autogestionária acelerou a criação de diferentes movimentos em favor da autogestão, como os clubes de iniciativa social, os clubes de operários. Em novembro, foram fundados os Círculos da República Autogestionária "Liberdade, Justiça, Independência"

Após a adoção da resolução sobre a autogestão pelo congresso, os militantes de Lodz e de Lublin, mesmo antes do fim do congresso, começaram os preparativos visando expandir o movimento autogestionário aos níveis de organização e de atividades. A coordenação regional dos órgãos de autogestão da HauteSilésia decidiu pôr em prática uma ideia defendida há vários meses pelo Grupo de Lublin, a saber: 12 dias após o congresso, delegados de 17 coordenações regionais fundaram, em 17 de outubro, o comitê fundador da Federação Nacional da Autogestão (KZKFS), que deveria ser um órgão que "permitisse a criação de um modelo autogestionário da economia e do Estado".

Seria o grande passo no sentido do desenvolvimento vertical do movimento autogestionário. Ao contrário do Grupo de Lublin, a "rede autogestionária" não chegou a defender a ideia deste tipo de desenvolvimento e chegou mesmo a apresentar-se como adversa. Contudo, um dos seus militantes mais combativos, Hans Szyk, foi eleito presidente da Federação Nacional da Autogestão.

A coordenação regional de Gdansk, por sua vez, só aderiu à federação após muitas hesitações e a coordenação da Bassilésia (Wroclaw) recusou-se. Em Gdansk e Wroclaw as posições eram próximas da "Rede". A Comissão Nacional do Solidarnosc (TKK) não reconheceu a federação como pertencente aos seus quadros.

O Grupo Lublin, baseado na demora da Comissão Nacional em tomar as decisões para encaminhar o referendo nas fábricas (que o grupo de Lodz havia pedido para o prazo máximo de 6 semanas), decidiu, em 13 de novembro, elaborar um projeto de 19 questões sobre o referendo, o qual foi aceito pela Federação Nacional de Autogestão. Por sua vez, o grupo de assessores da Comissão Nacional apresentou um projeto de quatro questões, bastante limitado quanto aos seus objetivos. Sob pressão da ala radical, a Comissão Nacional adotou uma resolução fixando a data do referendo para a primeira semana de dezembro de 1981. Nesta resolução a Comissão Nacional reconhece a necessidade de criar a coordenação dos órgãos de autogestão em nível regional e nacional, engajando as instâncias sindicais. Sem dúvida, foi uma grande vitória para o movimento autogestionário dos conselhos, pois começavam a esbater-se as diferenças com o sindicato.

A tarefa principal que se apresentava era a de criar os órgãos de autogestão no maior número possível de grandes empresas. A lei do parlamento impunha a data de 31 de dezembro como limite para a criação dos órgãos de autogestão nas empresas estatais; este limite impunha um enorme trabalho organizacional e ideológico para os militantes, pois só existiam coordenações em 25 regiões até o fim de novembro. Fora dos grandes centros industriais, as direções regionais do Solidarnosc eram pouco ativas no que concerne à autogestão. Foi nas grandes empresas que a ideia da autogestão encontrou o apoio sólido dos trabalhadores.

Entretanto, foi precisamente nesses grandes centros industriais que a aplicação da democracia direta, do ponto de

vista constitucional (pois a lei impunha que o conselho de trabalhadores fosse eleito de forma direta) se tornou difícil de ser aplicada. O Grupo de Lublin tentou uma forma de eleições indiretas, por delegação, que fosse mais adaptada às grandes empresas, não obtendo apoio suficiente no seio do Solidarnosc. Sem o aval do parlamento, o processo de eleição do conselho de trabalhadores era prolongado e complicado. Para dificultar, a ideia da autogestão pela base, a partir das equipes, das brigadas e das oficinas, encontrou pouco apoio entre os trabalhadores.

Como vimos, o Grupo de Lodz, como as outras correntes radicais do movimento pela autogestão, não se limitou à luta pelo referendo e pela modificação das leis parlamentares, como a única via para desenvolver a autogestão operária. Desde agosto de 1981, na região de Lodz desenvolveu-se de forma ampla a propaganda sobre a tática da greve ativa, que teria um papel fundamental na tática e estratégia da luta pela reforma econômica baseada na autogestão operária. Em 23 de outubro, o Solidarnosc reconheceu a greve ativa como se deu sem enérgicas intervenções contra, principalmente por parte dos assessores.

Uma pesquisa sociológica efetuada no início de novembro na região de Lodz indicou que 65% dos sindicalistas eram favoráveis à greve ativa, contra 12% favoráveis à greve passiva, clássica. Na empresa WIFAMA, o índice atingiu 85% pela greve ativa.

Em outras regiões, as direções locais do Solidarnosc tinham começado os preparativos para desencadear a greve ativa, e equipes locais foram criadas para esse fim. Foi o caso de Lodz, Stalowa Wola e Varsóvia. A direção regional da Haute-Silésia elaborou um projeto de criação de uma central sindical de distribuição dos bens produzidos nas fábricas a serem controlados durante a greve ativa. Em Lodz, foi nomeada uma coordenação informal para preparar a greve ativa em nível nacional, e o Grupo de Lublin chegou a elaborar instruções práticas para a greve ativa.

Nessa época, começava a discussão sobre as "milícias operárias" de autodefesa do Solidarnosc. Em 2 de dezembro, o *Presidium* de Lodz avançou uma "Proposição de ação para o sindicato: a greve ativa combinada com a criação de milícias operárias", que seriam encarregadas de assegurar a defesa das fábricas e da rede de distribuição durante a greve ativa.

Na iminência de confronto com o poder, o Solidarnosc de Lodz decidiu passar à ação: a greve ativa no país começaria na região de Lodz em 21 de dezembro. Um comunicado do Centro de Pesquisas Socioprofissionais de Lodz, publicado em 8 de dezembro, testemunhava o estado de espírito dos trabalhadores: "88,3% dos inquiridos declaram apoiar ativamente a direção sindical se esta se decidir a afrontar o poder, com o objetivo de realizar as reivindicações de agosto de 1980. Entre as formas de luta, é a greve ativa que é mais evocada".

O recurso à militarização do país, em 13 de dezembro de 1981, suprimiu uma das mais ricas possibilidades de construção do socialismo autogestionário. O desenvolvimento da autogestão na economia e no conjunto da vida social apontava no sentido da transformação da estrutura burocrático-estatal numa estrutura de democracia socialista. A revolução polonesa ilustrou as perspectivas mais ricas e promissoras para as possibilidades da classe operária e para o futuro do socialismo autogestionário.

Sua experiência múltipla e rica em diversos campos de ordem teórica e prática é parte integrante do patrimônio do movimento operário internacional.

Teses sobre a república autogerida aprovadas no I Congresso Nacional do Solidarnosc

O Programa do Solidarnosc, adotado no seu Congresso Nacional, em outubro de 1981, é todo ele atravessado pela ideia de que a auto-organização e o controle social em todos os níveis da sociedade são a via correta para chegar à república autogestionária.

A República autogerida

19ª tese: O pluralismo das ideias, sociais, políticas e culturais deve constituir a base da democracia na república autogerida.

- 1. A vida pública na Polônia necessita de profundas reformas que deverão conduzir à instauração definitiva da autogestão, da democracia e do pluralismo. Por isso, lutaremos também pela mudança das estruturas do Estado e pela criação e desenvolvimento das instituições independentes e autogeridas em todos os domínios da vida social. Só este caminho pode garantir a concordância das instituições da vida pública com as necessidades do ser humano, com as aspirações sociais e nacionais da Polônia. Estas mudanças são igualmente indispensáveis para tirar o país da crise econômica. Consideramos que o pluralismo, a democracia e a liberdade de desfrutar plenamente as leis constitucionais são as garantias que nos asseguram que o sacrifício e o esforço dos trabalhadores não serão mais uma vez aniquilados.*
- 2. O nosso sindicato está aberto e pronto a colaborar com os diferentes movimentos sociais, nomeadamente com outros sindicatos criados após agosto de 1980 e pertencendo ao grande movimento do Solidarnosc, tais como o Sindicato dos Agricultores Individuais, o Sindicato dos Artesãos, o Sindicato dos Motoristas do Transporte Privado, e com os*

outros sindicatos independentes e autogeridos aos quais as leis existentes interdita de se associarem ao movimento. Estas leis deverão ser usadas. Hoje, na Polônia, a liberdade de associação sindical e a liberdade de escolher seu sindicato têm uma importância fundamental para os trabalhadores. É por essa razão que consideramos a lei sindical o nosso valor mais precioso. Esta lei deve garantir as liberdades acima mencionadas.

- 3. O nosso sindicato mantém relações particulares com a Associação Independente dos Estudantes e com os diferentes movimentos independentes da juventude, tais como o escotismo. Essas organizações e associações deparam-se com dificuldades múltiplas, tanto nas suas atividades como quanto aos seus registros. Consideramos que é necessário votar uma nova lei concernente às associações que garanta aos cidadãos uma liberdade total de associação.*
- 4. Estimamos que os princípios do pluralismo devem ser aplicados à vida política. O nosso sindicato ajudará e protegerá as iniciativas cívicas que tenham por objetivo propor à sociedade diferentes programas sociopolíticos e econômicos. Mas devemos nos opor a toda iniciativa dos dirigentes do nosso sindicato com o objetivo de criar partidos políticos.*
- 5. O nosso sindicato, fiel aos princípios do pluralismo, aceita a possibilidade de coexistência com outros sindicatos.*
- 6. Sem reforma global do direito penal e nomeadamente do que pode ser utilizado para reprimir os direitos dos cidadãos, os princípios do pluralismo estarão sempre ameaçados.*

20ª tese: A autogestão autêntica é a garantia de uma república autogerida.

O sistema que liga o poder político ao poder econômico, baseado na ingerência permanente do partido no funcionamento das empresas, constitui a razão principal da crise atual da nossa economia. (...)

A única solução para mudar esta situação é a criação de comissões autogestionárias de trabalhadores que darão o verdadeiro poder de decisão ao pessoal das empresas. O nosso sindicato reivindica a restauração do princípio da autogestão nas cooperativas. (...)

21ª tese: As estruturas autogestionárias regionais, jurídica e financeiramente autônomas, devem representar realmente os interesses da população local.

A autenticidade da autogestão de uma estrutura regional é fundada sobre o princípio de eleições livres. As listas eleitorais devem ser abertas a todos. Todos os candidatos são iguais. Uma grande campanha eleitoral deve ser organizada para permitir aos diferentes candidatos apresentarem os seus pontos de vista. As próximas eleições deverão realizar-se nestas condições.

O Solidarinosc insistirá sobre este ponto. Com este objetivo, o nosso sindicato elaborará até ao fim de dezembro de 1981 um projeto do sistema eleitoral que será proposto ao Parlamento (Dieta) após uma consulta aos nossos membros.

Os órgãos regionais de autogestão devem ter o direito de decidir sobre o conjunto dos assuntos regionais. Eles poderão estar submetidos ao controle da administração do Estado, conforme a lei. Este controle limitar-se-á aos exames da atividade dirigida por estes órgãos para verificar se são conforme as leis. Em caso de litígio entre um organismo autogestionário e a administração, a decisão competirá aos tribunais competentes. Os órgãos regionais de autogestão devem ter o direito de dirigir a atividade econômica. Devem

igualmente ter a possibilidade de colaborar com outros organismos auto gestionários. (...)

O primeiro congresso do Solidarnosc recomenda à Comissão Nacional elaborar o projeto de lei sobre a autogestão segundo os princípios acima mencionados. Este projeto será submetido à consulta e proposto ao parlamento (Dieta). O Solidarnosc encorajará toda a iniciativa dos organismos autogestionários que tenha por objetivo resolver os problemas relativos à crise econômica.

22ª tese: Os organismos e as estruturas da autogestão devem estar representados na mais alta instância do poder de Estado.

- 1. É indispensável conferir aos sindicatos o direito de iniciativa legislativa.*
- 2. Lutaremos para conferir ao parlamento (Dieta) o poder mais elevado. O novo sistema eleitoral deverá ter um caráter verdadeiramente representativo.*
- 3. Consideramos útil examinar a necessidade de criar um organismo de autogestão no mais alto nível de poder do Estado. Ele terá por tarefa o controle da realização do programa de reformas econômicas e das atividades dos organismos auto gestionários regionais. (...)*

**Extrato da declaração da fundação dos círculos da república autogestionária
"Liberdade, Justiça, Independência" — INSN**

A pluralidade de caminhos até a democracia

É chegado o tempo de dar bases novas à energia social. A espontaneidade deve ser auxiliada por uma reflexão política, a fé na vitória por uma avaliação das condições de vencer, a esperança num futuro melhor por uma visão coerente do renascimento da pátria. Eis por que estimamos necessária hoje

a fundação das formações políticas. Essas formações representam os embriões dos futuros partidos políticos do Estado democrático. Estimamos igualmente que a única garantia de unidade reside num debate concreto entre as diferentes proposições de programa, na publicidade deste debate e dos resultados que serão alcançados. Só assim será possível realizar na unidade os objetivos sociais fundamentais do programa do Solidarnosc.

Fundação dos círculos e meios de ação

A organização de base é formada pelos círculos da república autogestionária "Liberdade, Justiça, Independência" (INSN). Nós nos engajamos na organização dos círculos nos locais de trabalho ou de residência. Torna-se membro eles círculos quem assinar a declaração ideológica da INSN. São os membros do círculo que decidem de sua estrutura. As tarefas essenciais dos círculos são:

- promover uma educação política ao estimular a confrontação de ideias livres;*
- enriquecer e tornar mais concreta a visão da república autogestionária e, em particular, empreender ações pela fundação dos órgãos autogeridos locais nas fábricas e entre a população;*
- atuar pela humanização da justiça e do trabalho.*

(...) O centro funciona à base de encontros abertos a todos os seus membros. (...) os encontros realizar-se-ão no primeiro sábado de cada mês, a partir de janeiro de 1982, em Varsóvia.

Robotnik, 1981

Resolução da Federação Nacional dos Órgãos de Autogestão

1. *Está fundado o comitê constitutivo (KZ) da Federação Nacional dos Órgãos de Autogestão (KFS).*
2. *O comitê constitutivo da KFS é formado pelas coordenações regionais dos conselhos de trabalhadores. Ele é composto de duas representações de cada região. Cada região dispõe de uma voz deliberativa.*
3. *Os conselhos operários das instituições e das fábricas são representados no seio do KZKFS pelas coordenações regionais.*
4. *O KZKFS é um órgão provisório, até a realização do Congresso Nacional dos Conselhos de Trabalhadores ou até uma outra decisão dos Conselhos Regionais de Autogestão.*
5. *O KZKFS é aberto a todas as coordenações regionais dos conselhos.*
6. *O KZKFS não tem nenhum poder sobre os conselhos de trabalhadores. Ele pode tomar decisões sob a forma seguinte.*
 - *de resoluções que engajem suas instâncias executivas;*
 - *de resoluções representando um ponto de vista comum, que são as proposições para os conselhos regionais de autogestão e para os conselhos de autogestão de fábrica.*
7. *O objetivo do KZKFS é fomentar as condições que permitam, a criação e o funcionamento das estruturas sociais e dos organismos reguladores do funcionamento de um modelo auto gestor da economia e do Estado.*
8. *A KFS realiza os seus objetivos estatutários por:*
 - *organização de cooperação entre os conselhos existentes ou em formação, e entre as suas*

- representações territoriais;*
- *participação na elaboração dos projetos de lei do parlamento e de outros atos, com a apresentação de suas próprias elaborações neste terreno;*
 - *verificação das leis e outros atos existentes, em vista de aboli-los ou modificá-los;*
 - *representação da posição dos conselhos de autogestão em face das autoridades do Estado, das organizações e das instituições;*
 - *organização de consultas no que concerne aos problemas econômicos no sentido amplo, e inclusive sob a forma de referendos;*
 - *explicação do seu ponto de vista sobre a reforma socioeconômica;*
 - *atividades tendo por objetivo a criação das câmaras socioeconômicas no parlamento nacional e nos parlamentos territoriais;*
 - *proposição das vias e das formas de socialização da economia e do Estado;*
 - *preparação e circulação das informações;*
 - *cooperação com outras organizações e iniciativas sociais no que concerne aos objetivos de ações comuns.*

Esperando a criação da Federação Nacional dos Órgãos de Autogestão, o comitê constitutivo da KFS empreenderá as atividades com vista à realização dos objetivos mencionados acima. Ele não deverá perder de vista a realização dos seus objetivos principais, que é a elaboração da forma futura do estatuto e da constituição definitiva da Federação Nacional dos Órgãos de Autogestão.

Parte III

A alternativa autogestionária de Solidarnosc

As principais características das táticas de luta da Social Democracia não são inventadas, mas são o resultado de uma contínua série de grandes atos criativos da mais elementar luta de classes (.. J. A lógica do processo objetivo é anterior a lógica subjetiva de seu portador (Rosa Luxemburgo).

O interesse fundamental da luta travada pelos operários poloneses está na força de sua crítica prática, de sua práxis e do que esta trouxe como novo, retomando o fio condutor da luta operária por sua autoemancipação. Das três experiências constituídas pela revolução de 1956 na Polônia e Hungria, pela revolução dos Conselhos na Tchecoslováquia em 1968/1969, e pelos dezesseis meses de Solidarnosc, a dialética deste processo, no sentido de afirmação da autogestão social, assinala um salto de qualidade com Solidarnosc. O estímulo que o movimento social Solidarnosc trouxe para o movimento operário caracteriza-se por sua contribuição a uma estratégia e um programa autogestionário.

As ações dirigidas sob o signo de Solidarnosc apresentam duas características fundamentais:

- de um lado, são o resultado de condições particulares, de um excepcional concurso de circunstâncias históricas e geográficas;
- de outro lado, este concurso de circunstâncias permitiu o nascimento de métodos de luta, táticas e estratégias que se tornam armas para o conjunto do movimento operário.

As lutas sociais na Polônia suscitaram muitas questões. Contudo, é a relação entre a estratégia do movimento operário e o Estado que marca sua originalidade, e essa se manifesta na estratégia do movimento social frente ao Estado. O Solidarnosc inova em relação à estratégia vitoriosa na Revolução de Outubro de 1917 e, em relação à estratégia de transformação gradual do Estado. Os principais teóricos

dessas estratégias tradicionais foram Lênin e Bernstein, respectivamente. São as duas grandes tendências estratégicas do movimento operário mundial.

A relação de forças no campo militar, desfavorável ao movimento social, conduziu Solidarnosc a se esquivar da questão do poder. A dualidade do poder se desenvolveu na prática. Contudo, em nível de teoria, não se colocou a discussão sobre a tomada do poder político do Estado. Assim, o quadro militar e geopolítico definiu a estratégia de autolimitação do Solidarnosc. A autolimitação é relação de forças e conduziu o Solidarnosc a uma estratégia de arrancar, por partes, setores da vida estatal. Atacar pelas beiras e por baixo, deixando de lado o núcleo central estatal. O objetivo final seria o resultado de um processo longo e tenaz de luta cotidiana. A cada passo, em cada reforma, está presente o objetivo final. É um processo de acúmulo de forças em que o movimento social cresce em poder e enfraquece o Estado.

A autolimitação teve seu início nos acordos de Gdansk, em agosto de 1980 e seu ponto mais tenso foi a crise de Bydgoszcz, em março de 1981. Seu final se deu com a resolução da dualidade de poder em 13 de dezembro de 1981, com a decretação do "Estado de Guerra".

A estratégia da autolimitação evita o confronto com as forças de repressão porém não elimina a luta contra o Estado. Esta estratégia se desenvolve no contexto de uma ofensiva do movimento social baseada no ataque pelos flancos, atuando nos pontos em que o Estado é mais fraco e contornando o seu núcleo repressivo, campo em que o poder é superpoderoso. Significa, taticamente, evitar o confronto e estrategicamente prolongar a dualidade de poder, visando eliminar o adversário.

Nesse contexto, o Solidarnosc buscou arrancar vários setores da vida social, então sob o controle estatal, atacar pelas beiras do poder, deixando de lado o seu núcleo central. Essa forma de luta foi resultado da experiência adquirida nas lutas ocorridas entre 1976 e 1980.

O primeiro setor da vida social que o movimento Solidarnosc arrancou do Estado foi o sindical. Foi uma etapa intermediária. Para avançar e preservar suas conquistas o movimento tinha de continuar sua progressão, tendo por base as primeiras conquistas obtidas. Ele foi arrancando do Estado outros setores, entre os quais destacam-se: o controle do abastecimento, através das marchas contra a fome; o controle da produção, através da autogestão na produção; o controle sobre as forças da repressão.

Em relação às forças da repressão, além da tentativa de um sindicato na polícia, por ocasião da prisão de dois militantes, os trabalhadores de Mazowsze ameaçaram com a greve geral e, além da libertação dos presos, avançam reivindicações que põem em questão o conjunto do aparato repressor.

Reivindicam: abertura de uma auditoria parlamentar sobre as atividades da milícia e da polícia; auditoria para estabelecer as responsabilidades nos massacres de 1970 e 1976; redução e controle do orçamento da polícia, sanção contra os autores da circular contra o movimento Solidarnosc.

Trata-se, portanto, de reconstrução da sociedade "por baixo", uma estratégia de reconstrução da sociedade civil independentemente do Estado. Ocorre assim uma inversão na ordem das coisas. Os movimentos sociais, ao longo da história, foram sempre concentrados sobre a questão do poder estatal. A conquista da máquina estatal ou a construção de um novo Estado fora os meios usados para a transformação da vida concreta dos homens.

Sob a pressão da realidade do "socialismo estatal", o movimento se desenvolvia, aumentava o abismo entre a sociedade real e a autoridade legal. O Estado como que se achava progressivamente "expulso" da sociedade. As estruturas formais ficavam de pé, mas as regras que lhes davam vida se afundavam, apenas deixando de pé carcaças vazias.

Solidarnosc e o movimento autogestionário dos conselhos foram ocupando o vazio criado. Sob a pressão desse fenômeno o Solidarnosc estendeu suas atividades até se transformar numa verdadeira estrutura de "duplo poder".

Jacek Kuron — assessor do Solidarnosc e fundador do KOR — Comitê de Autodefesa Social — ilustrou esta situação em 1981: "A revolução polonesa começou, durante o verão de 1980, a quebrar o monopólio comunista em três domínios fundamentais: na organização, na informação e no poder de decisão. No domínio da organização, o monopólio foi quebrado graças à existência do Solidarnosc e das estruturas horizontais do POUP, o monopólio da informação foi quebrado pelo jornal Solidarnosc e pela imprensa sindical. Enfim não existe mais o monopólio na tomada de decisões. O Partido nada pode fazer sem a aprovação do Sindicato. O velho sistema afundou e nós não criamos um novo. Estamos numa situação de vazio total de poder em todos os domínios da vida social".

O gráfico acima mostra a evolução do movimento social. De início, colocado no nível dos sindicatos e das fábricas, o movimento passa para o campo político. O nacionalismo recobre o movimento social. Seu objetivo final é a independência e o momento decisivo é o das eleições livres, quando Solidarnosc explodiria em uma pluralidade de forças políticas, conservando contudo suas funções de sindicato. Seria a passagem de um movimento social único para um sistema político pluralista, marcando a vitória do Solidarnosc. O movimento deveria "se abolir" com sua vitória, deveria ser substituído pela diversidade de opções políticas que define e constitui a democracia socialista. As eleições estavam marcadas para fevereiro de 1982.

De acordo com Jerzy Milewski, secretário da "rede autogestionária", membro da direção de Solidarnosc, existia a proposta de elaboração de uma lei eleitoral e de um mecanismo de escrutínio dos conselhos do povo. Essa tarefa estava a cargo do recém criado Partido Polonês do Trabalho,

iniciativa da "rede autogestionária" e que deveria tomar a forma de núcleos por regiões e fábricas.

O movimento social pôde colocar de forma nova a questão da estratégia do movimento operário nos países "ocidentais" na acepção de Gramsci. O programa adotado no Congresso do Solidarnosc — setembro e outubro de 1981 — representa a elaboração mais precisa e avançada de um projeto global alternativo de sociedade, e como resultado de um dos movimentos revolucionários de massa dos mais consideráveis da história contemporânea.

O texto do programa se esforça, numa perspectiva de transição, em relacionar propostas de "ações imediatas" com um programa de "reconstrução da vida pública", concebido como o "caminho para uma República autogestionária". As duas noções centrais, a da "empresa social" e a da "República Autogestionária" se inscrevem numa perspectiva de socialização do poder econômico-político, como alternativa à estatização burocrática e à propriedade privada capitalista.

Autogestão e greve ativa

Os conselhos operários constituem uma prática de luta, que desenvolve a experiência do controle direto da produção e da vida social. Os conselhos são uma forma embrionária do futuro "Estado em extinção", especialmente quando passam dos conselhos de fábrica locais para articulações amplas, tipo conselho geral operário com base em princípios soviéticos.

No movimento autogestionário polonês, encontramos claramente os sinais da atividade autônoma das massas. Foi na fundação de órgãos democráticos de gestão das fábricas, nos conselhos de trabalhadores, que se expressou o movimento autogestionário. A aparição dos conselhos operários, sua coordenação em nível regional e nacional criaram as condições para inverter a prática tradicional de luta.

A principal transformação ocorreu com a tese da greve ativa, significando a mudança da greve passiva em controle da gestão dos produtores. O documento sobre a "greve ativa" da região de Lodz explica a transformação. "Durante a greve com ocupações passivas, as comissões de fábrica do Solidarnosc transformaram-se em comitês de greve, tomando automaticamente o poder no interior das fábricas. Elas agiram da mesma forma durante a greve ativa. A diferença entre as duas formas de greve de ocupação é que após uma breve parada na produção, isto é, uma greve passiva, os comitês de greve asseguram a recolocação em marcha, controlam a produção e, de um modo geral, toda a atividade da fábrica. Após o fim da greve, contrariamente ao que se passa com a greve passiva, o poder na fábrica não retorna aos que o exerciam antes, mas aos órgãos de autogestão."

O método da greve ativa nasceu tanto da reflexão sobre a situação da Polônia, na primavera de 1981, como de um balanço das revoluções de 1956 na Hungria e Polônia e da utilização da greve geral com ocupação passiva em 1956. Houve também influência dos fatos de maio de 1968 na França e nos movimentos de democracia direta na Itália e das comissões operárias da Espanha.

Pela amplitude do movimento autogestionário, como pelo seu conteúdo social e político, a concepção da greve ativa constitui a aquisição essencial da revolução polonesa. Constituiu-se então uma ponte entre a mobilização, respondendo à consciência e às necessidades imediatas da grande maioria do proletariado e dos cidadãos e ao objetivo da mudança revolucionária da burocracia, pela alternativa de uma "República Autogestionária". Esse processo esclarece a dinâmica do "duplo poder", fundado sobre a mobilização autogestionária das massas.

No espírito de seus iniciadores, a greve ativa foi a peça mestra de uma estratégia coerente: de tomada de poder. Suas bases foram: a análise da situação no final de 1981, como situação revolucionária, a consciência que só uma

demonstração prática num grande número de regiões poderia suscitar uma decisiva mobilização dos trabalhadores e transformar o seu interior, a favor dos grupos mais combativos. A greve ativa deveria assegurar a gestão operária da produção, o controle da distribuição de alimentos e a formação de milícias operárias. Estava decidida para o mês de dezembro e deveria também favorecer a emergência da autogestão territorial, liberando a energia de milhões de trabalhadores; estimular a luta pelo poder político e pelas eleições livres, marcadas para fevereiro de 1982, criar uma situação de "prolongamento da dualidade de poder", baseada na formação no interior do parlamento de uma "câmara autogestionária", eleita democraticamente por todos os produtores assalariados, camponeses e artesãos individuais, concentrando "todo o poder econômico do Estado". Assim passariam a existir duas Câmaras no Parlamento, uma representando a sociedade e outra representando o POUP.

Greve ativa e autogestão operária se generalizando no conjunto da vida social, destruindo as instituições burocráticas e reestruturando a sociedade através de um sistema "tricameral" — câmara autogestionária, territorial e política. Essas foram as grandes linhas alternativas esboçadas pelo movimento autogestionário polonês.

A elaboração de uma alternativa socialista autogestionária exige o reconhecimento da diversidade dos órgãos necessários para o exercício do poder pela grande maioria dos trabalhadores e cidadãos, a definição das regras de sua articulação democrática. A concepção "pluricameral" esboçada pelos revolucionários poloneses contém elementos fecundadores que são: conselhos de operários gerindo a "Empresa Social", coordenando-se nacionalmente e elegendo seus delegados à câmara autogestionária, a qual inclui o conjunto dos produtores e concentra a totalidade do poder econômico; câmara política, eleita através da livre expressão e competição de todas as correntes político-ideológicas, o que ocorreria com a formação de um sistema pluralista baseado

nos clubes operários, embriões de futuros partidos políticos; organismos regionais e nacionais de autogestão territorial. Esse sistema de três câmaras autogestionárias funcionaria segundo os princípios essenciais da democracia operária. Princípios que nasceram com a Comuna de Paris, com a Revolução Soviética de 1917 e de várias experiências revolucionárias atuais de conteúdo autogestionário cada vez mais claro e firme, como a Comuna de Gdansk.

Parte IV

Rosa Luxemburgo e o Solidarnosc



Rosa Luxemburgo (1871-1919)
(criadora do conceito de “greve geral”)

Os ensinamentos socialistas do marxismo uniram o conhecimento teórico com a energia revolucionária, o primeiro iluminando e estimulando o segundo. Ambos são, na mesma medida, parte integrante da essência do marxismo; se separarmos um do outro, transformamos o marxismo numa triste caricatura de si próprio (Rosa Luxemburgo).

O historiador Artur Rosenberg, baseado em Karl Korsch, distingue três etapas na história do movimento operário mundial. Para o próprio Korsch, a relação marxismo e filosofia apresenta três etapas históricas:

1. corresponde ao pensamento de Marx até 1848, elaborando o caráter revolucionário de uma teoria desenvolvida simultaneamente com o movimento revolucionário;
2. estende-se de junho de 1848 até o início do século XX, durante o qual a dissociação entre marxismo e filosofia traduz-se na política reformista de social democracia

na II Internacional, tendo como teoria o "marxismo ortodoxo";

3 o marxismo retoma seu conteúdo filosófico graças à práxis revolucionária.

Rosenberg aplica esta tipologia korschiana à história do movimento operário. Em sua História do bolchevismo, define: "O marxismo, no decorrer do século XX, percorreu duas etapas. A primeira foi a da organização dos trabalhadores com o objetivo de realizar a revolução democrático-burguesa. Nesta etapa, os trabalhadores seguem as ordens de um pequeno grupo de revolucionários profissionais oriundos do setor intelectual da burguesia. É o tipo Marx-Engels, e também o tipo bolchevique. Na segunda etapa, os trabalhadores progrediram ao ponto de deliberarem, eles mesmos, as suas próprias organizações e se empenharem em melhorar suas próprias condições de classe no seio da sociedade capitalista burguesa. Portanto, a meta revolucionária final passa para segundo plano e, nos países em que a burguesia precisa fazer sua própria revolução, os trabalhadores a seguem. Estas etapas são caracterizadas pelo tipo de partidos da II Internacional no Ocidente Europeu e na Rússia os mencheviques. Na terceira etapa, a classe operária toma com plena consciência e por iniciativas próprias suas determinações. Não se conforma em melhorar sua posição na sociedade, transformando a propriedade privada em propriedade social. Os trabalhadores não serão órgãos executivos de uma direção partidária, mas atuarão de modo autônomo, segundo suas próprias diretrizes (...). Esta terceira etapa é a da realização das ideias marxistas sobre o futuro e corresponde à última perspectiva de Marx, ou seja, à sociedade sem classe".

A tipologia rosenberguiana tem como núcleo a autodeterminação dos trabalhadores. Neste aspecto, se diferencia de Korsch. Por exemplo, para Rosenberg o bolchevismo se coloca na 1ª etapa; para Korsch, abordando o ponto de vista da relação marxismo e filosofia, o bolchevismo se situa na 3.ª etapa. Há portanto divergência entre o aporte

histórico-cronológico korschiano e o aporte lógico rosenberguiano. A correspondência situa-se na 1.^a etapa, em relação ao reformismo da II Internacional Socialista. Portanto, a tipologia de Rosenberg é fundamental, correspondendo à expectativa marxista de que "a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". Segundo a tipologia de Rosenberg, não-centrada no aspecto cronológico, mas na autodeterminação dos trabalhadores, temos a hegemonia ideológica do bolchevismo e do reformismo, tendo à esquerda Gorter, Pannekoek e, à sua direita, o austromarxismo de Bauer e Adler. Vamos encontrar no Lênin "radical libertário" das Teses de abril e do Estado e revolução, elementos geniais da 3.^a etapa rosenberguiana. O mesmo ocorre com Trotsky em Nossas tarefas políticas, Balanço e perspectivas e 1905. Apenas Rosa Luxemburgo vai definir uma alternativa revolucionária baseada no socialismo autogestionário.

Segundo Rosenberg: "A classe operária da geração da 1.^a guerra mundial não tinha alcançado o nível da 3.^a etapa: explica-se por que os dirigentes teóricos e políticos representantes deste estágio não puderam reunir em seu redor mais que pequenos núcleos de seguidores. Estes dirigentes eram: na Rússia, Trotsky; na social-democracia polonesa e alemã, os seguidores de Rosa Luxemburgo; na Holanda, o grupo de esquerda marxista em torno de Gorter". Neste sentido, a teoria antecipou a prática e, ao contrário da coruja hegeliana, não chegou *post festum*. A esquerda, o comunismo dos conselhos (Gorter, Pannekoek etc.) ficou restrito a vários e pequenos grupos de teóricos. Trotsky esteve, durante bastante tempo, entre as várias frações da social-democracia russa. A direita, no contexto da época, o austromarxismo conseguiu dar vida a um projeto político, buscando uma alternativa ao bolchevismo e ao reformismo, sem contudo escapar a uma variante do reformismo, se bem que complexa e rica. Rosa Luxemburgo apresenta uma alternativa revolucionária ao bolchevismo e ao reformismo.

Especificamente no contexto russo, Trotsky e Rosa representam uma corrente que se distingue dos populistas do "Narodnitchestvo" e do "marxismo tradicional". Em 1904, esta corrente apenas começava a ser formulada e não tinha uma base de massa. Representava uma síntese das outras duas posições e tinha como núcleo a teoria da revolução permanente, o caráter internacional da revolução socialista.

Iniciava-se uma teoria sobre as recentes realizações revolucionárias. Ela está expressa no Trotsky de Nossas tarefas políticas (1904), na Rosa de ~Questões de organização da Social-Democracia russa (1904) e, sobretudo, na consequência organizacional de um partido baseado no princípio da "auto-atividade das massas" e que será desenvolvida de uma forma mais acabada no 1905 de Trotsky.

O projeto trotskista parte do conceito central de auto-determinação do proletariado e da auto-atividade das massas. Trotsky e Rosa se encontram na exigência de uma organização revolucionária que se baseie na auto-atividade das massas. Ambos reinterpretem a história do movimento operário a partir da autodeterminação das massas. Para Rosa, a partir das greves de massa na Rússia, e para Trotsky, a partir da revolução de 1905 e do primeiro Soviet da história - o de Petrogrado.

Diz Rosenberg: "Os homens da 2.^a etapa conduziram todos os partidos operários da Europa Central e Ocidental; os homens da 1.^a etapa realizaram a revolução burguesa. O objetivo histórico do proletariado está na passagem do 2.^o para o 3.^o estágio. . . É justamente este o motivo pelo qual os teóricos e políticos da 3.^a etapa ocupam um lugar de importância tão especial. . . Eles representam já o futuro do proletariado".

Assim, Rosenberg identifica os homens da 3.^a etapa como os que teorizam o futuro do proletariado, esboçado na época em algumas experiências e lutas dos trabalhadores: na prática operária das comissões de fábrica da revolução soviética, nos sovietes diversos, na onda revolucionária dos

conselhos que sacudiu a Europa após a Revolução de Outubro, nas greves de massa etc ...

Nesse contexto: "A social-democracia e o bolchevismo nada têm a ver com o movimento operário. Opondo-se a ambos, apesar de todas as suas incoerências, Rosa Luxemburgo abriu uma via nova à revolução socialista. Apesar de certos erros teóricos e de certas ilusões quanto à prática socialista, sua perspectiva revolucionária contém um internacionalismo sem falhas e o princípio da autodeterminação da classe operária em suas organizações e na sociedade (...) . Suas ideias permanecem tão vivas quanto a ideia da revolução.

Entre os teóricos da II Internacional Socialista, Rosa Luxemburgo foi a única a defender o socialismo baseado na autodeterminação operária, ou seja, o socialismo autogestionário. Para ela, o socialismo implica o controle das massas no conjunto social. Assim Rosa retoma a via de Marx. Nesse sentido, estabelece-se um "filão Marx-Rosa". No campo prático revolucionário, baseado na auto-atividade dos trabalhadores, corresponde ao "filão Comuna de Paris-Comuna de Gdansk", significando a reatualização do socialismo autogestionário.

O "filão Marx-Rosa" é atualmente um dos mais criativos, originais e críticos dentro do pensamento marxista. Na atualidade, frente à crise em que se encontra o movimento operário, Rosa Luxemburgo representa uma terceira alternativa, entre Lênin e Kautsky. Diante do descrédito do "socialismo estatal", da crise dos velhos dogmas do "marxismo-leninismo", do fracasso da social-democracia enquanto força anticapitalista, do fim do eurocomunismo e da crise atual das vias "oficiais" e das alternativas (maoísmo, trotskismo etc.), a importância da obra de Rosa Luxemburgo para o marxismo é fundamental. É um dos raros pensamentos capazes de abrir novas vias de transformação nos países do capitalismo avançado.

Para isso tentamos desenvolver os elementos do "filão Marx-Rosa". De início é importante abordar as experiências da AIT e da Comuna de Paris.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) foi fundada em 1964 e para Marx a novidade da AIT estava no fato de ter sido fundada pelos próprios trabalhadores:

"Antes da fundação da Internacional, todas as diversas organizações tinham sido sociedades fundadas para a classe trabalhadora, por alguns radicais que pertenciam às classes dominantes; mas a Internacional foi instaurada pelos próprios trabalhadores" (discurso de Marx por ocasião do 7º aniversário da fundação Internacional). O lema da AIT:

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" é na verdade a carta da autogestão social. E claro que nesse período existiam as correntes ideológicas exteriores à classe operária. As ideias coletivistas revolucionárias orientavam a prática no sentido de uma tomada do poder pelo proletariado e de uma transformação da sociedade pela revolução. As ideias de Marx e de Bakunin tiveram um papel decisivo. Contudo essas ideias eram influenciadas pela própria prática revolucionária do movimento operário nessa época que culmina com a Comuna de Paris.

No quadro da AIT, vamos encontrar uma abordagem da questão da economia pelos trabalhadores. A partir das reivindicações sobre condições de trabalho, coloca-se a questão das "cooperativas de produção, enquanto forma superior da associação livre dos produtores diretos", que será motivo de debates em vários Congressos da Internacional.

Marx aponta os limites e as condições do trabalho cooperativo afirmando: "O trabalho cooperativo, forma válida da livre organização da produção pela base para salvar as massas operárias, deve ser desenvolvido em dimensões nacionais. O trabalho cooperativo fechado num círculo estreito de esforços parciais de operários isolados não será capaz de acabar o fardo de suas misérias".

No Congresso de Genebra (1966), o debate gira em torno da ordem do dia: "Trabalho cooperativo". No seu Relatório, lê-se: "Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da atual sociedade, baseada no antagonismo de classes. Seu grande mérito é mostrar na prática que o sistema atual de subordinação do trabalho ao capital, despótico e pauperizador, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais. Mas o movimento cooperativo limitado às formas microscópicas de desenvolvimento que podem produzir, por suas combinações, escravos individuais, assalariados, é importante para transformar a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um largo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo, as mudanças das condições gerais da sociedade só serão feitas com o uso das forças organizadas da sociedade. Contudo, o poder governamental, arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários de terra, deve ser dirigido pelas próprias classes trabalhadoras. Recomendamos aos operários o encorajamento da cooperação de produção mais que a cooperação do consumo. Esta última toca apenas a superfície do sistema econômico atual, a outra o ataca pela base".

Como vemos, trata-se do esboço de uma concepção de autogestão da economia pela base, pelos próprios trabalhadores e pelos cidadãos.

O Congresso de Lausanne (1867) vai se caracterizar por ter colocado pela primeira vez a questão da burocracia operária gestonária da economia coletiva. No ponto da pauta, encontramos a questão: "Os esforços tentados para a emancipação do Quarto Estado, a classe operária, não poderiam ter por resultado a criação de um Quinto Estado em que a situação seria bem mais miserável que a atual?" Hoje, esta questão constituiu o problema central do socialismo, desde que o "socialismo estatal" se baseia na propriedade e na gestão centralizadas pelo Estado.

No Congresso de Bruxelas, 1868, o grande debate foi em torno do caráter da propriedade da terra e sua forma de gestão. A revolução final se pronuncia pela propriedade coletiva do solo e pela coletividade social representada pelo Estado. Quanto à gestão desta propriedade social, o congresso decide "que o solo será concedido às companhias agrícolas, às minas, às companhias minerais, às estradas de ferro, às companhias operárias e com condições de garantia para a sociedade e para os agricultores". O Congresso se pronuncia pela propriedade social do solo e sua autogestão operária.

Apoiamo-nos no trabalho fundamental de João Bernardo, Para uma teoria do modo de produção comunista para analisar as experiências da Comuna de Paris.

A Comuna constitui a primeira grande revolução moderna. Pela primeira vez, o proletariado tentou estabelecer um novo tipo de poder político: "A extinção do poder político". Esta foi sua grande inovação. Surgiram no mundo real da práxis as formas práticas do poder político em extinção - a organização do social e do econômico exercida diretamente pelas massas. A realização prática desta nova forma de poder político significava a constituição de um novo modo de produção e, também, a determinação por parte do movimento operário da produção de um novo campo teórico. Marx inaugurou este processo no campo teórico, a partir da práxis proletária da Comuna. Foi o primeiro teórico revolucionário que falou sobre a novidade da forma de poder político criado pela Comuna. Marx definiu a necessidade de a classe operária destruir o aparato do Estado burguês e caracterizou as novas instituições como o processo de "extinção do poder político". Inaugurou a interpretação teórico-prática da questão do Estado. Contudo, à época da Comuna, não existiam condições materiais para que a luta de classe se desenvolvesse no domínio social direto sobre a economia. A Comuna desenvolveu instituições de gestão direta da vida social e, portanto, de extinção do poder em nível político, não desenvolvendo, entretanto, o processo de controle direto da

sociedade sobre a economia. Desse modo, manteve a ambiguidade de um sistema que busca extinguir os intermediários no nível político e reproduzir sua existência no nível econômico, impedindo a realização de novas relações de produção e de um novo modo de produção. A Comuna não teve tempo para superar esta ambiguidade. A formação dos comitês operários nas fábricas apenas esboçou a superação desta ambiguidade.

A II Internacional

O período que decorre entre a derrota da Comuna e as revoluções operárias do pós 1ª Guerra constitui a época da II Internacional Socialista.

Nessa época, consumou-se a ambiguidade ideológica existente na Comuna. A reprodução dos intermediários em nível econômico e político se consuma num sistema ideológico harmônico, que é o da II Internacional. Esse sistema constitui a forma teórica de reprodução da tecnocracia enquanto classe social, como grupo político autônomo que busca a direção e o controle da sociedade. A tecnocracia se torna gestora do processo de produção, proprietária dos meios de produção, organizadora da opressão política da sociedade. A realização desta nova classe, a burguesia estatal, torna-se o projeto ideológico da II Internacional. É o período de hegemonia do socialismo estatal, defendido por Lassale. Segundo Pannekoek, "o socialismo de Estado é um projeto de reconstrução da sociedade sobre a base de uma classe trabalhadora tal como a classe média a vê e conhece sob o capitalismo. O sistema capitalista de produção é conservado em sua estrutura, pois os trabalhadores continuarão a trabalhar sob as ordens dos chefes ... A teoria do socialismo de Estado defende a via reformista para o socialismo e é uma doutrina mecânica e vazia; crê que a revolução social se limita a uma mudança das instituições políticas e das condições externas da vida, sem a transformação do homem, pela qual

escravos submissos tornam-se lutadores plenos de orgulho e audácia".

A guerra mundial trouxe a bancarrota da social-democracia alemã. No pós-guerra, "a social-democracia tornou-se um partido burguês, visando à reforma do capitalismo. Não se trata mais de conquistar o poder pela luta da classe operária e de instaurar no futuro o socialismo, mas de organizar o capitalismo pela intervenção do Estado, pela intervenção de um controle estatal sobre o capitalismo monopolista, sobre os bancos e a grande indústria".

A fusão entre as hierarquias sindical e política da II Internacional revela a forma de fusão entre os exploradores do econômico e os opressores em nível político. As instituições produzidas no âmbito da II Internacional se caracterizam por organizar a fusão entre os intermediários na produção e os intermediários no político e por subordinar as massas trabalhadoras.

Na Revolução Soviética de 1917, a vanguarda que reagiu contra a degeneração do processo revolucionário não conseguiu libertar-se do mito do partido centralizador. Por isso, a vanguarda revolucionária existente no interior do partido bolchevique não conseguiu ligar-se à vanguarda operária, que teve seu ponto máximo com a Comuna de Kronstadt, em 1921. A "Oposição Operária" defendia no seio do partido um programa semelhante ao dos revolucionários de Kronstadt. Contudo, a fusão entre a vanguarda no partido e a vanguarda operária não foi sequer tentada.

A Comuna de Kronstadt desenvolveu sua práxis contra a exploração da base operária; contudo, essa prática de luta não foi teorizada, não podendo ser assimilada por trabalhadores em outras épocas. Os teóricos da luta operária contra o "socialismo estatal" nascente se limitaram às fronteiras do partido, e os que superaram essas fronteiras, como o grupo "Verdade Operária", foram incapazes de teorizar sua práxis. É trágico ver as oposições revolucionárias dentro do partido bolchevique participarem da repressão a Kronstadt,

única forma material da práxis proletária. Bubnov, uma das principais figuras do grupo "Centralismo Democrático", foi condecorado com a "Bandeira Vermelha" por sua participação no aniquilamento da Comuna de Kronstadt. Kollantai, líder da "Oposição Operária", se orgulhará de ter sido dos primeiros a defender a repressão aos kronstadianos.

O grande debate estratégico do movimento operário europeu ocorreu após a Revolução de Outubro, opondo de um lado Lênin e de outro Kautsky. O tema do debate incluiu as questões da tomada do poder e da democracia socialista. Esta polêmica se deu em seguida à dissolução da Assembleia Constituinte pelos bolcheviques, em janeiro de 1918 e teve como eixo a questão reforma X revolução. O debate não conseguiu reproduzir a riqueza das discussões de 1900 e 1910, em torno da greve de massa, partido X massa, democracia socialista, reforma x revolução, nos quais tomaram parte Bernstein, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Adler, Bauer, Gorter, Pannekoek etc... Os homens da 3.^a etapa rosenberghiana, protagonistas do debate em 1900-1910, estiveram excluídos do segundo debate. É sintomático que Rosa tenha criticado a Revolução Russa na prisão, às vésperas da morte.

Com a implantação do stalinismo e com a Comintern tornando-se um braço do Estado soviético, duas linhas estratégicas se definiram para o movimento operário: o reformismo social-democrata e o bolchevismo stalinista. Ambas tendo como núcleo central a questão do Estado e do partido como instrumentos básicos da revolução. Durante muitos anos, o movimento operário ficou limitado a essas duas estratégias. As revoluções ocorridas se deram contra o chamado "marxismo oficial", a exemplo da China em 1949 e Cuba em 1959.

Os movimentos operários "antiburocráticos" nos países do "socialismo estatal" após 1956, as lutas operárias ocorridas nos países capitalistas nos anos 60 e a experiência polonesa, em particular, apropriaram-se de uma forma crítica e em

novas bases desse debate estratégico, passando-o pelo teste da prática, que o modificou teórica e estrategicamente.

O significado de Rosa Luxemburgo

O estudo de Rosa Luxemburgo representa um contato vivo e criador para os que buscam alternativas ao dogmatismo e ao oportunismo vigentes no movimento socialista. Grandes expoentes do marxismo, tais como Lenin, Radek, Lukács, Mehring, celebraram o pensamento de Rosa. Lenin declarou que, "apesar de seus erros, Rosa Luxemburgo foi e será sempre uma águia. Não apenas sua memória será sempre cara aos comunistas de todo o mundo, como também sua biografia e suas obras oferecerão um ensinamento utilíssimo para a educação de muitas gerações de comunistas de todo o mundo". Mehring escreveu: "Rosa Luxemburgo foi o cérebro mais genial entre os herdeiros científicos de Marx e Engels". Lukács, por sua vez, afirmou:

"Rosa Luxemburgo foi a única discípula de Marx que prolongou realmente sua obra", e "Rosa será sempre porta-voz insuperável, mestra e dirigente inegável do marxismo revolucionário. Só por um confronto com a obra teórica da vida de Rosa Luxemburgo se pode ascender a uma posição verdadeiramente revolucionária, comunista e marxista". Radek definiu Rosa Luxemburgo como "o mais profundo espírito teórico do marxismo", e "do ponto de vista metodológico, os seus escritos representam, sem dúvida, o que de melhor foi escrito em defesa do marxismo".

Apesar de todos esses juízos, Rosa Luxemburgo foi coberta pelo silêncio logo após sua morte. O stalinismo não podia correr o risco de difundir um pensamento que se dirigia contra todo tipo de mitificação e rigidez dogmática do marxismo. Um ano após a morte de Lenin, janeiro de 1924, o executivo ampliado da Comintern condenava o pensamento de Rosa Luxemburgo. Essa condenação assumiu caráter oficial através de uma carta de Stalin, intitulada "Sobre alguns

problemas do bolchevismo", em 1931. Nesse documento, Stalin acusa Rosa de ter em 1905 "inventado o esquema utópico e semimenchevique da revolução permanente... depois aproveitado por Trotsky e transformado numa arma contra o leninismo". Em 1925, Ruth Fischer pedia a erradicação do partido comunista alemão do "vírus sifilítico", identificado como o pensamento luxemburguiano.

Rosa Luxemburgo, apesar de tudo, será "revivida" em três ocasiões históricas. Durante o período do nazifascismo e do stalinismo, a obra de Rosa Luxemburgo foi um elemento fecundador do movímengo operário. Na França, na década de 30, diversas revistas de caráter luxemburguiano assinalaram o "renascimento" de Rosa.

Após 1968, em diversos países da Europa, em Portugal, com a "Revolução dos Cravos", em 1974, surgiu um novo interesse pela questão da greve de massa e da crise revolucionária. A invasão da Tchecoslováquia em 1968 e os fatos da Polônia em 1968-1970 colocaram em questão o problema da democracia socialista. É sintomático que, na França, de 1930 a 1965, tenham sido publicados dois livros sobre Rosa Luxemburgo. Enquanto que de 1968 a 1975 tenham surgido dezenove livros e textos dedicados a sua vida e obra.

O aprofundamento da crise do "socialismo estatal" a partir das lutas operárias, em particular na Polônia, em 1980-1981, recolocou o problema da democracia socialista e da estratégia revolucionária. A partir das greves de massa que levaram à fundação do Solidarnosc, a obra de Rosa Luxemburgo é "redescoberta" a partir da práxis proletária.

Como afirma Raya Dunavyeskaya, "Rosa Luxemburgo permanece extremamente pertinente para os movimentos revolucionários e sociais atuais: para os revolucionários da América Central contra o imperialismo americano, ou para a jovem oposição operária, anti-nuclear e anti-racista nas burocracias ocidentais. . . ou para a juventude e as mulheres

iranianas em luta, contra Khomeini, ou para o movimento Solidarnosc na Polônia contra o capitalismo de estado russo".

Rosa Luxemburgo e o Solidarnosc

O movimento a partir da prática é, em si mesmo, uma forma de teoria (Raya Dunavyevskaya).

Segundo o marxista italiano Lelio Basso, estudar Rosa Luxemburgo significa assimilar um conhecimento histórico do movimento operário internacional, no qual Rosa ocupa um posto importante. Contudo, estudar Rosa Luxemburgo não é apenas um fato relativo à história passada. Significa assimilar, recriar um instrumento atual para elaboração e aprofundamento da estratégia de luta do movimento operário moderno.

Falar do legado de Rosa Luxemburgo é sublinhar a atualidade de sua obra e tentar apropriar-se dos seus elementos mais valiosos. Esse legado político é parte da cultura política socialista, que não é algo acabado e definitivo: é dinâmica, aberta, viva e processual, recriada constantemente pela práxis das massas e pela sua teorização. "Nenhuma etapa nova do conhecimento nasce do nada. Nasce unicamente da práxis. Quando os trabalhadores estão preparados para dar um novo salto para a liberdade, alcançamos também uma nova etapa do conhecimento. . . o movimento a partir da prática busca a universalidade".

Neste sentido, os trabalhadores poloneses na experiência da luta de classe revolucionária, através de suas organizações baseadas na autodeterminação e na autogestão, deram vida à obra de Rosa Luxemburgo, fazendo jus, assim, à expressão luxemburguiana de que "a massa do proletariado é chamada a dar vida ao socialismo por sua própria atividade... Só os operários podem pela sua ação dar corpo às palavras".

Nos momentos críticos da história, em que os cenários se caracterizam por um movimento revolucionário real com

participação de amplas massas, o marxismo autogestionário se afirma enquanto força operativa.

O movimento social Solidarnosc significou um salto de qualidade na história das lutas operárias. Sua contribuição para o movimento operário é do porte semelhante ao da Comuna de Paris, no sentido de elaboração de uma estratégia e de um programa autogestionário socialista, enquanto fruto da práxis de milhões de trabalhadores e como definição do conteúdo da revolução socialista contemporânea.

O pensamento de Rosa Luxemburgo toma corpo na práxis dos operários poloneses, seja em suas formas de luta, retomando a greve política de massa, seja nas suas formas de organização através dos conselhos operários, nos princípios da democracia direta e na proposta de um programa em torno da República autogestionária.

A experiência do Solidarnosc é fundamental. Lênin dizia que para a Comuna de Paris havia faltado tempo suficiente para concretizar seu programa socialista autogestionário. A Comuna durou apenas 2 meses. Solidarnosc durou dezesseis meses e foi o resultado de lutas anteriores, pelo menos a partir das lutas operárias de 1956. Se "fracassou" nos seus objetivos de revolução social, apontou e esboçou elementos embrionários para a atualização autogestionária do marxismo revolucionário. Como dizia a própria Rosa Luxemburgo: "Falemos com franqueza. Do ponto de vista histórico, os erros cometidos por um movimento verdadeiramente revolucionário são infinitamente mais fecundos que a infalibilidade do mais lúcido comitê central". Segundo Rosa as revoluções são sempre "prematuros". Neste aspecto, tanto Solidarnosc como os bolcheviques, em 1917, puseram os problemas, porém não tiveram condições de resolvê-los.

De acordo com Oskar Negt, "como quer que definamos as formas de organização que se orientam para a autogestão a autodeterminação e o controle da democracia pelos operários, elas são em toda sua multiplicidade formas de emancipação

dos oprimidos, dos explorados e dos deserdados deste mundo, característica de todo um período histórico. Partidos ou outras organizações que não as tenham como fundamento e como parte constitutiva deles abandonam a via da democracia proletária. Deste ponto de vista, Rosa Luxemburgo formulou um programa histórico que permanece atual até os dias de hoje".

Entre os teóricos da II Internacional, Rosa Luxemburgo foi a única a defender uma concepção do socialismo baseado na autogestão social e na democracia operária. Em sua concepção, o socialismo deve relacionar a socialização dos meios de produção e a liberdade individual. Rosa retoma, assim, Marx: "O triunfo do socialismo implica o pleno desenvolvimento do indivíduo". A principal característica da concepção socialista luxemburguiana é a autogestão coletiva da coletividade. Portanto, a luta desenvolvida pelos trabalhadores poloneses se insere num contexto que pode ser "lido" pela chave da obra luxemburguiana.

Rosa Luxemburgo e a dialética

Rosa Luxemburgo não fez análises globais e sistemáticas sobre temas como dialética, revolução social, autogestão social, dualidade de poder, hegemonia proletária, democracia socialista. Entretanto, suas opiniões estão dispersas em dezenas de artigos. Seus escritos com caráter sistemático têm por objeto exclusivo a economia política (Introdução à economia política e A acumulação de capital). Todavia, encontramos em seus escritos linhas de força que caracterizam seu pensamento social.

A obra de Rosa Luxemburgo consiste na contribuição para uma moderna estratégia marxista e no esforço por relacionar o método dialético marxista com o método vivo na luta de classe. Rosa concebia a dialética como "o modo específico de pensar do proletariado consciente", chamando-a de "o espírito santo da dialética luxemburguiana, totalidade

concreta, complexo orgânico de relações". É na sua polêmica com Bernstein que Rosa nos fornece uma lição do método dialético. O próprio Bernstein chegou a declarar: "No que respeita ao método é o que de melhor se escreveu contra mim".

O fundamento teórico da longa batalha de Rosa contra o revisionismo e o reformismo é a referência à categoria da totalidade, considerando-a a essência do marxismo revolucionário. Para ela, os revisionistas são empiristas, isolam os fatos, não reconhecendo a totalidade do processo histórico. Bernstein separava mecanicamente o fim do meio, o objetivo do movimento, a revolução da reforma. É famosa sua expressão de que "o movimento é tudo, o objetivo é nada".

A unidade do objetivo final e da ação cotidiana constituem o ponto central da estratégia de Rosa Luxemburgo. Significa, na luta prática, não separar os momentos particulares e os objetivos também particulares da luta, a ação cotidiana reivindicatória e reformista, da perspectiva revolucionária e do objetivo final, isto é, a revolução social.

Assim, reforma social e revolução são pares dialéticos e, enquanto tais, mantêm entre si relações de luta e de unidade. Com a dialética de reforma e revolução, Rosa aborda a revolução social de uma forma original na literatura socialista. Entendemos a afirmação de Lênin de que "sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário" no sentido da necessidade de uma estratégia global em relação ao objetivo final, que ilumine e oriente a ação cotidiana.

A ausência de relação entre o imediato reivindicativo e seu objetivo a longo prazo expressa, de um lado, a posição reformista: limitar-se ao imediato, e, de outro, a posição esquerdista: limitar-se às palavras de ordem, ao objetivo final revolucionário sem as mediações concretas.

Foi na luta contra o reformismo da social-democracia alemã que Rosa Luxemburgo elaborou sua teoria revolucionária. A relação entre a luta cotidiana e o objetivo

final constitui seu núcleo. Rosa declarou: "Um certo número de companheiros pensa que o debate sobre o objetivo final seria apenas uma questão acadêmica e doutrinária. Afirmando que, ao contrário, para nós enquanto revolucionários, enquanto partido proletário, não há nenhuma questão mais prática que a do objetivo final. Em que consiste o caráter socialista de nosso movimento? A luta prática se expressa em três aspectos: a luta sindical, a luta por reformas sociais e a luta pela democratização do Estado. Estas formas de luta são o socialismo? Claro que não. . . o que é que nos torna um partido socialista na luta cotidiana? É a referência destas três formas de luta prática ao objetivo final. Só o objetivo final forma o espírito e o conteúdo de nosso socialismo, que é uma luta de classes". Respondendo à afirmação de Bernstein de que o "movimento é tudo, o objetivo é nada", Rosa declarou que "a conquista do poder político permanece o objetivo final, e o objetivo é a alma da luta (...) o movimento como tal, sem relação com o objetivo, como fim em si mesmo, o movimento é nada para a classe operária, o objetivo final é tudo".

Para Rosa Luxemburgo, "a união da grande massa popular com o objetivo que vai além da ordem atual, da luta cotidiana com a grande reforma do mundo, é o grande problema do movimento revolucionário social-democrata, o qual deve, durante todo o seu processo, evitar duas vias: o abandono do caráter de massa e o abandono do objetivo final. Entre recair no caráter de seita e se lançar no movimento reformista burguês, entre o -anarquismo e o oportunismo". Esta passagem de Rosa é fundamental para se compreender a essência de seu pensamento dialético, e também para se compreender a raiz do contínuo desvio que se manifesta no seio do próprio movimento operário, até o reformismo ou até o extremismo. No primeiro caso, ao deixar de lado o objetivo final e permanecer no terreno burguês, no segundo ao refutar a luta cotidiana e se alienar da realidade, separando-se da corrente vital do movimento e chegar ao máximo do tudo ou nada - dilema que só tem uma saída, a do nada.

A importância do método dialético e a referência à categoria da totalidade permitem-nos entender a estratégia revolucionária luxemburguiana, fundada na unidade dialética entre a ação cotidiana e o objetivo final.

Nesse período, o pensamento da social-democracia encontrava-se em plena crise. Até então, estivera em vigência a concepção de um afundamento catastrófico da sociedade capitalista por efeito de uma crise econômica. A essa perspectiva catastrófica, substituiu-se a do aumento constante dos votos socialistas e de uma maioria parlamentar que representaria o elo entre a ação cotidiana e o objetivo final.

Rosa Luxemburgo, de uma parte, vinha de um país com baixo desenvolvimento industrial, isto é, da Polônia, parte do império czarista russo, de outra parte, sua visão cosmopolita, sua preparação intelectual, seus estudos econômicos em Zurique e sobretudo sua experiência de militante na Alemanha. Ela se dispôs a superar o condicionamento do ambiente polonês e a se inserir na realidade ocidental. Rosa participava intensamente, com cargo de responsabilidade, na vida dos dois partidos social-democratas: o alemão e o polonês, atuando em condições bem diferentes. Desse modo, impregnada de um profundo internacionalismo, estava em condições para tentar uma saída que fosse uma síntese das diversas experiências, principalmente, dos dois países. Um país capitalista, desenvolvido, em que a preocupação dominante dizia respeito à ação cotidiana, e a de um país em que a situação objetiva deixava pouco espaço para a ação imediata, que apontava para uma ruptura revolucionária em bases conspirativas.

Vejamus então a diferença entre a visão reformista vigente na social-democracia e a visão revolucionária e dialética da história em Rosa Luxemburgo.

A primeira via o desenvolvimento histórico de forma retilínea, o socialismo devendo suceder ao capitalismo como uma estação segue a outra numa linha férrea. A meta

socialista não significava a revolução, mas uma transformação gradual, progressiva da sociedade capitalista.

Para Rosa a história não caminha em linha reta, mas por contrastes dialéticos através ~a luta de classes. Como necessidade histórica, na qual o presente condiciona o futuro. Todavia, o presente, sendo contraditório, carrega tendências também contraditórias: imperialismo e socialismo são, em conjunto, possibilidades objetivas do desenvolvimento social.

A história não segue uma linha reta, as situações não se repetem e é impossível aplicar receitas ou formas válidas para casos particulares. A luta deve ser sempre uma luta concreta, fundada sobre uma análise capaz de colher a realidade mutável das relações de classe e das relações de força. Dizia Rosa: "A moderna classe operária não conduz a sua luta seguindo um esquema bonito e acabado, incorporado em um livro ou numa certa teoria. A moderna luta operária é uma parte da história, uma parte do desenvolvimento social. É em meio à história, em meio ao desenvolvimento social, em meio à luta que aprendemos como devemos lutar. O primeiro dever do militante político é de seguir o desenvolvimento dos tempos e, ter em conta, a cada momento, as mudanças no mundo moderno e as transformações de nossas estratégias de batalha". Portanto nenhum esquema, nenhum modelo pré-formado e nenhum empirismo, ao contrário, a necessária variedade de tática e de estratégia, consequência inevitável da variedade das situações. Um revolucionário que não sabe acolher e desfrutar da multiplicidade do real será um dogmático e não um marxista.

Segundo Lelio Basso, uma característica importante da contribuição de Rosa à teoria revolucionária foi o seu esforço de realizar esta síntese da experiência russo-polonesa e da experiência ocidental alemã. Neste sentido, Rosa antecipou Gramsci.

A experiência alemã ofereceu o exemplo de uma classe operária mais madura, mais diretamente ligada à luta política moderna e, assim, mais dotada para se tornar classe

hegemônica. Por sua vez, a experiência russa ofereceu o exemplo de um maior vigor de combate, de um mais rico desenvolvimento revolucionário, uma maior integração ao estado capitalista e uma maior possibilidade de ruptura radical.

Rosa reconhecia na classe operária alemã e no seu partido uma formação dirigente quanto à capacidade política em vista de uma futura gestão do poder e quanto a métodos de luta numa sociedade capitalista avançada, "ocidental", na terminologia gramsciana. Entretanto, Rosa acreditava numa ruptura revolucionária na Rússia.

Na sua interpretação do significado da revolução de 1905, ela se encontrou em oposição com todos os marxistas esquemáticos, que imaginavam a história de cada país como uma sucessão regular de fases históricas que os países avançados já tinham atravessado e por isso falavam de uma revolução democrático-burguesa.

Na Rússia, passava-se uma situação histórica em que o proletariado e a social-democracia revolucionária tornavam-se protagonistas de uma revolução, antes que a burguesia completasse o seu ciclo histórico. Mesmo derrotado em 1905, o proletariado russo abria um capítulo novo na história: o da revolução socialista. Dizia Rosa: "A moderna revolução realiza, no caso particular do absolutismo russo, os resultados gerais do desenvolvimento capitalista internacional e aparece não como o último epílogo da velha revolução proletária no Ocidente. Os países mais atrasados mostram a via da futura luta de classes ao proletariado da Alemanha e dos países capitalistas avançados". Apenas Trotsky compartilhava dessa análise na época, através de sua teoria da revolução permanente e da lei do desenvolvimento combinado e desigual.

A estratégia luxemburguiana estava em total contraste com a posição reformista da social-democracia, que justificava a sua impotência revolucionária com a ausência de condições objetivas e com a imaturidade das massas. A essa posição,

Rosa respondia que a crise revolucionária pode acrescentar a maturidade, só no curso do processo revolucionário, e que sem a intervenção ativa da massa não haveria maturidade objetiva da situação e muito menos da própria massa. Nesse sentido, para Rosa, a tomada do poder por parte dos trabalhadores será sempre imatura, porque a maturidade é adquirida no foco da experiência. É através das derrotas, também, que o proletariado forja a sua própria consciência e a unidade de classe revolucionária.

Rosa criticou radicalmente os dirigentes que se diziam decepcionados com as massas. Em uma de suas cartas, escreveu: "Não há nada tão mutável quanto a psicologia dos homens ... a psique das massas encobre sempre - como Talassa, o mar eterno -, em estado latente, todas as virtudes: uma calma mortal e a tempestade mais feroz, a covardia mais vil e o mais bravo heroísmo. As massas são sempre aquilo que necessariamente têm de ser em função das circunstâncias, sempre estão a ponto de converter-se em algo totalmente diferente do que aparentam ser. Que tipo de capitão poderia ser o navegante que fixasse sua rota fiando-se unicamente no aspecto momentâneo do mar e que não soubesse prever a chegada da tempestade a partir dos sinais observados no céu e nas profundezas do oceano? Ser decepcionado pelas massas, para um dirigente político, equivale sempre à demonstração de sua própria incapacidade. Um dirigente de grande envergadura não baseia sua tática no humor momentâneo das massas, mas nas leis de bronze da evolução. Mantém sua tática apesar de todas as decepções e deixa tranquilamente que a história vá maturando sua obra" (16 de fevereiro de 1917).

Rosa Luxemburgo: Dualidade de poder e hegemonia



Para Norman Geras, "o pensamento de Rosa engloba um conceito de duplo poder, embora de forma embrionária". No período de lutas de classe, domina a tendência para cada ação de massas transbordar os seus objetivos iniciais e gerar outras reivindicações e lutas. Assim se supera, na prática da greve política de massa, a divisão entre a luta política e a luta econômica. A greve torna-se uma arma política. Foi o que ocorreu no Báltico polonês em agosto de 1980. O sentido global da estratégia luxemburguiana visava, através da luta de massas, uma situação em que se pusesse a questão da transição para o socialismo. É na noção de greve de massa que a essência positiva do duplo poder se manifesta. Como já vimos, a revolução social polonesa começou com um movimento gigantesco de greves políticas de massa. Como Rosa definiu este tipo de greve? Que papel teve na sua estratégia revolucionária?

Afirmava Rosa Luxemburgo que, num período de lutas de classe, há uma tendência para que toda ação de massa transborde seus objetivos imediatos e gere outras reivindicações. Assim, supera-se a barreira que a sociedade capitalista ergueu entre luta econômica e luta política. A greve torna-se uma arma política. As reivindicações econômicas e políticas convergem. Os conflitos parciais se generalizam. Desenvolve-se uma dinâmica em que as reivindicações

parciais, as preocupações imediatas se unificam num desafio revolucionário à ordem vigente.

Esta estratégia num sentido global projeta, através da luta de massas, uma situação caracterizada pela dualidade de poder, pondo em cena a questão da transição socialista. Segundo Geras, "o pensamento de Rosa engloba um conceito de duplo poder, embora de forma embrionária". É na noção de greve de massa que o duplo poder foi pensado por Rosa. Método de movimentação das massas e forma de luta revolucionária dos trabalhadores, a greve de massa era uma forma de libertar suas energias. Dizia Rosa: "Os operários têm de se reunir em massa. . . sair da fábrica, da oficina, da mina e da fundição, têm de superar a ruína a que estão condenados sob o jugo cotidiano do capital".

Para ela, o socialismo exige o controle das massas trabalhadoras sobre o conjunto do processo social, isto é, a autogestão social. Isso só é possível através da intervenção direta e da participação ativa das massas, em movimento de amplitude e vigor sem precedentes. A revolução social tem as suas próprias formas específicas para os seus objetivos exclusivos e são essas formas e objetivos que têm de contrapor ao poder institucionalizado da burguesia. Através de suas manifestações, a massa operária funda suas instituições autônomas, baseadas na democracia direta e operária: os conselhos operários, que são a base do poder alternativo e revolucionário. Rosa Luxemburgo detectou tais formas no próprio processo de luta de massas. Escreveu em 1906: "Durante os períodos pacíficos e 'normais' do desenvolvimento da sociedade burguesa...a luta política não é conduzida pelas massas de forma direta, mas em correspondência com a forma do Estado burguês, de modo representativo. . . logo que se inicia um período de luta revolucionária, logo que as massas surgem no teatro de batalha... cessa a forma parlamentar indireta de luta política".

Em plena revolução, cria-se um poder duplo. As organizações que a classe operária cria no curso

revolucionário das lutas podem ser caracterizadas como cinco, divididas em dois grupos:

1. as organizações permanentes - partidos e sindicatos, existentes nos períodos normais;
2. as organizações que surgem no período de crise - comitês de fábrica, de bairro, sovietes.

O que caracteriza a revolução operária é que estas cinco organizações destinam-se a dirigir a luta revolucionária e a constituírem órgãos de poder operário. Da distribuição de seus poderes depende a forma futura que tomará o socialismo. Estas práticas organizativas prefiguram a organização da sociedade socialista no seio da sociedade burguesa.

Rosa Luxemburgo via esboçadas na greve de massa as formas da democracia operária necessária para derrubar o Estado burguês. Segundo Geras, "neste sentido, pode-se dizer que o conceito de greve de massas é o 'Estado e Revolução' de Rosa Luxemburgo. É o duplo poder *avant la lettre*. Contudo, o próprio Geras esclarece que ela só falava da manifestação direta e democrática do poder operário no processo das ações de massa revolucionária. E não falava ainda da natureza e da importância dos órgãos da democracia operária, das formas institucionais do poder operário. Pelo menos, em Greve de massa, partido e sindicatos, de 1906, onde não aparece o nome de Soviete ou Conselho Operário. No Programa da Liga Spartacus, ao contrário, Rosa vai explicar as formas do poder operário.

Segundo ela o poder da burguesia só podia ser destruído pelas mais vastas e profundas mobilizações das massas. Cumpre assinalar a ênfase que pôs na democracia socialista, baseada em órgãos genuínos da democracia operária, como os conselhos operários e as ações de massa. Os conselhos desarticulam e enfraquecem o poder do Estado capitalista, pondo de um modo material a questão de uma forma alternativa de poder. O poder burguês não pode tolerar por muito tempo uma situação de luta de massa em que se desenvolvem instituições de democracia operária. A dualidade

de poder e o seu prolongamento enfraquecem o poder vigente. A burguesia utiliza todos os meios para liquidar o poder revolucionário.

Ela afirmava que "o socialismo não será instituído por decreto nem poderia sê-lo, não pode ser estabelecido por nenhum governo por mais socialista que seja. O socialismo é criação das massas, tem de ser obra de todos os operários". Ainda segundo Geras, Rosa Luxemburgo faz a distinção entre um socialismo que seria instituído por uma vontade burocrática e um socialismo que as massas conquistam através de suas vitórias e derrotas, dos seus erros na ação e dos seus erros de julgamento, mas também por novas aquisições políticas e intelectuais: um socialismo que institui o controle consciente e coletivo das massas sobre o conjunto do processo social. Enfim, a autogestão coletiva da coletividade.

Rosa Luxemburgo fala então da educação política das massas como base indispensável da hegemonia operária e do "adestramento político intenso, necessário para se estar à altura das tarefas gigantescas de uma revolução social". Assim, o socialismo autogestionário implica a hegemonia operária, através de um longo processo de lutas, com avanços e recuos, no qual a tomada do poder é apenas momento culminante, o salto de qualidade. É através da mais ampla democracia socialista, baseada em novas instituições de democracia direta, que se desenvolverá a nova sociedade socialista. Combinando "hegemonia" com "dominação", no sentido gramsciano, com a última subordinada à hegemonia e em processo de extinção. Quanto mais desenvolvida for a hegemonia, através de instituições de um poder alternativo, no próprio processo revolucionário, menos violento será o momento da tomada do poder, e mais rápido o processo de "extinção do poder político" na transição socialista⁴.

⁴ Como afirma Petr Uhl: "A democracia operária manterá durante um certo tempo uma relação repressiva frente à burguesia vencida. Mas, neste sistema repressivo, o elemento fundamental deve ser um

Para Rosa, a conquista do poder, a vitória da revolução socialista não podem ser vistas como o ato de um só momento - o da tomada do poder-, como confronto violento. "A tomada do poder político só pode ser o resultado de um período mais ou menos longo de lutas sociais gigantescas." Ela entende a tomada do poder como um processo: "A tomada do poder não pode realizar-se de um golpe, mas progressivamente, penetrando no Estado burguês, até ocupar todas as posições e defendê-las com unhas e dentes". A sociedade socialista aparece na concepção luxemburguiana como uma coletividade de homens responsáveis que se autogovernam. Esta concepção do socialismo retoma a linha de Marx. Para este, a revolução socialista implicava a libertação da humanidade de toda forma de alienação, de fetichismo e dominação. Uma revolução deste porte pressupõe que o proletariado adquira uma consciência de classe autêntica no curso de uma luta longa, em que se forma o "homem novo" capaz de gerir uma sociedade socialista, baseada no controle social dos produtores associados livremente e que se forje ainda no interior das velhas relações sociais capitalistas como resultado do processo revolucionário.

A revolução apresenta características próprias: em primeiro lugar, deve transformar e amadurecer a consciência dos homens, deve ser um processo longo, dentro da lei do desenvolvimento desigual e combinado, não significando esperar uma homogeneidade em termos de consciência do conjunto social. Em Rosa Luxemburgo, revolução é sinônimo de processo revolucionário. No Congresso de fundação do Partido Comunista Alemão, ela polemizou com os extremistas:

mecanismo de autodestruição do próprio sistema". E, sobre a questão da hegemonia, na relação entre democracia direta e indireta, Uhl afirma: "Não vemos a instauração imediata da democracia direta no início do processo revolucionário. Seria tecnicamente impossível e socialmente muito custoso. Contudo, não excluimos a forma de democracia indireta representativa. Mas, qualquer que seja a parte de cada uma destas formas de democracia, devemos agir de modo enérgico para que o espaço da democracia direta se amplie sem cessar em detrimento da democracia representativa".

"Vocês dizem: ou metralhadoras ou parlamentarismo. Nós defendemos um radicalismo um pouco mais complexo. Não apenas este grosseiro ou - ou. É mais cômodo, mais simples, contudo é uma simplificação que não serve à formação e educação da massa". Rosa não se limitava à via insurrecional ou à via eleitoral, pura, mas a uma tenaz sistemática e progressiva ação de baixo, abrangendo a formação dos conselhos de operários e soldados. Dizia: "Devemos trabalhar por baixo, isto corresponde ao caráter de massa da moderna revolução operária que implica a tomada do poder por baixo, não pelo alto".

De acordo com esta estratégia, a democracia socialista começa junto com a destruição da dominação de classe e da construção do socialismo. Para Tony Clif, Rosa tinha a convicção de que a democracia operária é inseparável da revolução proletária e do socialismo. Escreveu Rosa: "... a democracia social não é algo que começa somente na Terra Prometida, depois que os fundamentos da economia socialista forem criados, não aparece como uma espécie de presente de Natal para as pessoas valiosas que no interregno apoiaram lealmente um punhado de socialistas autoritários. A democracia socialista se inicia simultaneamente com o início da destruição do poder de classe e da construção do socialismo. Começa no momento da tomada do poder pelo Partido Socialista e é a mesma coisa que a ditadura do proletariado".

O que Rosa chamava de "ditadura do proletariado" hoje chamamos de "hegemonia operária", incorporando a terminologia gramsciana. Como definiu a própria Rosa Luxemburgo, esta "ditadura do proletariado" não é a negação da democracia, mas o princípio da democracia socialista, porque é a hegemonia de toda uma classe e não de um partido. Representa o pleno desenvolvimento da democracia socialista, mais ampla e ilimitada democracia, a liberdade de quem pensa diferente. Como dizia Rosa: "Sim, ditadura! mas esta ditadura consiste no modo como se aplica a democracia e

não na sua eliminação, consiste em ataques enérgicos e resolutos contra as suas relações econômicas, sem os quais não se realizará nenhuma transformação socialista. Esta ditadura deve ser trabalho da classe e não de uma pequena minoria diretora em nome da classe" (...)

"Quando tomar o poder ... o proletariado tem de levar a cabo, imediatamente, medidas socialistas de maneira mais enérgica, mais decidida e sem tréguas. Por outras palavras, tem de exercer uma ditadura de classe não de um partido ou de uma classe - a ditadura de classe significa ditadura sob a forma pública mais aberta, com base na mais ativa e ilimitada participação da massa do povo, na democracia ilimitada". Prossegue, "o idealismo revolucionário. . . só pode manter-se por um período de tempo indefinido por meio de intensa vida ativa das próprias massas, em condições de liberdade política sem limites". "É fato conhecido e indiscutível que sem uma imprensa livre e isenta de travas, sem o direito ilimitado de associação e reunião, o domínio das amplas massas do povo é totalmente impossível." Todas estas citações são do folheto de Rosa Luxemburgo A Revolução Russa. Sua crítica ao Partido Bolchevique está nas melhores tradições do marxismo, do lema básico de Marx: "Crítica desapiedada de todo o existente". Podemos dizer que a crítica de Rosa se dirige ao grupo dirigente da Revolução Russa, ao Partido Bolchevique e não à Revolução soviética, que ela cantou como uma revolução proletária de porte histórico mundial.

O esquema de Rosa implica hegemonia operária e revolução cultural como condições de realização do socialismo.

No Programa da Liga Spartacus, Rosa define a essência do socialismo: "A essência do socialismo reside no fato de a maioria das massas trabalhadoras deixar de ser uma massa dominada, para converter-se em uma massa que vive por si mesma a vida em toda sua plenitude política e econômica, em consciente e livre autodeterminação. Assim, desde as mais elevadas secretarias do Estado até o menor

município, a massa proletária terá de substituir os órgãos de poder ultrapassados da classe burguesa - conselhos federais, parlamentos, conselhos municipais - pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos operários e de soldados. Mais do que isto, terá de ser a massa proletária a ocupar todos os postos, a fiscalizar todas as funções, a avaliar todas as exigências sociais em função dos seus próprios interesses de classe e das tarefas do socialismo. E só uma constante e ativa inter-relação entre as massas e os seus órgãos, os conselhos operários e de soldados, pode assegurar a evolução da sociedade no espírito socialista. . . . Numa luta corpo a corpo, tenaz, contra o capitalismo em cada fábrica e empresa, por meio da pressão direta das massas e das greves, criando os seus próprios órgãos representativos, os operários podem ascender ao controle sobre a produção e, por fim, à direção real. . . . A classe operária só pode adquirir todas . . . as virtudes cívicas socialistas assim como a capacidade de gerir as operações socialistas pela sua própria atividade, pela sua própria experiência. . . . A socialização da sociedade só pode ser realizada pela tenaz e infatigável luta da classe operária em todas as frentes. . . . A emancipação da classe operária será obra da própria classe operária".

Segundo Geras, "a sua concepção reivindica a liberdade para uma pluralidade de tendências e partidos no seio da ditadura do proletariado".

Concluimos com Kurt Kenk, "o conceito de revolução em Rosa Luxemburgo pode caracterizar-se por: um alto grau de instrução política e amplas lutas como participação das mais amplas massas, inclusive das não-organizadas, um certo grau de maturidade das condições económicas e políticas e um marcado e intenso sentimento de classe, que tem que ser transformado em consciência de classe. Uma organização que deve desenvolver-se à raiz da luta revolucionária e cujas ações expressam o começo da ruína da sociedade burguesa. Uma greve geral de massas que inicia a revolução e deve resultar das próprias lutas sociais".

Bibliografia

1. MOVIMENTO PELA AUTOGESTÃO NA POLÔNIA:

"Lições do Solidarnosc" in *L'Alternative*, Paris, 1982. *L'Alternative*, 12, setembro-outubro de 1981.

"Dossier Polônia" in *L'Alternative*, Paris, 1982. *Imprecor*, n. 108, 110, 112 e 119.

Especial "Polônia" in "*Libération*", Paris, janeiro-fevereiro de 1981. *Sociologie du Travail*, n. 3, 1982.

2. SOBRE A POLÔNIA E O SOLIDARNOSC:

LUXEMBURGO, Rosa, *El desarrollo industrial de Polonia, México, Pasado y Presente*, n. 71, 1979.

POTEL, Jean-Yves, *La Pologne*, Paris, Le Sycomore, 1982. ---, *La Pologne: une société en dissidence* (prefácio de A. Smolar), Paris, F. Maspero, 1978.

Kuczyński, Waldemar, *La seconda Polonia*, Roma, Riuniti, 1981. MICHIK, Adam, *Penser la Pologne*, Paris, La Découverte-Maspero, 1983.

---, *L'Eglise et la gauche*, Paris, Seuil, 1977.

KOMITET OBRONNY ROBOTNIKÓW, *Documents du Comité de Defense des Ouvriers de Pologne*, CICR, Paris.

KURON, Jacek; MODEZELEWSKI, Karol, *Socialismo o burocracia?*, Ruedo Iberico, 1968.

CLAUDIN, F., *La oposición el socialismo real*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1981.

POMIAN, Krzysztof, *Pologne: défi à l'impossible?*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1982.

Solidarnosc-Bulletin de Information, Bureau de Coordination du Syndicat "Solidarnosc" à l'étranger.

Structures Sociales en Europe de L'Est. 1: Les Pays anniers, Coord. Georges Mink, Notes et études-documentaires, Documentation Française, Paris, 1979.

Structures sociales en Europe de L'Est. 2: Transformation de la classe ouvrière. Coord. de G. Mink, Doc. Française, 1979.

Le Syndicalisme en Europe de L'Est, Notes et études-documentaires, La Documentation Française, Paris, 1972.

Le poids des Multinationales Occidentales dans les Échanges Est•Ouest, Le Courrier des Pays de l'Est, n. 267, La Doe. Française, 1982.

Pologne: une économie en crise, Le Courrier des Pays de l'Est, n. 238, Doe. Française, Paris, 1980.

BABEAU, André, Les Conseils Ouvriers en Pologne, Paris, Armand Colin, 1960.

TEPICHT, J., Marxisme et agriculture. Le paysan polonais, Paris, A. Colin, 1973. •

Capitalisme et lutte de classes en Pologne. 1970-1971, ICO, Spartacus, 1975.

SZUREK, Jean-Charles, Aux origines paysannes de la crise polonaise, Éditions Actes Sud, 1982.

ARDISSONE, Grazia, Classes sociales et lutte politique en Pologne, Fédérop, 1978.

Solidarnosc, un an de luttes sociales en Pologne, CFDT Information, 1981.

La renaissance du mouvement ouvrier en Pologne, Documents de ROBOTNIK, du KSS-KOR, CICP, Paris.

POTEL, Jean-Yves, Gdansk, la mémoire ouvrière. 1970-1980, Paris, François Maspero, 1982.

Solidarnosc, i Documenti della Svolta Polacca, Roma, Edizioru Lavoro, 1981.

Des grèves de la Baltique à Solidarnosc, Correspondance Internationale, 1981. •

La parola a Solidarnosc. 1: ou inizi, CSEO, Bolonha, 1982.

SIMOM, Henri, La huelga salvaje en Polonia et 25 de junio de 1976, Madri, Las Ediciones La Piqueta, 1978.

STANISZKIS, Jadwiga, rotoone, la réootutior: autolimitée, Paris, PUF, 1982. ' .

CHAPIGNAC, Pierre, La poudrière polonaise, Éditions de La Différence, 1983.

POTEL, Jean-Yves, Scènes de grèves en Pologne, Paris, Stock, 1981. -

TOURAINÉ, Alain, Solidarité, Paris, Fayard, 1982.

3. ROSA LUXEMBURGO:

LUXEMBURGO, Rosa, Scritti Politici, Roma, Editori Riuniti, 1976.

Rosa Luxemburgo Aujourd'hui, Paris, PUF, 1986.

GERAS, Norman, A atualidade de Rosa Luxemburgo, Lisboa, Antídoto, 1978.

WWY, Michael, Marxisme et romantisme révolutionnaire, Paris, Le Sycomore, 1979.

---, Dialettica e rivoluzione, Milão, Jaca Book, 1974.

LENK, Kurt, Teorias de la revolución, Barcelona, Editorial Anagrama, 1978.

UHL, Petr, Le socialisme emprisonné, Paris, Éditions Stock-La Brèche, 1980.

PANNEKOEK, Anton, Les Conseils Ouvriers, Paris, Spartacus, 1982.

BERNARDO, João, Para uma teoria do modo de produção comunista, Porto, Afrontamento, 1975.

MATTICK, Paul, "Rosa Luxembourg: une rétrospective" in Le marxisme hier, aujourd'hui et demain, Paris, Spartacus, 1983.

NEGT, Oskar, "Rosa Luxemburg e il rinnovamento del marxismo" in Storia del Marxismo, vol. 2, Turim, Giulo Einaudi Editore,

KORSCH, KARL, Marxisme et philosophie, Les Éditions de Minuit, Paris, 1967.

ROSENBERG, Arthur, Historia del bolchevismo, Paris, Cuadernos de Pasado y Presente, n. 70.

LUKACS, Georg, Histoire et conscience de classe, Éditions de Minuit, Paris, 1967.

DUNAYEVSKAYA, Raia, Rosa Luxemburgo, la liberación femenina y la filosofía marxista de la Revolución, México, FCE, 1985. ---, Filosofía y revolución, Siglo Veintiuno Editores, 1977.

Marxismo e libertà, La Nuova Italia, Florença, 1962.
 The Letters of Rosa Luzemourq, W~stvie_?' Press, EUA, 1978.
 AUBET, Maria José, El pensamiento de Rosa Luxemburgo, Barcelona, Ediciones dei Serbal, 1983.
 VALCARCEL, José A. Díaz, La pasión revolucionaria de Rosa Luxemburgo, Madri, Akal Editor, 1975.
 La Premiere Internationale, UGE, Paris, 1976.
 JOLL, James, La II Internacional, Barcelona, Editorial Icaria, 1976.

4. BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA SOBRE AUTOGESTAO E CONSELHOS OPERÁRIOS:

STURMTHAL, Adolf, La participation ouvrière à l'Est et à l'Ouest (Workers Councils), Paris. Les Éditions Ouvrières, 1967.
 Self-Governing Socialism. A Reader, Edited by B. Horvart, M. Markovic, R. Supek, IASP, Nova Iorque, 1975.
 BAHRO, Rudolf, L'Alternative, Stock, Paris, 1979.
 Poder y oposición en las sociedades postrevolucionarias, Editorial Laiz, Barcelona, 1978.
 Consejos obreros y democracia socialista, Cuadernos de Pasado y Presente, n. 33, Córdoba, 1972.
 Autogestions n. 3, Pologne: la brèche?, Paris, 1981.
 SILARD, Andrei, "On the History of the Workers Council" in Telas, n. 48, 1981.
 "Conseils Ouvriers et autogestion ei. Europe de l'Est" in Autogestion et Socialisme, n. 37-38, abril de 1977.
 KARDELT, Eduard, As vias da democracia na sociedade socialista, Publicações Europa-América, Portugal, 1978.
 CASTORIADIS, Cornelius, L'Experience du Mouvement ouvrier, Socialisme ou barbarie, UGE, 10-18, Paris, 1974.
 ---, Le contenu du socialisme, Socialisme ou barbarie, UGE, 10-18, Paris 1979.
 LEFORT, Claude, L'invention democratique, A. Fayard, Paris, 1981.

SVETOZAR, Stojanovic, Critica àe; socialismo de Estado, Ed. Fundamentos, Madri, 1972.

GUILLERM, Alian, BOURDET, Yvon, Clefs pour l'autogestion, Paris, Seghers, 1975 (tradução brasileira: Autogestão: uma mudança radical, Zahar, 1976).

MASSARY, Roberto, Teorias de la autogestion, Editorial Zero, 1977.

ADLER, Max, Démocratie et Conseils Ouvriers, François Maspero, Paris, 1967.

BOURDET, Yvon, Otto Bauer et la revolution, Paris, Seuil, 1976. DALLEMAGNE, Jean Luc, Autogestion ou dictature du proletariat, Paris, UGE, 10-18, 1976.

ROSANVALLON, Pierre, L'âge de l'auioçestum, Paris, Seuil, 1976. MOTHÉ, Daniel, L'autogestion goutte à goutte, Paris, Le Oenturion, 1980.

Qui a peur de l'autogestion?, Cause Commune, UGE, 10-18, 1978.

CHAUVEY, Daniel, O que é a autogestão?, Edições 70, Lisboa, 1975.

130

Pelo socialismo autogestionário, Lisboa, Edições Base, 1979. Autogestion, état, revolution, Groupe Noir & Rouge. Éditions Anthropos, Paris, 1972.

GILLY, Adolfo, Sacerdotes y burocratas, México, Ediciones ERA, 1980.

BRINTON, Maurice, Les Bolcheviques et le Control Ouvrier, Autogestion et Socialisme, 24, 25, Paris, 1974.

ANWEILER, Oskar, Les Sóiets en Russie, 1905-1921, Paris, Éditions Gallimar, 1972.

MANDEL, Ernest, Control ouvrier, conseils ouvriers, autogestion, Paris, François Maspero, 1970.

Encontra-se uma extensa bibliografia sobre autogestão na obra de Bourdet e Guillerm. Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro, Zahar, 1976; e no número da revista francesa Autogestion et Socialisme, cahier 16-17, 1971. Esta é, sem dúvida, a melhor revista sobre o tema autogestão.

BIBLIOTECA BÁSICA DO MUNDO DO TRABALHO ASSOCIADO

Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio,
com ênfase em agroecologia. Parceria UNESP-Centro Paula
Souza, com financiamento do PRONERA